

**FACULDADE ALVES FARIA  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**LEONARDO PEIXOTO SIMÃO**

**EMPRESA RURAL DO SETOR LÁCTEO E SUA RELAÇÃO COM O  
DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO**

**GOIÂNIA/GO  
OUTUBRO/2015**

**FACULDADE ALVES FARIA  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**LEONARDO PEIXOTO SIMÃO**

**EMPRESA RURAL DO SETOR LÁCTEO E SUA RELAÇÃO COM O  
DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional das Faculdades Alves Faria, com a linha de pesquisa Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mariano Yoshitake.

**GOIÂNIA/GO  
OUTUBRO/2015**

**FACULDADE ALVES FARIA  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**LEONARDO PEIXOTO SIMÃO**

**EMPRESA RURAL DO SETOR LÁCTEO E SUA RELAÇÃO COM O  
DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO**

**AVALIADORES:**

---

Prof. Dr. Mariano Yoshitake – ALFA  
(Orientador)

---

Prof. Dra. Cintia Godoi – ALFA

---

Prof. Dr. Itamar Pereira de Oliveira – IFGoiano

**GOIÂNIA/GO  
OUTUBRO/2015**

*Dedico este trabalho à minha esposa, grande mulher, companheira e incentivadora e aos meus dois anjos dos quais tive a dádiva de ser pai pela motivação em crescer diariamente.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Primeiramente, agradeço a Deus pela proteção nesta conquista.*

*Aos meus pais por terem sido a pedra fundamental.*

*À Faculdade Alves Faria, através da Coordenação do Programa de Mestrado, por ter possibilitado a minha pesquisa.*

*Ao meu orientador Prof. Dr. Mariano Yoshitake pela atenção, apoio e dedicação.*

*Aos Professores Dr. Cleyzer Adrian da Cunha e à Dr<sup>a</sup>. Cintia Godoi pelas valiosas contribuições na qualificação. E, ainda, ressalva à Dr<sup>a</sup>. Cintia Godoi por sua disponibilidade em fazer parte da banca avaliadora. Muito obrigado!*

*Ao professor Dr. Itamar Pereira de Oliveira, por aceitar tão prontamente o meu convite em participar como membro da banca avaliadora e, também, por seus conselhos nos breves momentos de conversas nos corredores da Faculdade Montes Belos. Deixo registrado, aqui, minha admiração pela pessoa do senhor!*

*À Assistente da Coordenação do Programa de Mestrado da Faculdade Alves Faria Juliene Aleide Alves por sempre estar pronta e prestativa ao atendimento de assuntos inerentes ao mestrado!*

*Aos colegas de mestrado, pelo convívio e experiências vividas!*

*Aos empresários rurais que disponibilizaram seu tempo para colaborar com os resultados desta pesquisa, em especial ao Senhor José Ilso de Lacerda e seu neto e estudante de Zootecnia da UEG, Campus São Luís de Montes Belos - José Ilso de Lacerda Neto - pela companhia para que a pesquisa fosse realizada.*

*A todos aqueles que torceram por minha vitória, em especial, meus inesquecíveis amigos e professores Me. Iza Finotti, Me. Wanessa Landó e quase mestre Alano Franco Bastos. Meu muitíssimo obrigado!*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Densidade demográfica do Brasil (2010).....	49
Figura 2 - Participação por região no total da população e do PIB brasileiro (%) 2007.....	50
Figura 3 - Esquema de ordenamento das bacias de vazão.....	74
Figura 4 - Imagens de vários tipos de arado escarificador.....	76
Figura 5 - Arado do tipo Charrua.....	78
Figura 6 - Localização geográfica do Município de São Luís de Montes Belos.....	95
Figura 7 - Primeira casa residencial construída no Barreirinho.....	97
Figura 8 - Obras na construção da Avenida Hermógenes Coelho.....	99
Figura 9 - Sessão solene do ato oficial de fundação da Cidade de São Luís de Montes Belos com Hermógenes Coelho (sentado), José Netto, Zezinho e Elias de Paula.....	99
Figura 10 - Quadros de Octo Marques que retratam a Cidade de São Luís de Montes Belos: percebe-se que, nesta época, ainda há uma mistura de características urbanas (traçado das vias, iluminação pública) com atividades rurais (gado e plantações) – na década de 1960...101	101
Figura 11 - Indústria LeitBom – a maior fonte de empregos diretos e indiretos da Cidade de São Luís de Montes Belos.....	103
Figura 12 - Região de planejamento Oeste Goiano/Microrregião de São Luís de Montes Belos.....	107
Figura 13 - Microrregião de São Luís de Montes Belos.....	110
Figura 14 - Formatação do APL Lácteo.....	111

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Orientações da SUDECO para o desenvolvimento de planos diretores da Região Centro-Oeste.....	38
Tabela 2 - Produto interno bruto, população residente e produto interno bruto <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009.....	64
Tabela 3 - Resumo das metas globais.....	66
Tabela 4 - Imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo os municípios (Outubro/2003)....	90
Tabela 5 - População de São Luís de Montes Belos de 1980 a 2010.....	106
Tabela 6 - Efetivo de animais em São Luís de Montes Belos de 1998 a 2013.....	106
Tabela 7 - Produção de leite em São Luís de Montes Belos de 1998 a 2013.....	107
Tabela 8 - Produto Interno Bruto de São Luís de Montes Belos.....	107
Tabela 9 - Produto interno bruto a preços correntes, 2002 (1.000 reais).....	109
Tabela 10 - Matriz de amarração.....	114
Tabela 11 - Quantidade de gado leiteiro por produtor rural entrevistado.....	121
Tabela 12 - Quantidade de gado leiteiro por produtor rural de leite do Oeste Goiano.....	121
Tabela 13 - Produção diária de leite entre os entrevistados.....	123

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas anuais de crescimento do PIB brasileiro no período de 1950 a 2000.....	38
Gráfico 2 - Renda domiciliar <i>per capita</i> .....	58
Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo.....	59
Gráfico 4 - Acesso a rede de esgoto.....	59
Gráfico 5 - Domicílios com acesso a telefone.....	60
Gráfico 6 - Acesso a bens duráveis (fogão, geladeira e máquina de lavar).....	60
Gráfico 7 - Tamanho da propriedade rural.....	120
Gráfico 8 - Relação entre empresas capitalistas e familiares.....	122
Gráfico 9 - Destinação dos produtos das empresas rurais avaliadas.....	124
Gráfico 10 - Custos de produção dos empresários rurais entrevistados.....	125
Gráfico 11 - Investimentos realizados pelos empresários rurais nos últimos 5 anos.....	126
Gráfico 12 - Estratégias para aumentar a produção listadas pelos produtores de leite entrevistados.....	127
Gráfico 13 - Tipos de financiamentos bancários feitos pelos entrevistados nos últimos 5 anos.....	128
Gráfico 14 - Problemas enfrentados pelos produtores entrevistados.....	129
Gráfico 15 - Escolaridade dos empresários rurais entrevistados.....	131



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACIEG – Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás

ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste

ALFA – Faculdade Alves Faria

APL – Arranjo Produtivo Local

BEI – Banco Europeu de Investimentos

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CAF – Corporação Andina de Fomento

CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial

CEPAL – Comissão Econômica da América Latina e do Caribe

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CODECO – Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CODEVASF – Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

DATAR – *Delegacion Interministérielle à l'aménagement du Territoire ET à attractivité régionale*

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIEG – Federação da Indústria do Estado de Goiás

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDB – Índice de Desenvolvimento Brasileiro

IDR – Índice de Desenvolvimento Rural

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IIRSA – Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

I PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento

II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

III PND – Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento

JUCEG – Junta Comercial do Estado de Goiás

MIN – Ministério da Integração Nacional

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPA – Plano Purianual

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SCO – Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SEGPLAN – Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIC – Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás

SPVERFSP – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região de Fronteira Sudoeste do País

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUDESUL – Superintendência de Desenvolvimento do Sul

SPVA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

TVA – *Tennessee Vale Authority*

UEG – Universidade Estadual de Goiás

UNB – Universidade de Brasília

## RESUMO

SIMÃO, Leonardo Peixoto. **A relação entre a empresa rural do setor lácteo e o desenvolvimento de São Luís de Montes Belos - GO.** 2015. 147 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdade Alves Faria, Goiânia, 2015.

A dissertação tem como objetivo verificar se existe relação entre as empresas rurais do setor lácteo do município de São Luís de Montes Belos e o desenvolvimento desse município. Para tanto, foi selecionado uma amostra de 40 empresários rurais produtores de leite do município investigado e aplicado um questionário com perguntas envolvendo aspectos econômicos, sociais, demográficos, político-institucionais e ambientais. Os resultados indicam que o processo de desenvolvimento vai além da análise do crescimento econômico calculado a partir das receitas e renda *per capita*, porque esses fatores estão relacionados com o bem-estar dos lares rurais, o ambiente, e o sistema educacional, entre outros. O desenvolvimento representa um processo de transformação apontado em pequenas unidades do território e em agrupamentos humanos, capaz de ensejar a promoção de dinamismo econômico e, concomitantemente, a melhoria da qualidade de vida da população, independentemente de estar situada na zona urbana ou rural. Através da análise dos questionários aplicados e da análise de dados demográficos e socioeconômicos foi possível estabelecer uma relação entre o desenvolvimento e as empresas rurais lácteas do Município de São Luís de Montes Belos, além de estarem associadas a melhoria na qualidade de vida dos produtores rurais.

**Palavras chave:** Empresa Rural. Setor Lácteo. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

SIMÃO, Leonardo Peixoto. **The relationship between the rural enterprise of the dairy industry and the development in São Luís de Montes Belos - GO.** 2015. 145 p. Thesis (Master in Regional Development) - Alves Faria College, Goiânia, 2015.

The dissertation aims to determine if there is a relationship between the rural enterprises of the dairy industry in São Luís de Montes Belos and the development of this city. To that end, we selected a sample of 40 rural entrepreneurs producers of milk municipality investigated and applied a questionnaire with questions involving economic, social, demographic, political, institutional and environmental. The results indicate that the process of development goes beyond the analysis of economic growth calculated from revenue and per capita income, because these factors are related to the welfare of rural households, the environment, and the educational system, etc. Development is a transformation process aimed at small units of territory and human groups, able to give rise to promote economic dynamism and, concurrently, to improve the population's quality of life, regardless of whether located in urban or rural . By analyzing the questionnaires and socioeconomic and demographic data it can be said that there is a relationship between the enterprises of the dairy industry in São Luís de Montes Belos and the development, in addition to being associated with improvements in quality of life for farmers.

**Keywords:** Rural Enterprises. Dairy Industry. Development.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Aspectos Conceituais do Desenvolvimento Regional.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2 Processo Histórico e Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional.....</b>	<b>22</b>
1.2.1 O desenvolvimento regional no Brasil do século XIX até o início da ditadura militar...	29
1.2.2 O desenvolvimento regional no Brasil no período da ditadura militar.....	36
1.2.3 O desenvolvimento regional no Brasil no período pós-ditadura militar .....	43
<b>1.3 Fatores Determinantes de Identificação do Desenvolvimento Regional.....</b>	<b>57</b>
<b>1.4 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).....</b>	<b>62</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO AGRÁRIA E A EMPRESA RURAL.....</b>	<b>68</b>
<b>2.1 A Evolução Histórica da Agricultura e Pecuária no Mundo.....</b>	<b>68</b>
<b>2.2 Conceito de Sistema Agrário .....</b>	<b>69</b>
<b>2.3 Transformações Históricas e Diferenciação Geográfica dos Sistemas Agrários .....</b>	<b>70</b>
<b>2.4 Empresa Rural.....</b>	<b>82</b>
2.4.1 A empresa rural e seu papel primordial.....	82
2.4.2 Abordagem conceitual da empresa rural .....	85
2.4.3 Características da empresa rural .....	87
<b>CAPÍTULO 3 - ASPECTOS HISTÓRICOS E DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS .....</b>	<b>94</b>
<b>3.1 Histórico de São Luís de Montes Belos, Ocupação do Território e Desenvolvimento da Agropecuária .....</b>	<b>94</b>
3.1.1 Da fundação do povoado (1948-1963).....	94
3.1.2 Do desenvolvimento da pecuária (1963-1985).....	101
3.1.3 Da instalação do polo educacional e de agronegócios (1985 aos dias atuais).....	103
<b>3.2 Perfil Socioeconômico de São Luís de Montes Belos .....</b>	<b>105</b>
<b>3.3 A Criação do Arranjo Produtivo Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos .....</b>	<b>108</b>
<b>CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA .....</b>	<b>113</b>
<b>CAPÍTULO 5 - RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO NAS EMPRESAS RURAIS DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS .....</b>	<b>120</b>
<b>5.1 Análise da Pesquisa de Campo .....</b>	<b>120</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>138</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>145</b>
<b>Questionário.....</b>	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional engloba aspectos atinentes à promoção do bem-estar social num contexto regional, partindo de uma situação socioeconômica e de vida de uma região, fundamentada em fatores de: produção, emprego, renda, dotação e qualidade dos serviços, equipamentos, infraestrutura, estrutura fundiária, dentre outros. Assim sendo, analisa-se o cenário regional com suas condicionantes e estrangulamentos para fomentar a exploração das potencialidades locais, a partir de dados coletados junto a seus atores sociais.

No cenário regional, o Centro-Oeste apresenta-se como uma região dinâmica, com forte influência da moderna agropecuária que proporciona uma integração comercial tanto nacional quanto mundial.

O Estado de Goiás apresenta-se como um dos grandes produtores de grãos do País, ocupando a quarta posição no ranking nacional, em 2010, com participação de 9,0%. A produção de soja demonstra ser o principal produto agrícola, representando 54,3% dos grãos produzidos no Estado. Outros produtos com destaque na produção do Estado são: abacaxi (52.213 t), algodão herbáceo (180.404 t), alho (39.247 t), arroz (221.419 t), café (22.835 t), cana de açúcar (48.000.163 t), feijão (288.816 t), laranja (135.485 t), milho (4.759.013 t), soja (7.252.926 t), sorgo (611.665 t), tomate (1.377.322 t), trigo (79.776 t) (SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, 2011).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantados em 2013, por meio de estudos da produção agrícola municipal, o Estado de Goiás apresenta destaque para a produção de cana-de-açúcar, alcançando o terceiro lugar na produção do País com 69.376.714 toneladas e, também na mesma posição, com a produção de feijão com 294.027 toneladas. Destaca-se na produção de milho com 7.686.971 toneladas e na produção de soja, ocupando o quarto lugar na produção nacional com 8.913.069 toneladas, além do trigo com 19.543 toneladas, com um rendimento médio de 4.811 kg/ha, sendo considerado o mais alto do País, em face da irrigação da lavoura com pivô central.

Com relação à pecuária, o censo agropecuário de 2006, relata que os estados do Centro-Oeste possuem 17,81% (dezessete vírgula oitenta e um por cento) dos 180 milhões de hectares do território nacional, utilizam suas terras com pastagens, bem como 34.994.252 ou 20,58% (vinte vírgula cinquenta e oito por cento) do efetivo número de animais do País. A produção de leite de vaca corresponde a 8.075.325.000 litros, o que representa 37,65% (trinta e sete vírgula sessenta e cinco por cento) do rebanho brasileiro, que possui 925.613 dos 5.204.130 estabelecimentos que exploram a atividade pecuária nacional.

No entanto, a dinâmica econômica do Centro-Oeste encontra grande estrangulamento no setor de transportes, por estar situada distante dos centros consumidores e dos portos para a exportação dos produtos, bem como baixo valor agregado dos seus principais produtos e vulnerabilidade pela competitividade com os preços internacionais intercambiados.

A pesquisa encontra-se delimitada espacialmente ao Município de São Luís de Montes Belos, pertencente ao Estado de Goiás, que se situa na Mesorregião do Centro Goiano e Microrregião de Anicuns, distante da Capital do Estado de Goiás – Goiânia – por aproximadamente 120 km (cento e vinte quilômetros).

Com relação à exploração econômica que fomenta o Município de São Luís de Montes Belos, o produto interno bruto (PIB), segundo dados da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) alcançou, em 2002, R\$ 190.311,35 (cento e noventa mil, trezentos e onze reais e trinta e cinco centavos), sendo que, deste valor, 48,1% (quarenta e oito vírgula um por cento), ou seja, R\$ 91.539, 75 (noventa e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) representam o valor apurado com as atividades agropecuárias - setor mais representativo da economia-, sendo observadas, pela ordem, a atividade bovinocultura de leite em primeiro lugar, seguida da bovinocultura de corte e da mandiocultura.

A observância da conjuntura econômica do Município de São Luís de Montes Belos, centrada na agropecuária, fomentou a constituição do Arranjo Produtivo Local (APL) Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos voltado para a exploração da produção animal, especialmente, a leiteira que, em 2006, apontou que a produção na região era de 116.239.000 litros de leite por ano.

Nesse sentido, o Arranjo Produtivo Local (APL) Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos compreende os Municípios de Adelândia, Aurilândia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Firminópolis, Ivolândia, Moiporá, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palminópolis, Paraúna, Sanclerlândia, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

Dessa maneira, percebe-se que a exploração das atividades agropastoris representa elemento importante tanto para o desenvolvimento econômico quanto ao social da região investigada.

À respeito dessa situação econômica, a atividade empresarial apresenta um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, independentemente do local onde se encontra situada – zona rural ou urbana. Assim sendo, Comparato (2010) demonstra a importância fundamental da empresa nesse contexto:



Se se quiser indicar uma instituição que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação, sirva de elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, a escolha é indubitável: essa instituição é a empresa. É dela que depende, diretamente, a subsistência da maior parte da população ativa desse país, pela organização do trabalho assalariado. A massa salarial já equivale, no Brasil, a 60% da renda nacional (COMPARATO *apud* GOMES, 2010, p.03).

De forma concomitante, a empresa rural assim definida como um empreendimento executado por qualquer pessoa (física ou jurídica), tanto de iniciativa pública ou privada, que tem por objetivo a exploração econômica e racional de imóvel rural, observada a condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável ou pastagens, matas naturais e artificiais, atentando para o respeito aos contratos agrários firmados pelos empresários rurais e os direitos trabalhistas celebrados com os empregados.

A empresa rural, portanto, aparentemente representa um projeto de transformação de uma coletividade regionalizada numa estrutura de característica rurícola, sendo que o campo de pesquisa quedará baseado em proposições e respostas ao desenvolvimento da região Centro-Oeste goiana, em busca de uma melhoria de condições de vida dessa determinada região.

A necessidade da pesquisa proposta surge a partir da constatação de problemas enfrentados pela Região Centro-Oeste Goiana, para incrementar uma política voltada para o desenvolvimento, demonstrando sua identificação como área de desenvolvimento distinta dos conhecidos centros econômicos, tendo em vista apresentar uma exploração majoritária da zona rural, portanto, de inexpressiva atividade industrial vinculada aos produtos extraídos da agricultura e pecuária.

O apoio ao desenvolvimento regional, de forma simples, seria a possibilidade de prover condições melhores a título de bem-estar social de uma determinada região, tendo, por exemplo, aplicação de políticas públicas de incentivo à mobilidade de fatores de organização, competitividade empresarial ou territorial<sup>1</sup>; criação de órgãos direcionados para o desenvolvimento regional, tais como: Ministério da Integração Nacional, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); com observâncias de análises informativas consistentes em potencialidades locais e participações de atores sociais.

---

<sup>1</sup> Segundo Figueiredo (2009 *apud* Lima e Souza, 2012, p. 8), a competitividade das regiões "depende assim da própria qualidade da "governança" territorial e dos níveis de capital social e de confiança existentes numa dada região ou território. Por esta via, a capacidade de D. Mayes acaba por contribuir para a durabilidade da diferenciação competitiva dos mesmos. Por outro lado, essa capacidade é acumulável mediante processos de aprendizagens social e institucional. Daí pode falar-se de "learning regions", ou seja, de regiões que acumulam experiência, conhecimento, saber-fazer para a diferenciação competitiva, seja ela a da inovação tecnológica, a do lazer, da valorização dos recursos naturais e das paisagens, etc".

Nesse sentido, o desenvolvimento regional se atenta para as desigualdades existentes entre as regiões do País, notadamente considerando a distribuição de renda e infraestrutura, concentração industrial e densidade populacional, objetivando alcançar um padrão planejado de reprodução do capital em oposição a um padrão espontâneo verificado em determinada região.

A partir desse propósito, a pesquisa torna-se relevante por, além de abordar aspectos atinentes ao desenvolvimento regional, o relaciona a empresa rural e, ainda, delimita o estudo à região de São Luís de Montes Belos - GO, sendo, portanto, única, relevante e inovadora a presente pesquisa.

Desse modo, ao analisar a empresa rural como ponto central para o desenvolvimento regional de São Luís de Montes Belos, atenta-se como sendo um empreendimento que explora atividades agrárias com a observação de requisitos de produtividade e eficiência, além de zelar para a função social da propriedade, exigindo, para tal, o cumprimento das normas protetivas da relação de trabalho e aos contratos agrários.

Percebe-se, então, uma preocupação não somente quanto ao aspecto econômico, mas também social, objetivando, assim, uma melhor qualidade de vida à população montebelense e de regiões circunvizinhas.

Para corroborar com a importância deste estudo, cumpre salientar que a Constituição da República Federativa do Brasil/88, define expressamente os objetivos fundamentais ao consignar a garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais, em seu Artigo 3º.

E, de forma concomitante, há que se ressaltar que, em atenção aos preceitos constitucionais, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) elaborou um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) com a participação popular e de agentes públicos, visando prover uma análise da situação da região e propor soluções para seu desenvolvimento.

Diante desses propósitos, o mencionado instrumento objetiva, dentre outros aspectos, a melhoria na qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais, garantindo que o dinamismo da economia se traduza em efetivo benefício dos centro-oestinos; o aumento da capacidade econômica regional, de modo a consolidar sua posição como grande centro de exportação do Brasil, com diversificação da pauta de produtos voltados para o mercado nacional e o mercado externo; a formação de um ambiente de inovação na economia regional com a ampliação das pesquisas, desenvolvimento de tecnologias e aumento do nível de qualificação dos trabalhadores e empresários centro-oestinos e a ampliação da agregação de

valor da produção primária regional com adensamento das cadeias produtivas e beneficiamento dos produtos agropecuários, vegetais e minerais.

Os referidos objetivos podem ser plenamente alcançados por meio das atividades provenientes da empresa rural, tendo em vista que sua atividade fundamenta-se na produtividade e eficiência, o que exige investimentos tecnológicos inovadores e qualificação de todos os envolvidos, além de repercutir em resultados econômicos pela valoração dos produtos primários e em exportações destes produtos de origem na agropecuária (por exemplo: o agronegócio).

Assim, este projeto de pesquisa fundamenta-se numa análise regional, cuja localidade é o Município de São Luís de Montes Belos, onde se constatou valorização dos aspectos sociais, político-institucionais, econômicos, demográficos e ambientais, face à implantação e desenvolvimento de sua atividade rurícola por meio da empresa rural.

Nesse contexto, a questão norteadora desta pesquisa é assim formulada: existe relação entre a empresa rural do setor lácteo e o desenvolvimento do Município de São Luís de Montes Belos?

São objetivos específicos do presente estudo: analisar o aspecto teórico da empresa rural, abrangendo o contexto conceitual, legal e suas particularidades; caracterizar as empresas rurais do setor lácteo, situadas no Município de São Luís de Montes Belos, e suas interligações econômicas; e, por fim, identificar variáveis encontradas nas empresas rurais locais pesquisadas que estão relacionadas com o desenvolvimento de São Luís de Montes Belos.

A presente dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro aborda uma revisão da literatura acerca do desenvolvimento regional, incluindo os aspectos relacionados ao conceito, aos movimentos político-históricos e fatores determinantes levantados para analisar o desenvolvimento, além do plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).

O segundo capítulo trata da evolução da agricultura no mundo e de aspectos relevantes da empresa rural. O terceiro capítulo versará sobre a história de São Luís de Montes Belos, além da criação do Arranjo Produtivo Local Lácteo de sua microrregião, além do perfil socioeconômico deste município.

O quarto capítulo descreve a metodologia utilizada para a realização dessa dissertação, incluindo a matriz de amarração utilizada na confecção do questionário utilizado na pesquisa de campo. Os resultados do trabalho de campo acrescido da análise e comparação dos dados obtidos estão presentes no quinto capítulo.

Por fim, logo após o quinto capítulo foram apresentadas as considerações finais do estudo de forma a culminar os aspectos mais relevantes presentes no referencial teórico e relacioná-los aos resultados alcançados na pesquisa de campo.

## **CAPÍTULO 1 - ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Este capítulo trata da revisão da literatura existente sobre o desenvolvimento regional, abordando aspectos conceituais, movimentos políticos históricos e fatores determinantes levantados para analisar o desenvolvimento regional, além do plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) que representa um instrumento de política de desenvolvimento da região.

### **1.1 Aspectos Conceituais do Desenvolvimento Regional**

O desenvolvimento regional, de forma singular, consiste num processo de transformação apontado em agrupamentos humanos, capaz de ensejar a promoção de dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. O desenvolvimento representa importante modificação nas bases econômicas, político-administrativas e na organização social em nível local, proveniente da mobilização de energias da sociedade por meio dos atores sociais com exploração de suas capacidades e potencialidades próprias da região.

Assim, é mister abordar o que vem a ser a definição de região para a compreensão de desenvolvimento regional. Para tanto, colaciona-se as palavras de Lacoste (1988 *apud* Etges e Feger, 2013, p. 40):

Enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política, [...] os geógrafos acreditam na ideia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia e da história. Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar a ideia de região. [...] Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais (LACOSTE, 1988 *apud* Etges e Feger, 2013, p. 40).

De forma mais perfunctória, Carleial (1993 *apud* Boisier, 1996, 121) assevera que a construção da região encontra-se vinculada às relações advindas de poder:

Defende-se, aqui, que a categoria regional deve representar unidades espaciais que se diferenciam e que podem estar referidas a diferentes níveis de análise. Pode-se utilizar a categoria regional para tratar questões que ocorrem a nível de Estado, município ou parciaisidades de qualquer desses níveis, como regiões urbanas, rurais, agrícolas ou industriais (CARLEIAL, 1993 *apud* Boisier, 1996, p. 121).

E, de forma conclusiva, Fonseca (1999, p. 92-93) destaca que:

Com base em Anne Gilbert, citada por CORRÊA (1994), três abrangentes conceitos da região prevalecem nos últimos anos [...]. É a região de vivência, região como resultante de articulações e embates entre atores sociais, na busca de poder e dominação. É o que chamo de região do poder, região como resultante da dinâmica acumulação capitalista, desigual e combinada. Denomino de região do capital. Além desses, destaco, também, a região como base de reivindicações de específicas classes sociais (FONSECA, 1999, p. 92-93).

A partir da análise do conceito de região, resta mais compreensível o entendimento acerca do desenvolvimento regional. Ablas (1991, p. 44) salienta que "Dentro de uma complexidade, o conceito de desenvolvimento pode ser levado a um nível espacial menor que a nação de forma a caracterizar o que poderia ser chamado de desenvolvimento regional."

De acordo com Goodland, o "Desenvolvimento é o padrão das transformações econômicas, sociais e estruturais, através da melhoria qualitativa do equilíbrio relativo ao meio ambiente" (GOODLAND, 1989 *apud* Rodrigues, 2001, p. 208).

De forma complementar, Oliveira conceitua o desenvolvimento a partir da necessidade da sociedade no planejamento da ocupação do espaço e suas repercussões:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

O desenvolvimento encontra-se relacionado a um processo de interação entre o homem e a natureza, onde se destacam oportunidades ou potencialidades, por exemplo a existência de bens materiais disponíveis, juntamente com estrangulamentos da viabilidade de melhores condições de vida, como longos períodos de seca. Assim sendo, constitui finalidade do desenvolvimento regional a identificação do tipo de atividade produtiva que possa ser incrementada em algumas regiões que apresentam condições adversas de produção e *habitat* de vida (ABLAS, 1991).

O desenvolvimento apresenta ligação entre o crescimento populacionais de renda (crescimento econômico) e a respectiva distribuição de renda (distribuição dos frutos do crescimento econômico). Nesse sentido, Paiva e Wajnam (2005, p. 303-304) enfatizam que: "Se por desenvolvimento se entende mais do que crescimento da renda, levando-se em conta

também os processos de transformações estruturais em diferentes esferas da sociedade, percebe-se logo que a complexidade das relações é ainda maior".

A análise de uma atividade produtiva corresponde à verificação do grau de seu desenvolvimento, a partir de um ou mais produtos relacionados com a renda *per capita* de uma sociedade, associado a fatores culturais, sociais e respeito ao meio ambiente. O complexo de atividades existentes em determinada região configura a denominada economia regional fundada na análise dos meios de consumo em contrapartida ao ambiente produtivo (ABLAS, 1991).

O desenvolvimento regional, portanto, apresenta-se como resposta aos efeitos decorrentes de um modelo de sistema econômico (capitalista) a um território, evidenciando a promoção da diminuição ou atenuação das desigualdades sociais entre a riqueza ostentatória e a miséria absoluta (FERNANDEZ, 2011).

No mesmo sentido, Sen (1999 *apud* Paiva e Wajnman, 2005, p. 310) afirma que:

A ênfase sobre o conceito de desenvolvimento deixa de se concentrar no crescimento econômico para tratar do acesso às oportunidades econômicas, sociais e políticas. A liberdade é um conceito central não apenas como meio, mas também como o próprio fim do desenvolvimento. Nesta nova visão de desenvolvimento enfatiza-se muito a importância da redução da pobreza e da desigualdade, que serão temas centrais na agenda das agências multinacionais a partir dos anos 90 (SEN, 1999 *apud* Paiva e Wajnman, 2005, p. 310).

Segundo Gama, os problemas nacionais encontram-se ligados aos problemas regionais:

A existência das desigualdades regionais é um problema da sociedade nacional como um todo, não apenas dos residentes nas regiões menos desenvolvidas. Os problemas regionais não estão isolados dos nacionais, pelo contrário, o caso do Nordeste, segundo Celso Furtado (1982), reflete toda a exclusão social do desenvolvimento brasileiro. Os grandes problemas nacionais só podem ser estudados corretamente se levarem em consideração os desequilíbrios regionais (GAMA, p. 6).

Denota-se, portanto, observar que desenvolvimento regional não se encontra vinculado apenas ao aspecto econômico, mas a outros elementos inerentes aos fatores sociais, demográficos, ambientais e humanos, ou seja, as melhorias consideráveis da vida das pessoas.

## **1.2 Processo Histórico e Teorias Clássicas do Desenvolvimento Regional**

O desenvolvimento regional até a Segunda Grande Guerra (1939 a 1945) apresentava-se, de forma majoritária, estudada como uma questão de localização das atividades industriais

e agrícolas, consoante trabalhos apresentados por Von Thune (1816;1966), Weber (1907;1969) e Losch (1933;1954) ou da promoção de serviços e da supremacia do entendimento da centralização das atividades urbanas, segundo Christaller (1939: 1966). No entanto, não subsistia ainda uma concepção mundial de que a questão urbana consistia num problema social e político, salvo a exceção dos Estados Unidos da América por apresentar trabalhos da Escola de Chicago com Park, 1926; Wirth, 1928; Mumford, 1938 (DINIZ, 2009).

A primeira demonstração mundial pertinente ao desenvolvimento regional ocorreu na extinta União Soviética, por meio do Plano de Eletrificação Nacional, elaborado em 1925, que estabelecia a construção de várias usinas hidroelétricas, portanto fundamentais para o desenvolvimento regional imediato e suas futuras interligações com novas políticas. Ele foi apresentado pela Comissão Nacional de Planejamento, em 1928, introduzindo fatores ligados à dimensão regional e à preocupação geopolítica de ocupação da Sibéria (DINIZ, 2009).

Com o desencadear da Segunda Guerra Mundial, essa preocupação ocupou posição de destaque, principalmente, após a invasão alemã e a alta concentração populacional e produtiva na Rússia europeia. Como forma de defesa territorial, ocorreu a transferência de várias atividades para o oeste dos Montes Urais<sup>2</sup>, promovendo a formação de complexos produtivos direcionados para o aproveitamento dos recursos naturais e o planejamento do desenvolvimento de cidades na Sibéria, com destaque para atividades industriais no ramo militar (DINIZ, 2009).

Nesse mesmo sentido, posteriormente, planejou-se o desenvolvimento de centros urbanos direcionados para serviços científicos e culturais, como sendo base para exploração tecnológica, destacando-se a cidade de Akademgorodok, em Novosibirsk.

Com o advento da crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão, iniciada em julho com uma leve recessão econômica e que teve como marco o dia 24 de outubro, com queda abrupta dos valores de ações na bolsa de valores, de Nova Iorque. Assim, milhares de acionistas perderam, literalmente da noite para o dia, elevadas somas em dinheiro aplicadas no mercado de ações. Ademais, os reflexos dessa quebra na bolsa de valores agravou a situação de recessão, ocasionando uma grande deflação (diminuição dos preços ao consumidor e aumento do valor real do dinheiro) e queda nas taxas de venda de produtos, bem como, por via de consequência, a cessação de inúmeras empresas comerciais e industriais e ao crescimento drástico das taxas de desemprego (DINIZ, 2009).

---

<sup>2</sup> Representam uma cordilheira de montanhas na Rússia que, normalmente, definem a fronteira entre a Europa e a Ásia. Sua extensão vai das estepes cazaques, ao longo da fronteira norte do Cazaquistão, até à costa do oceano Ártico, com cerca de 2000 km de comprimento e 100 km de largura.



A Grande Depressão também refletiu, fortemente, na economia de outros países, como: Alemanha, Países Baixos, Austrália, França, Itália, Reino Unido e, especialmente, o Canadá. Porém, em certos países pouco industrializados naquela época, como o Brasil (que não conseguiu vender o café que tinha para outros países), desencadeou a aceleração do processo de industrialização. Por outro lado, a União Soviética não sofreu nenhum abalo por ter um sistema socialista com economia e política fechadas para os países capitalistas.

Nesse contexto de crise, incrementou uma preocupação com os problemas das desigualdades regionais nos países industrializados, o que possibilitou a conscientização das desigualdades e a mudança do papel do Estado.

Outros fatores que contribuíram com essa mudança de pensamento, foram decorrentes da revolução keynesiana, do avanço de técnicas e práticas de planejamento, da criação de políticas de redução das desigualdades regionais e do reordenamento do território com a criação de instituições próprias para tal finalidade, como por exemplo: a *Tennessee Valley Authority* (TVA), em 1933. Essa instituição promoveu obras para coibir os reflexos das cheias dos rios, construção de usinas hidrelétricas, desenvolvimento da navegação e transporte rodoviário, expansão e modernização da agricultura e da indústria, além da promoção do desenvolvimento urbano e de serviços (DINIZ, 2009).

As repercussões decorrentes da crise de 1929 repercutiram na Inglaterra, com a estagnação das regiões mineradoras e das áreas da velha industrialização no norte do país, em contraste com a concentração industrial na região de Londres, o que resultou na formação de um conflito conhecido como “divisão norte-sul”. Como medida de corrigir essa desigualdade, foi constituída a Comissão Barlow (1937-1940) para a recuperação e expansão das atividades industriais na região norte (DINIZ, 2009).

O mesmo autor, ainda, destaca que a Itália também apresentava um quadro diferenciado de desenvolvimento entre o norte e o sul do país, especialmente na fase da redemocratização, após o declínio do regime fascista caracterizado pela veneração ao Estado, a devoção a um líder forte ao ultranacionalismo, etnocentrismo e militarismo. Para a viabilização do desenvolvimento do país, foi instituída a *Casa Del Mezzogiorno*, em 1950, com o propósito de implementar uma política de industrialização para a região sul, fundamentada na aplicação de incentivos fiscais para amenizar os efeitos dos custos de produtos e mão de obra (DINIZ, 2009).

A França, por sua vez, apresentou o quadro caracterizado pela elevada concentração populacional em Paris e o esvaziamento do campo, o que exigiu a execução de uma política de desconcentração na produção e o reordenamento territorial com a orientação para

investimentos das empresas do Estado em regiões, especialmente, selecionadas e com diversificação de infraestrutura, a partir de 1940. Em 1963, foi criada a *Delegacion Interministérielle à l'aménagement du Territoire et à l'attractivité régionale* (Datar), que alavancou o fortalecimento de uma rede de cidades, conhecidas como “metrópoles de equilíbrio”, que centralizaram investimentos industriais e públicos voltados para a cultura e educação (DINIZ, 2009).

Nesse contexto de observações e condutas de políticas públicas dos países europeus, tendo como finalidade a reorganização territorial para alcançar o equilíbrio das condições sociais e organizacionais na busca do desenvolvimento regional, impulsionou a formação de escolas de pensamento. A primeira escola, denominada de “ciência regional”, resgatou a teoria germânica de localização, adequando-a ao pensamento econômico neoclássico, criando a Associação de Ciência Regional, sob o comando de Walter Isard que escreveu as obras *Location and space economy* e *Methods of regional and interregional analysis*, em 1956 e 1960, respectivamente.

A referida escola pautou-se em modelos de equilíbrio, com observação nos custos de transporte, em mercados concorrentes, e, ao mesmo instante, desenvolvendo técnicas de análise regional, como o modelo insumo-produto que permite a identificação da interdependência das atividades produtivas, no que concerne aos insumos e produtos utilizados e decorrentes do processo de produção.

A outra escola do pensamento, acerca do desenvolvimento regional, teve como precursor o francês François Perroux, influenciado por Schumpeter através da tradução da obra intitulada a "Teoria do Desenvolvimento Econômico", defendendo o conceito de polo de crescimento e do papel essencial da empresa motriz para o crescimento (DINIZ, 2009).

De acordo com a teoria de Perroux, a aparição de uma indústria nova ou o crescimento de uma indústria existente difunde, o que faz com que, ao longo de grandes períodos, sejam espalhadas transformações que facilitam o surgimento de novas indústrias e a continuidade na difusão das inovações. No entanto, o crescimento não ocorre em todos os lugares, mas em polos de desenvolvimento, com intensidades variáveis, de onde expande seus efeitos para o resto da economia. Em um polo industrial complexo, aglomerado geograficamente e em crescimento, intensificam-se as atividades econômicas, que geram também disparidades regionais. O polo de desenvolvimento modifica seu ambiente geográfico imediato e, se é poderoso, toda a estrutura da economia nacional a que integra (GAMA, p. 7).

A partir do conceito de dominação e polo de crescimento, Perroux, em sua obra *Economia do Século XX*, analisou a concepção de espaço, desenvolvendo sua classificação em espaço homogêneo, espaço polarizado e espaço plano, sendo, posteriormente, adaptada a

classificação por Boudeville em região homogênea, região polarizada e região plana, fundamentando critério para a identificação de regionalização e o estabelecimento de políticas públicas regionais (DINIZ, 2009).

A região é homogênea quando corresponde a um espaço contínuo onde cada uma de suas partes apresenta características semelhantes. A região é polarizada quando se considera a interdependência das aglomerações urbanas, onde suas diversas partes são complementares, em um sistema hierarquizado de acordo com os bens produzidos. A região é uma região-plano quando considerada como um espaço contínuo onde as diversas partes estão sob uma mesma decisão (LIMA; SIMÕES, 2010, pag. 8).

Segundo Perroux, o desenvolvimento não acontece de forma regular, não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas sim de forma desigual nos diferentes espaços e em diferentes intensidades. Os polos de crescimento são, justamente, os pontos de maior desenvolvimento, intitulados por ele como empresas motrizes, que se desenvolvem mais cedo que outras e influenciam a economia de um determinado espaço. A indústria motriz tem a capacidade de fomentar outras indústrias, chamadas de indústrias movidas, através de seu volume de produção e compra de serviços. O polo de crescimento pode representar também um conjunto de empresas concentradas num território que formam uma unidade econômica motriz e que exercem um efeito indutor de crescimento de outras unidades com as quais se relaciona (LIMA; SIMÕES, 2010).

Outras teorias sobre o desenvolvimento regional foram elaboradas nesse período, como a teoria de base de exportação, criada por Douglas C. North em 1950. Essa teoria afirma que devem existir forças que permitam a implantação de um processo de desenvolvimento no interior de uma determinada região:

A hipótese de partida é que tal região se beneficia de uma vantagem importante que lhe permite basear seu desenvolvimento sobre as exportações. Como origem desse teórico tem-se a economia urbana, segundo a qual a base de uma cidade é constituída pelas suas exportações, que permitem o pagamento das suas importações e asseguram o crescimento através dos efeitos multiplicadores sobre a estrutura produtiva interna. Essa teoria, uma vez ampliada para ser aplicada à região, estabelece que a base regional se compõe de atividades exportadoras, ligadas, geralmente, aos recursos naturais e às condições favoráveis à sua exploração (portos, clima, qualidade do solo, riqueza do subsolo etc.). Podem ser atividades produtivas - agrícolas ou industriais -, mas podem se constituir, igualmente, em algum tipo de serviço às empresas ou à população (ABLAS, 1991, p. 45).

Diante dessa dinâmica para o desenvolvimento, restam presentes três grupos de atividades regionais: a exportadora ou básica que compreende àquela que se apresenta geograficamente determinada e distinta de outras regiões; a produtora de bens e serviços

finais que asseguram a satisfação do mercado local e regional e, a produtora de bens intermediários para o mercado regional que se apresenta como resultado da atividade exportadora e a produtora através da geração de unidades produtivas de insumos para abastecer as outras atividades regionais (ABLAS, 1991).

A partir do funcionamento do processo compreendido com as três atividades regionais, observa-se a ocorrência de efeitos caracterizadores de desenvolvimento regional com a distribuição de renda aos agentes econômicos regionais que, por sua vez, aumentarão a demanda de bens e serviços finais, bem como a realização de compras pelas atividades exportadoras, desencadeando o desenvolvimento das atividades intermediárias da região para fomentar a produção de insumos próprios (ABLAS, 1991)..

De igual forma, os referidos efeitos irão repercutir também nas atividades finais que apresentarão níveis superiores de produção, o que refletirá com a distribuição de renda adicional e produção do respectivo setor e crescimento da produção do setor exportador, caracterizando, portanto, um novo ciclo produtivo (ABLAS, 1991)..

Em 1957, Gunnar Myrdal analisa as disparidades econômicas e sociais existentes entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos e existentes dentro de um mesmo país, e cria uma teoria sobre a dinâmica econômica regional, chamada de *causação circular cumulativa* (LIMA; SIMÕES, 2010).

O objetivo da Teoria da Causação Circular Cumulativa seria então analisar as inter-relações causais de um sistema social enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas. Deve-se identificar os fatores que influenciam o processo, quantificar como os mesmos interagem e influenciam uns aos outros e como são influenciados por fatores exógenos, pois são justamente estes últimos que movem o sistema continuamente, ao mesmo tempo em que mudam a estrutura das forças dentro do próprio sistema, o que justifica a intervenção pública. Quanto mais se conhece sobre a forma de interação dos diferentes fatores analisados, mais adequados serão os esforços de políticas adotados e maior será a probabilidade de maximizar os efeitos da mesma (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 9).

De acordo com a teoria de *causação circular cumulativa*, um fator negativo é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos. A falência de uma empresa, por exemplo, causa perda de emprego, diminuição de renda e de demanda local como efeitos imediatos em região. Esses efeitos imediatos provocam, por sua vez, queda da renda e queda na demanda de outras atividades, seguindo um ciclo vicioso de fatores negativos. O mesmo acontece com fatores positivos ao se considerar, hipoteticamente, a diminuição de impostos que pode proporcionar novas oportunidades de empregos, aumento da renda e, conseqüentemente, maior demanda por bens e serviços, maior atratividade local e criação de

novas atividades econômicas. Myrdal salienta que políticas públicas e incentivos governamentais são de extrema importância para o processo de dinâmica econômica regional (LIMA; SIMÕES, 2010).

Outra teoria clássica do desenvolvimento regional é a do crescimento desequilibrado de Albert Hirschman que, segundo Gama, estabelece que:

[...] a meta do desenvolvimento não seria eliminar os desequilíbrios, mas mantê-los, pois seriam as tensões e desequilíbrios que induziriam o próprio desenvolvimento, por meio da sua contínua e incessante superação. Para tanto, as inversões deveriam ser induzidas para promover desenvolvimento, calculando-se os seus efeitos de transformação econômica. Para o autor, existem dois tipos de cadeias de reação provocadas pela decisão de inversão: os efeitos de arrasto (backward linkage) e os efeitos de propulsão (forward linkage). Os efeitos de arrasto fundam-se no fato de toda atividade produtiva não primária criar certa procura de insumos (matéria-prima, mão-de-obra, equipamentos etc) para abastecê-la e os efeitos de propulsão no fato de que uma nova atividade produtiva pode significar insumos potenciais para novas atividades e empreendimentos. Ao adicionarem-se os dois efeitos em cada caso concreto, torna-se possível planejar as decisões de inversão em função da capacidade de provocar as modificações estruturais favoráveis ao desenvolvimento (GAMA, p. 8).

Corroborando com o pensamento das correntes clássicas, Diniz é enfático ao afirmar que:

A linha do desenvolvimento polarizado e desequilibrado recebeu grande contribuição de vários autores que se tornaram clássicos, como Myrdal (1957), Hirschman (1958), Kaldor (1966 e 1970), entre outros. Esses autores analisaram os efeitos da polarização na criação e na manutenção das desigualdades regionais e apontaram possíveis saídas. A partir da década de 1960, a criação e o fortalecimento de pólos de desenvolvimento passaram a ser generalizadamente utilizados como metodologia e instrumento de desenvolvimento regional na maioria dos países. Nos últimos anos, esses pólos ganharam nova roupagem, como a concepção de distritos industriais, “clusters”, parques tecnológicos, entre outras denominações (DINIZ, 2009, p. 231).

No entanto, após o ápice do pensamento e da realização de políticas voltadas para o desenvolvimento regional, entre as décadas de 1950 e 1960, ocorreram crises nesses movimentos, caracterizadas pelos resultados positivos no pós-guerra e diminuição da preocupação do regionalismo. Em consequência desta situação, houve a ascensão de ideologias de intervenção do Estado na economia, pressão de grupos de esquerda, surgimento de novos fenômenos socioeconômicos (desindustrialização, necessidade de novos centros tecnológicos, modificações na divisão internacional do trabalho), ascensão de governos republicados, processos inflacionários, individualização de cada país membro da União, dentre outros.

Por sua vez, a União Europeia promoveu o ressurgimento do pensamento sobre o desenvolvimento regional na década de 1990, tendo em vista que as desigualdades internas de cada país, associadas às diferenças de um país para com o outro, insurgiram como problemas regionais de escala transnacional para todo o bloco.

Nesse contexto, os problemas de integração regional com outras partes do mundo e a expectativa de convergência de rendas fundamentaram a inserção da política regional na pauta de ações dos governos. Ademais, com o advento das conquistas tecnológicas e a definição de novos centros tecnológicos, desencadeou uma preocupação pela inovação como elemento para o desenvolvimento regional (DINIZ, 2009).

Segundo este autor, há uma adequação dos fluxos econômicos, em face das ligações além das fronteiras nacionais:

A integração da economia mundial superou as fronteiras nacionais e estabeleceu um sistema de fluxos onde as localidades se articulam diretamente, recolocando a questão das economias de aglomeração e das externalidades como elementos centrais nos padrões locais e no sucesso competitivo. Nessa linha de raciocínio, entra de cheio o economista Paul Krugman (1991) com uma nova teoria da relação centro-periferia, introduzindo concorrência imperfeita e economias de escalas na geração de externalidades e dos retornos crescentes para explicar os padrões de explicação territorial da produção. Paralelamente, a geografia econômica passou a buscar diferentes elementos explicativos para o entendimento da reorganização territorial da produção à escala mundial (Storper, 1995; Swyngedouw, 1989; Markusen, 1985; Brenner, 1999). Estão, pois, postas as condições para uma vigorosa retomada do debate teórico e das políticas de desenvolvimento regional, no mundo e no Brasil (DINIZ, 2009, p. 232).

De uma forma ampla, portanto, a procura pelo crescimento econômico atenta para as regiões que detém melhores potenciais atrativos com infraestrutura de recursos naturais e humanos necessários para a fixação de seus empreendimentos em busca de resultados mais lucrativos. Tal premissa impõe, categoricamente, um crescimento desigual entre as regiões, o que torna o desenvolvimento regional um instrumento importante para suprir essas desigualdades regionais, econômicas e sociais.

### 1.2.1 Desenvolvimento regional no Brasil do século XIX até o início da ditadura militar

O desenvolvimento regional, no âmbito do Estado brasileiro, encontra-se presente, desde o século XIX, como reflexo da preocupação das consequências sociais decorrentes das secas no Nordeste do País, juntamente com a necessidade de controle territorial da região Amazônica. Nesse sentido, em 1877, foi criada a Comissão Imperial com o objetivo de analisar o problema da seca e apresentar soluções, sendo, então, sugerida por ela o

desenvolvimento dos transportes, a construção de barragens e a transposição do Rio São Francisco.

Para ilustrar a dimensão do problema da seca no Nordeste, Furtado (2001 *apud* DINIZ, 2009) destaca que cerca de 100 a 200 mil pessoas tenham morrido apenas nas últimas décadas do século XIX e, de igual forma, entre o final do século XIX e início do século XX, cerca de 500 (quinhentas) mil pessoas tenham se deslocado para o território da Amazônia, atraídas pela promissora possibilidade de trabalho com a exploração da borracha para fins de exportação.

Em processo contínuo e regionalizado, foram criadas comissões, em 1904, para analisar o problema da seca nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, bem como a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), posteriormente, em 1906, transformada em Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 1945.

A propósito, a concepção de planejamento associada a desenvolvimento somente ocorreu, concretamente, no Brasil pelas elites dominantes (burguesas) a partir da década de 1930, em razão da ruptura das ideologias fundadas pela estrutura das oligarquias. Nesse sentido, Santana destaca:

No Brasil, a idéia de planejamento como instrumento de desenvolvimento foi assumida concretamente pelas elites dominantes a partir da década de 1930. Influenciada pelo movimento de modernização que atingiu a América Latina na década anterior e daí em diante, ainda que de forma heterogênea e com ritmo próprio nos diferentes países do continente, a idéia de planejamento fez-se acompanhar por uma nova concepção de progresso econômico e social, para o qual a noção de modernização política e econômica servia de suporte fundamental. A implantação da prática do planejamento no país é o resultado de profundas alterações tanto na estrutura, quanto nas funções do Estado brasileiro. De 1930 em diante, assistimos a uma notável reelaboração das relações entre Estado e Sociedade no Brasil. Para Ianni, desde essa época, os desenvolvimentos do poder público revelam a acentuação dos seus conteúdos burgueses, em confronto com os elementos sociais, culturais e políticos do tipo oligárquico vigentes nas décadas anteriores a 30 (SANTANA, 2009, p.25).

O Brasil, até o ano de 1939, não apresentou consideráveis projetos de planejamento de suas atividades, ou seja, restou configurado o afastamento do Estado quanto às atividades econômicas internas. No entanto, em janeiro de 1939, houve a demonstração da primeira tentativa de planejamento econômico do País, com a apresentação do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional previsto de 1939 a 1944, que consistia num instrumento voltado para a criação de indústrias básicas, execução de obras públicas indispensáveis e o aparelhamento da defesa nacional.

Apesar de o Plano Especial ser considerado um marco inaugural do planejamento no Brasil, representou mais uma previsão de obras a fazer do que propriamente um plano, mas trouxe obras inegáveis como reflexos da concepção da função do Estado como propulsor da economia e do desenvolvimento.

À respeito do Plano Especial, Rezende destaca alguns pontos importantes:

Marcos importantes das medidas adotadas nesse período foram a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público- DASP-, de vários órgãos públicos com funções de regulação das principais atividades do setor agrário exportador, e de duas empresas voltadas para o processamento de matérias-primas nacionais- A Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Nacional de Álcalis. Coube ao DASP a tarefa de elaboração do primeiro plano quinquenal da história do planejamento brasileiro - O Plano Especial de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), que teve vida curta, tendo sido revisto e ampliado logo em seguida, assumindo o nome de Plano de Obras e Equipamentos –POE. Na verdade, como foi assinalado por alguns autores, esses planos não passavam de um rearranjo orçamentário, com o reforço de verbas e de controles sobre a execução dos projetos ali incluídos (REZENDE, 2009, p. 1)

Em 1945, foi criada pelo Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº. 8.031, de 3 de outubro de 1945, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), sociedade anônima de capital aberto, para a finalidade de prover a geração e transmissão de energia em alta e extra-alta tensão, explorando a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, para atender as necessidades da Região Nordeste do País.

No âmbito das teorias acerca do desenvolvimento no Brasil, Bocchi e Gargiulo (2013, p. 3) salientam que "Após a Segunda Guerra, especialmente nos anos 1950, nasce a chamada Economia do Desenvolvimento, com o pensamento anglo-saxão e os autores latino-americanos da CEPAL<sup>3</sup>"

Rodriguez (1981 *apud* Bocchi e Gargiulo, 2013, p. 3) destaca que a teoria do desenvolvimento apresentava o estudo e a interligação entre o centro e a periferia.

Com as teorias da CEPAL, buscava-se elucidar as características que o processo de acumulação e progresso técnico assume ao se disseminar as técnicas de produção capitalistas, no âmbito de um sistema econômico composto por centro e periferia. Na tese central que a representa em sua originalidade, tem-se a percepção que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual naqueles dois pólos. As indústrias do primeiro ao se desenvolverem mais rapidamente, promovem elevação dos níveis técnicos e de produtividade nas matrizes produtivas dessas economias. Em um grau comparativo, as economias periféricas obtiveram progresso técnico apenas em seus setores agroexportadores, e observam grande divergência nos outros

---

<sup>3</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada pela Resolução 106 do Conselho Econômico e Social, de 25 de Fevereiro 1948, tendo por objetivo contribuir para o desenvolvimento social e econômico da América Latina, através de ações próprias para tais metas e reforçar as relações econômicas entre os países e com outras nações.



setores produtivos de sua economia. Nestes conceitos a representação de centro e periferia supõe uma clara conotação dinâmica, permite perceber que o processo de desenvolvimento parte da hipótese de que há uma desigualdade inerente constituída. Assim, durante a evolução de longo prazo do sistema econômico mundial há uma tendência a aumentar as disparidades entre esses extremos (RODRIGUEZ, 1981 *apud* Bocchi e Gargiulo, 2013, p. 3)

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro de 1946, dispôs de uma atenção particular quanto ao problema da seca do Nordeste ao dispor de investimento, com objetivo de corrigir essa situação e promover um desenvolvimento à região, em seu Artigo 198:

Art. 198 - Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União dependerá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.

§ 1 ° - Um terço dessa quantia será depositado em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca.

§ 2 ° - Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações.

No sentido de acompanhar o cumprimento dessa previsão para custear o desenvolvimento regional do Nordeste, a Constituição de 1946, no ato das disposições constitucionais transitórias, determinou um prazo para a implementação de política pública para ações de combate à seca:

Art. 29 - O Governo federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias.

Em atenção a essas previsões constitucionais, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), criada em 15 de dezembro de 1948, com o objetivo de elaborar e garantir a execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco, de conformidade com o disposto no retromencionado artigo da Constituição Federal de 1946.

O aludido Plano foi apresentado ao Congresso Nacional em 1950, composto de estudos, propostas e programas de obras direcionadas para a regularização do regime fluvial do Rio São Francisco, melhoria dos sistemas de transportes e comunicações, construção de

usinas hidrelétricas, além de redes de transmissão, irrigação, saneamento tanto urbano como rural, saúde pública, fomento da produção agrícola, pesquisas voltadas para o aproveitamento de recursos minerais, reflorestamento e incremento da imigração e colonização, metas a serem executadas entre os anos de 1952 a 1956.

Para fomentar referidas metas, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por meio da Lei Federal n. 1649, de 19 de julho de 1952, sediado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com atuação junto a todos os estados da região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais, sendo, atualmente, a maior instituição financeira voltada para o desenvolvimento regional na América Latina.

Outro instrumento importante da história do planejamento no Brasil, foi a implantação do Plano SALTE, por meio da Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950, que apresentava prioridades para o estímulo e desenvolvimento direcionados para as áreas da saúde, alimentação, transporte e energia de todo o País, com recursos advindos de empréstimos externos e da receita federal, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (atual BNDES) em 1952, objetivando a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Esse Plano representa a primeira experiência de planejamento no Brasil implementada sob um regime democrático, sendo apresentado ao Congresso Nacional pelo Presidente Dutra, em maio de 1947, mas que acabou por ser abandonado em 1951, por não terem sido alcançados os objetivos pretendidos, além de ter havido defasagem entre os recursos previstos e os aplicados, falta de controle e excessiva centralização de poderes da presidência. Todavia, o Plano promoveu a construção de obras, tais como: Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro; o Hospital do subúrbio em Salvador; a conclusão da Rodovia Rio – Bahia; a Rodovia RJ – SP, mais conhecida como Rodovia Presidente Dutra e a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco (CORRÊA, 2010).

A mesma Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, também dispensou atenção a questão da Região Amazônica, em seu Artigo 199:

Art. 199 - Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal.

Em razão da Emenda Constitucional nº. 01 de 1966, restou alterado o texto do Artigo 199 limitado a extensão de 20 (vinte) anos para uma política de fomento da Região Amazônica, de maneira permanente:

Art. 199 - Na execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a União aplicará, em caráter permanente, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Conforme DINIZ (2009), a política de desenvolvimento da Região Amazônica destacou-se em 1912 com a criação da Superintendência de Defesa da Borracha, objetivando a proteção do produto da seringueira face a concorrência asiática, sendo transformada, em 1945, em Instituto Internacional da Hileia, em 1953, em Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVA), como fruto da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, e, finalmente, em 1966, em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Esse exemplo de política regional tornou-se generalizado, desencadeando outras superintendências, tais como: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP), em 1961, e a Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste (CODECO), em 1961.

De forma paralela, em 1956, ao vencer as eleições, o Presidente Juscelino Kubistchek com amparo nos propósitos de sua campanha eleitoral, determinou a criação do Conselho de Desenvolvimento, que incumbia de corrigir os pontos de estrangulamentos da economia, visando reduzir o custo Brasil e reduzir sua dependência da importação de produtos.

Assim sendo, o Conselho de Desenvolvimento visava prover o estudo de medidas necessárias à coordenação da política econômica do País, em especial ao desenvolvimento econômico; elaborar planos e programas voltados para o aumento da eficiência das atividades governamentais e, ao mesmo tempo, o fomento da iniciativa privada; avaliar relatórios e dados estatísticos provenientes da evolução dos vários setores da economia para a construção de uma produção essencialmente nacional e, ainda; estudar e elaborar medidas legais necessárias para a obtenção dos objetivos propostos.

Nesse sentido, houve o lançamento do Plano de Metas, que possuía o *slogan* de "Cinquenta anos em cinco", com propósitos distribuídos em cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação. Com relação à energia, foram dispendidas ações com vistas à ampliação da capacidade geradora de energia elétrica, ficando organizado o setor com o investimento das empresas federais na produção e distribuição com

o setor privado, por exemplo a construção da usina de Furnas, criação do Ministério das Minas e Energia, investimentos na Eletrobrás para a duplicação da produção e implantação de termelétricas e instalação de um reator na Universidade de São Paulo (USP).

O setor de transportes centrou-se em medidas para o reequipamento do sistema ferroviário, melhoria dos portos e modernização da frota comercial e ampliação e pavimentação das rodovias, como a Belém-Brasília e a Régis Bittencourt que liga o Sudeste ao Sul, a Fernão Dias que liga São Paulo a Belo Horizonte. Quanto à alimentação, restou focadas medidas para a diminuição da dependência do País das importações de trigo, construção de armazéns, silos, frigoríficos e matadouros, fabricação de tratores e produção de fertilizantes (SILVA, 2000).

A indústria de base recebeu medidas destinadas ao aumento na produção de siderurgia, alumínio, níquel, cimento, minérios de ferro e implantação da indústria de borracha sintética e natural e a de material elétrico, visando prover a indústria automobilística. E, por fim, a educação apresentou ações direcionadas para o desenvolvimento de projetos atendidos para os níveis superior e técnico ao invés de investimentos para o ensino básico, criando, assim, a Universidade de Brasília (UnB) e as Escolas Técnicas Federais.

Ademais, outra meta apresentada no Plano de Metas, considerada até meta principal, consistia na construção de Brasília no Centro-Oeste do País e, por consequência, a transferência do poder do Rio de Janeiro, então Capital Federal, para o Planalto Central, o que promoveu a inserção dos estados centroestinos, principalmente, o Estado de Goiás no cenário nacional.

A marcha para o Oeste ganha novo impulso com a construção de Brasília e a abertura de rodovias do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, e reorganiza o território nacional e a integração produtiva do mercado brasileiro. A rede viária construída a partir de Brasília facilitou a expansão da soja, cultura agrícola dos Cerrados, e preparou a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional liderado pelo Sudeste; ao mesmo tempo, abriu caminho para as primeiras grandes correntes de povoamento regional (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, 2005, p. 21).

Essas medidas influenciaram, notadamente, o crescimento da região Centro-Oeste nos cenários econômico, social, político e demográfico com várias frentes de ocupação advindas de outras regiões para se instalarem e promoverem atividades econômicas, contribuindo, assim, com o desenvolvimento da região.

### 1.2.2 Desenvolvimento regional no Brasil no período da ditadura militar

A ditadura militar, instaurada no Brasil, representou uma resposta a crise política instaurada pela renúncia, em 1961, do Presidente Jânio Quadros, tendo assumido o Vice-presidente João Goulart que promoveu a possibilidade de espaço às organizações sociais (estudantes e trabalhadores, por exemplo) ao rediscutir aspectos ligados à estrutura agrária, econômica e educacional do País. Essa situação causou um desconforto para as entidades conservadoras (banqueiros, empresários, militares, Igreja Católica), tendo em vista a possibilidade de implantação de um sistema socialista em nossa sociedade.

O período ditatorial compreende o lapso temporal de 1964 a 1985 que, resumidamente, foi caracterizado suprema autonomia do governo militar que incumbiria retificar a Constituição em vigor, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos, exonerar ou demitir ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que promovesse atos contrários à segurança da nação, ao regime democrático e à probidade da administração pública e, ainda, permitir apenas eleições indiretas para a presidência da República.

Nesse contexto histórico, houve a outorga da Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, que legalizou e institucionalizou o regime militar. No entanto, com relação ao desenvolvimento regional, essa Carta Constitucional seguiu as mesmas prerrogativas da Constituição de 1946, contemplando também uma preocupação com a política de desenvolvimento regional e a respectiva dotação orçamentária para tal mister, ao prever:

Art. 8º - Compete à União:

XIII - estabelecer e executar planos regionais de desenvolvimento;

Art. 46 - Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União, especialmente:

[...]

III - planos e programas nacionais, regionais e orçamentos plurianuais;

Art. 65 - O orçamento anual dividir-se-á em corrente e de capital e compreenderá obrigatoriamente as despesas e receitas relativas a todos os Poderes, órgãos e fundos, tanto da Administração Direta quanto da Indireta, excluídas apenas as entidades que não recebam subvenções ou transferências à conta do orçamento.

[...]

§ 6º - O orçamento consignará dotações plurianuais para a execução dos planos de valorização das regiões menos desenvolvidas do País.

Nesse sentido, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP) foi transformada em SUDESUL, em 1967 e a

CODECO, também transformada em SUDECO, em 1967, demonstrando a necessidade de interligações das regiões.

A incorporação do Centro-Oeste à economia brasileira é reforçada, no final da década de 60 e início de 70, pela estratégia do governo militar de ocupação da Amazônia e do Planalto Central brasileiro, amplia o mercado e consolida o Estado nacional. Além de ampliar os investimentos em infra-estrutura, integrando o Centro-Oeste aos núcleos dinâmicos e modernos da economia brasileira e abrir rotas de penetração demográfica, o governo militar criou a SUDECO-Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste como instância de planejamento e desenvolvimento regional da região (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, 2005, pg. 21).

A SUDECO foi criada por meio da Lei n. 5.365, de 1º de dezembro de 1967, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico das regiões de Goiás e de Mato Grosso, sendo incorporado o Território Federal de Rondônia, através da Lei n. 5.457 de 1968. A essa autarquia competia elaborar, em parceria com Ministérios e órgãos federais atuantes na área, planos diretores do desenvolvimento da Região Centro-Oeste, observando as orientações contidas no Artigo 2º da referida Lei:

Tabela 1 - Orientações da SUDECO para o desenvolvimento de planos diretores da Região Centro-Oeste

Alíneas	Orientações
a)	Realização de programas e pesquisas e levantamentos do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada a curto e a longo prazo;
b)	Definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
c)	Concentração de recursos em áreas selecionadas em função do seu potencial e da sua população;
d)	Formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;
e)	Fixação de populações regionais especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
f)	Adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
g)	Incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
h)	Ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da Região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista, sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;
i)	Ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra e treinamento de pessoal especializado necessário ao desenvolvimento da Região;

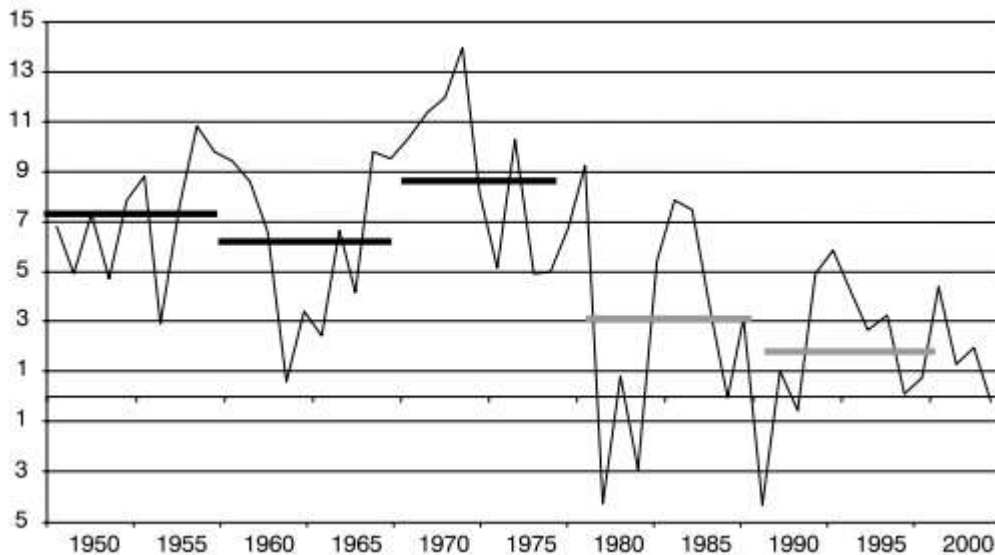
j)	Aplicação coordenada dos recursos, federais da administração centralizada e descentralizada, e das contribuições do setor privado e fontes externas;
l)	Coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento, implantação e expansão de infra-estrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades agropecuárias, industriais, mercantis e de serviços básicos rentáveis;
m)	Coordenação de programas de assistência técnica e financeira nacional, estrangeira ou internacional, a órgãos ou entidades da Administração Federal, na parte referente a normas e princípios do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Fonte: Lei n. 5.365, de de 1º de dezembro de 1967

Em atenção à previsão constitucional, foram instituídos outros planos estratégicos para o desenvolvimento, podendo-se destacar o Plano Decenal (1967-1976), o Programa Estratégico do Desenvolvimento (1968-1970) e o Programa Metas e Bases para Ação de Governo (1970-1973).

Os anos compreendidos entre 1968 e 1973 ficaram conhecidos como "MILAGRE ECONÔMICO BRASILEIRO", por ter a economia alcançado excepcional crescimento econômico durante o Regime Militar no Brasil, a partir do aumento da produção de bens de consumo, fomentou uma política salarial rígida e a concessão de benefícios ao capital estrangeiro.

Gráfico 1 – Taxas anuais de crescimento do PIB brasileiro no período de 1950 a 2000



Fonte: Paiva e Wajnman (<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a07.pdf>)

Durante esse lapso temporal conhecido como "Milagre Econômico", houve o crescimento da taxa do Produto Interno Bruto de 9,8% ao ano, em 1968, para 14% ao ano, em

1973, mas a inflação saiu do patamar de 19,46%, em 1968, para 34,55%, em 1974, além de haver um aumento da concentração de renda e da pobreza.

À respeito do “Milagre Econômico Brasileiro”, Furtado salienta:

Em síntese, nesse período, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala, na economia brasileira, nenhum ganho de autonomia na capacidade de auto-transformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para auto-financiar o desenvolvimento (FURTADO, 1981, p. 114).

Com o advento da Lei n. 5.727, de 04 de novembro de 1971, houve a criação do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) para o período compreendido entre 1972 e 1974, cujo objetivo voltava-se para a preparação de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do Brasil nas décadas seguintes, com ênfase em setores como transportes e telecomunicações, além de prever investimentos em ciência e tecnologia e a expansão das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica (exemplo: usina hidrelétrica de Itaipu, ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica).

Assim, o I PND apresentava, como propósito, a aplicação de medidas de aperfeiçoamento e amparo às atividades pesqueira, industrialização e comercialização para alcançarem, a curto prazo, expressiva atividade econômica; a determinação ao atendimento de adaptações da atividade agrícola na região da zona semiárida e elaboração de programas de prevenção contra os efeitos de seca do Nordeste, como a construção de açudes, exploração de água do subsolo, construção de barragens, florestamento e obras de engenharia rural; o incremento da exploração da atividade turística interna e internacional; a previsão da complementação das rodovias radiais de Brasília e, ainda, a possibilidade de majoração de investimentos destinados ao desenvolvimento do sistema hidroviário de transportes, além de alcançar a meta de crescimento econômico de 8% a 9% ao ano, o controle da inflação abaixo de 20% por ano e o acréscimo de cem milhões a título de reserva cambial.

O I PND apresentou bons resultados, chegando o País a obter um crescimento econômico de 11,2%, em média, e inflação média abaixo de 19% anuais. Entretanto, com a crise do petróleo instalada em 1974, resultante do embargo econômico organizado pelos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), na distribuição do petróleo para a Europa e Estados Unidos, o que repercutiu fortemente no Brasil, por não ter produção suficiente para seu consumo interno e o petróleo corresponder a matriz energética à época, promoveu a interrupção da execução do plano, promovendo a necessidade de imposição de novas medidas econômicas.



Nesse contexto, o Presidente Ernesto Geisel, por meio da Lei n. 6.151, de 4 de dezembro de 1974, promove o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com o objetivo de estimular a produção de bens de capital, energia, alimentos, eletrônica e insumos básicos, a fim de consolidar uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva. De igual forma, o II PND apresentou uma política de reajuste estrutural na economia brasileira, para retomar o crescimento a partir da crise internacional deflagrada com o choque dos preços do petróleo, decorrente de ataques do Egito e Síria ao Estado de Israel, o que resultou na Guerra do Yom Kippur (CARVAZAN; RACY, 2011).

Como forma de resposta aos Estados Unidos, que mantinham apoio financeiro e militar ao Estado de Israel, os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) impuseram controle sobre o mercado petrolífero, o que, por via de consequência, promoveu a elevação do preço do petróleo que de US\$ 3 passou a ser negociado por US\$ 12 o barril (VELLOSO, 1986 *apud* CARVAZAN; RACY, 2011).

Por oportuno, conforme salienta Cavarzan e Racy, os grandes objetivos e instrumentos do II PND compreendiam:

- Crescimento de 10% ao ano do Produto Interno Bruto (PIB), 12% ao ano do produto industrial, 7% ao ano da agricultura, e aumento de 2,5 vezes do *quantum* de exportações, entre 1974 e 1979.
- Substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos – notadamente, química pesada, siderurgia, metais não ferrosos e minerais não metálicos.
- Desenvolvimento de projetos de exportação de matérias-primas – notadamente, celulose, ferro, alumínio e aço.
- Grande elevação da produção interna de petróleo, além da ampliação de geração de energia hidrelétrica.
- Desenvolvimento do transporte ferroviário e do sistema de telecomunicações, além da realização de programas de eletrificação rural, irrigação, construção de armazéns e centrais de abastecimento (CAVARZAN; RACY, 2011, p. 60).

Para atingir tais objetivos, o governo pretendia captar poupança no exterior, incentivar a entrada de investimentos estrangeiros no País, transferir poupança privada para os projetos do plano, direcionar a poupança compulsória (PIS-Pasep) para o BNDE, que utilizaria os recursos para financiar a produção de bens de capital. O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) seria utilizado para estimular importações de máquinas e equipamentos, por meio de isenções relacionadas a tais atividades (SERRA, 1982).

Percebe-se, portanto, que a matriz política constante tanto no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974) quanto no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento -

1975- 1979) fundavam na regionalização do território, a partir de intervenções após a análise de cada região no âmbito da política econômica nacional.

O II PND aponta uma estratégia voltada para a ocupação das áreas do Centro-Oeste brasileiro, tendo em vista que tal região apresentava um papel relevante na consolidação da produção de alimentos. Outro ponto destacado por Moraes (2005), foi a centralização das ações de planejamento territorial no Ministério do Interior, o que somente reforçou o posterior entendimento do planejamento como prática essencialmente centralizadora e, por vezes, autoritária.

O III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) instituído pelo Presidente João Baptista Figueiredo, com vigência entre 1980 a 1985, foi uma resposta à delicada situação econômica do País, tendo em vista as consequências advindas de uma política de empréstimos que sustentava a economia brasileira, associada ao choque do petróleo, em 1979, que proporcionou uma nova crise mundial com o aumento das taxas de juros internacionais e a elevada disparada da inflação, o que desencadeou em nova solicitação de empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional e a superação da dívida externa do patamar de 100 bilhões de dólares.

O III PND apresentava as definições e opções fundadas nos seguintes pilares:

I - a certeza de que a sociedade brasileira está plenamente capacitada e motivada para enfrentar e vencer os desafios adicionais que a economia mundial acrescentou ao já anteriormente árduo esforço nacional de construção de uma sociedade desenvolvida e livre, o que é sustentado pelo incontestável desenvolvimento econômico e social [...];

II - a evidência de que é imperioso enfatizar certos prazos do desenvolvimento brasileiro recente, reajustando-os às modificações e incertezas decorrentes da crise energética e de seus reflexos;

III - o reconhecimento de que um país em desenvolvimento com tantas potencialidades e problemas como o Brasil não pode renunciar ao crescimento [...];

IV - a necessidade imperiosa de concentrar esforços governamentais na promoção da distribuição mais justa dos frutos do desenvolvimento econômico, dirigindo-se prioritariamente para a melhoria das condições de vida dos segmentos menos favorecidos da população brasileira;

V - o respeito ao incontestável amadurecimento político da sociedade brasileira e ao histórico compromisso da Revolução de 1964 com sua vocação e seu ideal democrático;

VI - o reconhecimento também da opção brasileira pela economia de mercado, onde o planejamento do desenvolvimento e toda a atuação governamental devem voltar-se para a orientação, apoio e estímulo aos setores privados [...];

VII - a evidência de que o planejamento nacional deve concentrar esforços na formulação de políticas exequíveis e socialmente pertinentes [...]; e

VIII - o objeto do esforço nacional é a valorização do homem brasileiro [...] na tentativa de a ele garantir condições dignas de trabalho e remuneração adequada à satisfação de suas necessidades básicas.

O III PND consistia num instrumento qualitativo que dispunha sobre uma política de desenvolvimento, condicionada para o alcance dos objetivos traçados de permanência e desdobramento da crise energética, de persistência do balanço de pagamentos como restrição crítica, das crescentes pressões sobre o nível e custo da dívida externa, da substancial pressão inflacionária de origens interna e externa e, ainda, da necessidade de crescimento a fim de promover a maior quantidade possível de empregos (BARROS e GALVÃO, 2002).

Não obstante todo o empenho destinado aos I, II e III PNDs, Lopes comenta, respectivamente:

A estratégia global adotada, que consiste, seguramente, na peça de resistência do I PND, envolve expansão da fronteira econômica, uso inteligente de recursos humanos, consolidação do desenvolvimento do Centro-Sul e industrialização do Nordeste, tudo sob o véu da grande preocupação de integração nacional (op.cit., p. 94). No que tange à sua implementação o II PND encontrou sérios obstáculos, em especial na dificuldade e demora na adaptação da economia do País à crise do petróleo. Números excessivamente otimistas [...] não guardaram proporção com a realidade após 1974 nem com as projeções e perspectivas do Plano (Idem, p. 95). A rigor, não houve qualquer implementação do III PND. Preparado apenas para cumprimento de determinação legal, sob a égide de um ministério cujo comandante não via qualquer utilidade prática no processo de planejamento, o III PND viu-se logo relegado ao esquecimento (LOPES *apud* SANTANA, 2009, p. 54).

E, ainda, conclui Santana:

Em síntese, o fato é que, ao longo dos últimos 60 anos, e conduzido por um projeto capitalista, o Estado brasileiro sedimentou, em todas as esferas do poder público, um ideário permeado por teorias desenvolvimentistas e integracionistas que, por sua vez, nortearam a criação de órgãos regionais de planejamento como, por exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Com posturas notadamente geopolíticas, apregoando a necessidade da ocupação territorial para a defesa das fronteiras nacionais e para a ampliação da utilização das riquezas naturais, o que se viu foi à efetivação do controle, por parte do Estado, de todo o território nacional, sem, no entanto, refletir em mudanças qualitativas no nível de vida da grande maioria da população do país (SANTANA, 2009, p.55).

No mesmo sentido, Moraes (2005), referindo-se à questão do Estado nos governos militares, ressalta a limitação de ações:

As noções de modernização e desenvolvimento perdem seu componente social e político, passando a qualificar apenas os aparatos produtivos e as infra-estruturas. A 'região-problema' dos anos 50 é desfocada ao mesmo tempo que se revalorizam os espaços de fronteira com forte incentivo ao avanço das frentes pioneiras no Centro-Oeste e na Amazônia (MORAES, 2005, p. 100).

### 1.2.3 Desenvolvimento regional no Brasil no período pós ditadura militar até os dias atuais

Com o advento da queda do regime dominante militar associada a vitória de Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, para Presidente da República em 1984, a aprovação, em maio de 1985, de Emenda Constitucional que acabava com alguns vestígios da ditadura e assegurava a eleição direta para presidente e prefeitos, o direito ao voto para os analfabetos, a permissão para a existência dos partidos comunistas deixaram de ser proibidos; houve a necessidade da construção de uma Carta Constitucional fundada nos dogmas de um Estado protecionista quanto às liberdades e garantias individuais.

Dessa maneira, em 28 de junho de 1985, o Presidente José Sarney, em exercício pela morte de Tancredo Neves, enviou uma Emenda Constitucional para o Congresso Nacional para a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a fim de promover a elaboração de uma Constituição democrática, sendo aprovada sua convocação em 22 de novembro de 1985 e designada de Emenda Constitucional n.º 26/85. A Assembleia Nacional Constituinte foi eleita em 15 de novembro de 1986 e empossada em 01 de fevereiro de 1987, sob o comando do parlamentar Ulysses Guimarães a frente dos trabalhos, o que resultou na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em de 05 de outubro de 1988.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, dispensou, expressamente, atenção também a necessidade de implementar o desenvolvimento nacional do País, ao consagrar tal concepção como um dos seus objetivos fundamentais:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Nesse sentido, resta colacionar a lição de Moraes a respeito dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, notadamente acerca da erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais:

A Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, atenta a um dos objetivos fundamentais da República – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais -, criou o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Para financiamento desse fundo, nos Estados e no Distrito Federal, a EC nº 42, de 19 de dezembro de 2003, autorizou a possibilidade de criação adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas em lei complementar, que deverá definir seus

contribuintes, dispor sobre substituição tributária e disciplinar o regime de compensação do imposto (CF, art. 155, §2º, XII) (MORAES, 2011, p.26-27).

Ademais, no corpo da Constituição Federal restou previsto mais referências atinentes à promoção do desenvolvimento do país, como por exemplo, a atribuição de competência da União para elaborar e executar planos nacionais e regionais voltados para o desenvolvimento econômico e social, além de instituir diretrizes para o ambiente urbano, conforme redação do Artigo 21<sup>4</sup>.

No mesmo sentido, o legislador constituinte dispôs sobre a competência em comum de todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios - de prover medidas de combate à pobreza e à marginalização, inclusive estabelecendo a possibilidade de haver um trabalho de cooperação desses entes para o alcance dos objetivos estabelecidos pela Constituição Federal, em seu Artigo 23<sup>5</sup>.

Por sua vez, o Artigo 24 da Constituição Federal, também, traz referência ao desenvolvimento ao dispor que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação. No entanto, à respeito da articulação da União para alcançar o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais, assim restou previsto o Artigo 43 da Constituição Federal:

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

---

<sup>4</sup> Art. 21. Compete à União:

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

<sup>5</sup> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º - Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

Diante da importância da existência de planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, o Legislador Constituinte, conforme Artigo 48<sup>6</sup>, excepcionou ao permitir que o Congresso Nacional, a partir da sanção do Presidente da República, trata-se dessas matérias supracitadas que seriam de competência da União. Para tanto, o Artigo 58 previu os tipos de comissões para tratar dessa excepcionalidade das Casas Legislativas:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 2º - às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

A preocupação com a promoção do desenvolvimento e o equilíbrio das regiões encontra-se contida também na Constituição Federal quanto à matéria tributária, às finanças públicas e suas destinações:

Art. 151. É vedado à União:

I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 49% (quarenta e nove por cento), na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

---

<sup>6</sup> Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

À respeito dessa previsão constitucional, houve a fixação de uma nova fonte de recursos para os setores produtivos nacionais, sendo destinada para os fundos constitucionais que visem o financiamento de setores produtivos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Referida verba possui, portanto, produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas e cooperativas de produção que explorem como atividade econômica o setor agropecuário seus beneficiados (GASQUES e VILLA VERDE, 1995).

E, ainda, dispõe a Constituição Federal quanto à promoção do desenvolvimento regional:

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

E, de forma reiterada, o texto constitucional também salienta a necessidade de uma política de desenvolvimento no âmbito regional, no capítulo que trata da ordem econômica, assim prevendo:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Por oportuno, Moraes comenta sobre os princípios gerais da atividade econômica estatuídos no dispositivo constitucional retromencionado, destacando o modo de produção do Estado brasileiro sendo, portanto, capitalista com ressalvas:

A ordem econômica na Constituição de 1988, em seu artigo 170, optou pelo modelo capitalista de produção, também conhecido como economia de mercado (art. 219), cujo coração é a livre iniciativa.

Porém, a análise dos quatro princípios da ordem econômica previstos no *caput* do citado art. 170 – valorização do trabalho humano, livre iniciativa, existência digna, conformidade com os ditames da Justiça social – apontam no sentido da ampla possibilidade do intervir na economia, e não somente em situações absolutamente excepcionais.

O sistema capitalista brasileiro encontra-se, no dizer de Celso Bastos, “temperado por graus diversos de intervenção do Estado, o que tem levado alguns autores a falarem na existência de uma forma mista”.

Tal constatação levou Raul Machado Horta, a afirmar que o texto constitucional, na ordem econômica, está “impregnada de princípios e soluções contraditórias. Ora reflete no rumo do capitalismo neoliberal, consagrando os valores fundamentais desse sistema, ora avança no sentido do intervencionismo sistemático e do dirigismo planificador, com elementos socializadores (MORAES, 2011, p. 838-839).

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988, ainda, preocupou-se com instrumento para a promoção do desenvolvimento regional, ao prever a possibilidade de celebração de planos nacionais e regionais de desenvolvimento, senão vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

§ 1º - A lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

A respeito dessa possibilidade de criar planos regionais de desenvolvimento, a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), departamento interno do Ministério da Integração Nacional (MIN) elaborou com a colaboração da sociedade e dos governos estaduais, que compõem a região, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007 - 2020), prevendo a identificação de potencialidades e estrangulamentos para o desenvolvimento, bem como ações e estratégias para preparar a região para o futuro com projetos de desenvolvimento.

Com relação à Constituição Federal, o Legislador atentou-se, também, para a questão do desenvolvimento com políticas centradas aos interesses das cidades, ao dispor:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.



§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Denota-se, portanto, evidenciada a preocupação do legislador da Constituição Federal de 1988 com os aspectos atinentes ao desenvolvimento em diversas esferas, alcançando o fim colimado por Furtado:

O desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana; quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 1968, p.19).

A Constituição da República Federativa do Brasil, ainda, de forma mais específica, apresentou a redução das desigualdades regionais como um de seus objetivos fundamentais. Nesse sentido, o Governo Federal, nos últimos anos, reiterou a adoção de políticas direcionadas, em atenção à determinação constitucional, para a redução das desigualdades regionais como um dos pilares centrais estratégicos para o almejo do desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido, houve a necessidade de criar políticas, de âmbito nacional, direcionadas ao desenvolvimento regional, consistente na demonstração da prioridade efetiva da busca pelo desenvolvimento, com a implementação de políticas voltadas para o alcance de efetivos resultados para a questão regional sob vários segmentos.

Para tanto, essas políticas apresentavam como metas a promoção da redução das desigualdades regionais, bem como a identificação e a exploração dos potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, o que incide, por via de consequência, num processo de dinamização das regiões com a análise de seus estrangulamentos e potencialidades e a melhor distribuição das atividades produtivas junto ao território brasileiro.

Para corroborar com a análise dos aspectos regionais, são observados alguns indicadores socioeconômicos para o direcionamento de ações políticas para a redução das desigualdades, como: densidade demográfica, Produto Interno Bruto (PIB) e outros.

A densidade demográfica consiste num importante instrumento de desenvolvimento por avaliar, por média aritmética, a quantidade de habitantes por quilômetro quadrado, permitindo a constatação de áreas mais ou menos povoadas.

É evidente que, por uma questão de condições favoráveis para a exploração de atividades econômicas, há regiões com maiores ou menores densidades demográficas, sendo fator preponderante para serem consideradas regiões de atração ou não, influenciando o fluxo migratório.

A Figura 1 demonstra, com clareza, que a maior quantidade de habitantes por quilômetro quadrado, encontra-se na região Sudeste e, a menor, na região Norte do País.

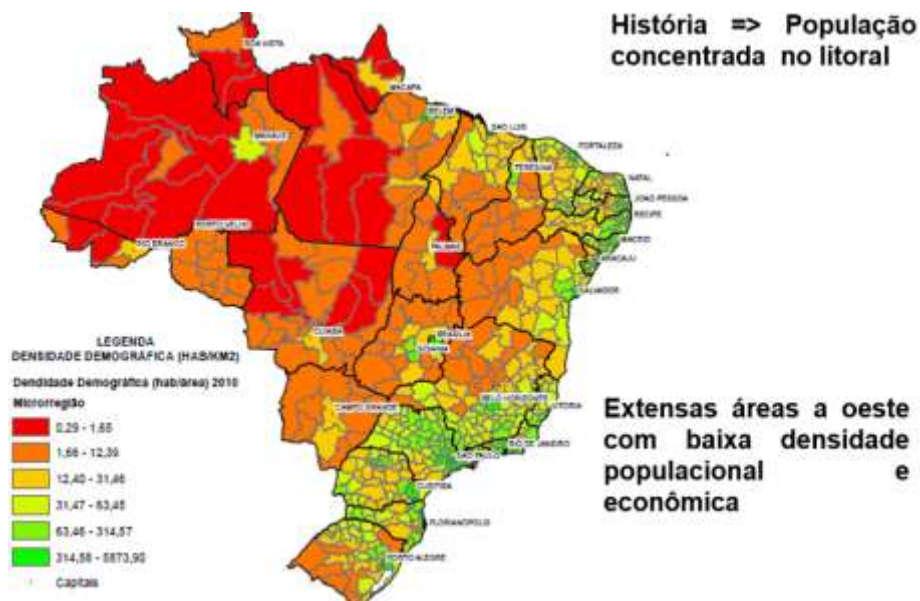


Figura 1 – Densidade demográfica do Brasil (2010).  
Fonte: IBGE Censo Demográfico 2010

Por outro lado, o PIB consiste num indicador elaborado pelo IBGE com o objetivo de medir a atividade econômica do Brasil, a partir do somatório de valores contabilizados, em moeda, de todas os bens e serviços produzidos em uma região em determinado lapso de tempo (anual, trimestral ou mensal), contribuindo para outro indicador Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) onde se analisa a renda, a educação e a saúde.

A Figura 2 demonstra com evidência que a região Sudeste apresenta maior desenvolvimento econômico do País e, a região Norte, novamente com menor nível de desenvolvimento e economia, o que enseja, portanto, preocupação maior num contexto de desenvolvimento regional.



Figura 2 – Participação por região no total da população e do PIB brasileiro (%) 2007.  
Fonte: Ministério da Integração Nacional

Bercovici (2003 *apud* Gama, p. 4) afirma que "é necessária uma política deliberada de desenvolvimento, em que se garanta tanto o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, dada a sua interdependência. Deste modo, o desenvolvimento só pode ocorrer com a transformação das estruturas sociais."

A política nacional de desenvolvimento regional, conforme previsão na Carta Magna de 1988, apresenta instrumentos próprios fundados em planos regionais, programas governamentais e fundos de desenvolvimento regional para minimizar as desigualdades regionais. Com relação aos planos regionais, há destaque para os Planos Macrorregionais de Desenvolvimento (Amazônia Sustentável, Nordeste/Semi-árido e Centro-Oeste) e os Planos Mesorregionais de Desenvolvimento. De forma concomitante, há ênfase para os programas governamentais direcionados para a Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, a Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, a Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais e ao Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido.

Com a finalidade de alcançar o objetivo de promover a redução das desigualdades regionais, criou-se os Fundos de Desenvolvimento Regional, tais como: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional; os Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) e os Fundos de Desenvolvimento Regional do Nordeste e da Amazônia.

O instrumento de ação da SUDECO, que apresenta relevância para o presente trabalho, é o FCO que foi criado pela Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, para

regulamentar o Artigo 159, Inciso I, Alínea "c", da Constituição Federal e promover a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Centro-Oeste, através do financiamento para a execução de programas dos diversos setores produtivos da região, tais como: empreendedores individuais; micro, pequenas, médias e grandes empresas; aos rurais, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Com o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), retornou-se a preocupação com políticas voltadas para o desenvolvimento regional, com a implantação do 1º Plano Plurianual (PPA) de seu mandato, denominado de "Plano Brasil em Ação", com duração de 1996 a 1999, consistente em listar, agregar e gerenciar um pacote de ações e obras a serem realizadas em parceria com os outros entes federativos (Estados, Distrito Federal e Municípios) e empresas privadas.

Assim sendo, o 1º PPA estabeleceu um conjunto, inicialmente, de quarenta e dois empreendimentos direcionados para a promoção do desenvolvimento sustentável do País, com a finalidade de prover novos investimentos produtivos e, concomitantemente, promover a redução das desigualdades regionais e sociais, dando ênfase em investimentos nos setores da infraestrutura.

As ações e obras desse Plano englobaram investimentos em diversos setores, podendo-se destacar: na saúde, com o Projeto de Reforço à Reorganização do SUS (ReforSUS), com a aplicação de investimento no montante de R\$ 437,3 milhões do Orçamento Geral da União e o Programa de Redução da Mortalidade Infantil com investimento de R\$ 1,9 bilhão do Orçamento Geral da União; na área habitacional, com o Programa Pró-Moradia com aplicação de R\$ 1.652 bilhão com recursos advindos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com participação conjunta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (DEROLLE, 2013).

De igual forma, ele apontou ações dirigidas para a questão do saneamento básico, denominado Programa Pró-Saneamento, com investimento no montante de R\$ 3,9 bilhões originados também do FGTS e de recursos dos Estados; Programa de Ação Social em Saneamento (PASS) que aplicou recursos no valor de R\$ 1.071,3 milhões, resultante da parceria entre a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (DEROLLE, 2013).

Outra área de ação, focada foi a preocupação com a geração de empregos, sendo desenvolvidos os seguintes programas: Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), correspondente a R\$ 2,2 bilhões; o Proemprego com investimento de R\$ 9 bilhões, também, originados do FAT e o Programa de

Crédito Produtivo Popular com a aplicação de R\$ 234 milhões do BNDES e R\$ 250,4 milhões do Banco do Nordeste (DEROLLE, 2013).

Ademais, o Plano resultou na aplicação de investimentos de R\$ 2,4 bilhões da União, dos Estados, Municípios, da iniciativa privada e recursos externos para a execução do Programa Proágua; R\$ 800 milhões do Orçamento Geral da União, do BID e de Estados destinados ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur).

A questão agrária também esteve presente nesse planejamento, sendo destinados R\$ 7 bilhões do Orçamento Geral da União para a Reforma Agrária e R\$ 3 bilhões do FAT para a execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Com relação à educação, houve a previsão de desenvolvimento dos Programas de Valorização do Magistério e Educação a Distância (DEROLLE, 2013).

No entanto, o 1º PPA atentou em desenvolver eixos nacionais de integração e desenvolvimento, apresentando inúmeros investimentos na malha viária do País como, por exemplo, a pavimentação da BR-174 (Manaus - Caracas/Venezuela); a recuperação das rodovias BR-364 (Limeira/SP - Rodrigues Alves/AC) e BR-163 (Tenente Portela/RS - Santarém/PA), a duplicação da Rodovia Fernão Dias (São Paulo/SP - Belo Horizonte/MG), a construção da rodovia do Mercosul (BR-116/101), além de investimentos para incrementar o uso do transporte hidrográfico com a construção das Hidrovias do Rio Madeira, do Rio São Francisco e dos Rios Tocantins-Araguaia, bem como a reestruturação do Porto de Suape, a construção do Porto de Pecém, a modernização do Porto de Sepetiba e de Santos (DEROLLE, 2013).

O setor energético, de igual maneira, apresentou destaque com os Programas Gás Natural de Urucu, realizado em parceria da Petrobrás com a Gaspetro, Eletrobrás, Eletronorte, BNDES e outras; a construção da Linha de Transmissão de Tucuruí; a conclusão da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó localizada entre os Estados de Sergipe e Alagoas; a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia com a aplicação de investimentos no valor de R\$ 1,5 bilhão da Petrobrás/Gaspetro juntamente com recursos oriundos de financiamentos externos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Corporação Andina de Fomento (CAF), Banco Europeu de Investimentos (BEI) e Eximbank do Japão (DEROLLE, 2013).

Em contrapartida, o Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, promoveu a extinção das superintendências de desenvolvimento regional SUDECO e SUDESUL, bem como criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) para substituir a SUDENE, por meio da Medida Provisória n. 2.146-1, de 04 de maio de 2001, alterada pela Medida

Provisória n. 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e instalada pelo Decreto n. 4.126, de 13 de fevereiro de 2002, com o objetivo de promover o crescimento e a integração inter e intra-regional do Nordeste brasileiro e sua inserção no progresso social. No mesmo sentido, a SUDAM foi substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), através da Medida Provisória n. 2.157-5, de 24 de agosto de 2001.

Posteriormente, com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no mandato de 2003 a 2006, não houve grandes investimentos públicos com infraestrutura, tendo em vista que o objetivo à época era o acúmulo de receitas públicas com a execução de políticas de corte de gastos (DEROLLE, 2013).

No entanto, com sua reeleição para o mandato de 2007 a 2010, houve uma expressiva retomada de programas voltados para a problemática das desigualdades regionais, conforme denota Manoel:

Neste início do segundo mandato do presidente Lula, parece não haver dúvidas na aposta governamental de fomentar o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste a partir de um planejamento específico para essas áreas. Nesse contexto, inserem-se a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), recriadas no dia 4 de janeiro de 2007 pelas Leis Complementares 124 e 125, respectivamente. Some-se a isso a instituição, em 22 de fevereiro, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com a publicação do Decreto 6.047, que objetiva orientar os programas e as ações federais com vistas a reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras (MANOEL, 2007, p. 01).

E, ainda, complementa o mesmo autor:

Em linhas gerais, para aqueles que crêem ser a concentração produtiva um problema econômico, a reinstalação de estruturas de planejamento regional significa que o Estado é capaz de prover incentivos voltados a atrair investidores privados para áreas mais pobres, seja fornecendo infra-estrutura e benefícios fiscais, seja monitorando um sistema de coordenação entre aplicações privadas e públicas, e de diminuir de alguma forma, portanto, a tendência vigente de concentração produtiva no eixo Sul-Sudeste do Brasil. Independentemente de concordar ou não com essa visão, ao se ler minuciosamente o decreto que instituiu a PNDR, um fato parece inequívoco: a disposição do governo em alocar recursos, via investimentos estruturantes, nos espaços subregionais mais pobres do país (MANOEL, 2007, p. 01).

Nesse sentido, por meio do Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, instituiu-se, de forma própria e concreta, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que visa orientar programas, ações e planos advindos do governo federal para a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da igualdade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, objetivando a inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica.

A PNDR previu que a execução dependerá de instrumentos previstos no orçamento geral da União; nos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO); nos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), e outros fundos de desenvolvimento regional; nos recursos dos Agentes Financeiros Oficiais; e em incentivos e benefícios fiscais.

De forma concomitante, o Governo Lula, juntamente com os chefes políticos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, fomentaram propostas para o desenvolvimento e execução de um macroprojeto, envolvendo os participantes, que tornou-se conhecido como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), com ações de planejamento e integração programados, inicialmente, para o período compreendido entre os anos de 2000 a 2010.

A respeito da IIRSA, Brandão salienta os objetivos traçados pelo projeto:

A IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) (<http://www.iirsa.org>) corresponde a uma ação de doze países sul-americanos, buscando a maior integração física das infraestruturas logísticas, energéticas e de telecomunicações (banda larga, basicamente). Seus Eixos de Integração e Desenvolvimento dispõem sobre a organização do espaço sul-americano em faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais para promover o desenvolvimento de negócios e o aumento do valor adicionado com o adensamento e a maior integração das cadeias produtivas presentes na área da iniciativa.

Pretende-se assim, simultaneamente, construir um espaço sul-americano mais integrado e uma plataforma privilegiada para o relacionamento com o resto do mundo.

A Iniciativa discutiu e aprovou obras de interesse bilateral e subcontinental, desenhando diversos suportes financeiros para os projetos em execução e buscando a harmonização dos regimes e marcos normativo, regulatório, institucional e administrativo que agilizem a interconexão e a operação dos sistemas de transportes, energia e telecomunicações (BRANDÃO, 2011, p. 21).

Outro macroprojeto do governo brasileiro foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, que consistia num conjunto de políticas econômicas com a finalidade de promover o crescimento econômico do País, em 5% (cinco por cento) no PIB nos quatro anos subsequentes.

O PAC foi previsto com investimentos no montante de R\$ 503,9 bilhões, sendo composto de medidas centradas em três eixos: infraestrutura logística com a construção e reforma de rodovias, ferrovias (Norte-Sul), aeroportos, portos (Tubarão - ES e Santos - SP) e hidrovias (Madeira e Tietê-Paraná); infraestrutura social e urbana, com ênfase na área

habitacional, prevendo a construção de casas populares, urbanização das favelas, metrô e trens urbanos (Pacto da Mobilidade Urbana com a construção de veículo leve sob trilhos (VLT) e corredores de ônibus (BRT)), saneamento básico e recursos hídricos (transposição do Rio São Francisco) e infraestrutura energética com uma política de acessibilidade a energia elétrica com o Programa "Luz para Todos" e investimentos na produção, exploração e transporte de petróleo, combustíveis renováveis (etanol) e gás natural (Bolívia) (DEROLLE, 2013).

Com o advento da sucessão presidencial, Dilma Rousseff promoveu a continuidade do Programa PAC e implementou outros projetos de integração regional, com destaque para o Plano Brasil Maior, lançado no segundo semestre de 2011, que apresenta ações destinadas a estimular a competitividade e a inovação industrial para a promoção do desenvolvimento regional.

À respeito do Plano Brasil Maior, salienta Brandão:

Ações Especiais em Desenvolvimento Regional que visam a inserir o Plano Brasil Maior em todas as unidades da Federação por meio da articulação entre agentes públicos e privados: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR - coordenada pelo Ministério da Integração Nacional MI); Territórios da Cidadania (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA); Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL/ MDIC); Rede Nacional de Informações sobre Investimentos (Renai/MDIC); e Rede Nacional de Política Industrial (RENAPI/ABDI). Entretanto, apresenta importante referência à necessidade de transformação do padrão de oferta de bens (na mesma linha do que defenderemos ao final deste ensaio), propondo ações que visem ao Bem-Estar do Consumidor, com a busca da ampliação da oferta de bens e serviços ao consumidor por meio de: acessibilidade e comodidade, com crédito mais adequado ao consumidor; conformidade a padrões e normas mundiais, em especial na saúde, segurança e sustentabilidade ambiental; e ampliação da variedade de produtos e serviços, melhoria logística e maior eficiência na cadeia de suprimentos (BRANDÃO, 2011, p. 22).

O Plano Brasil Melhor compõe de um conjunto de diretrizes que fundamentam estratégias direcionadas para a política tecnológica, industrial e de comércio exterior para o desenvolvimento e inovação da economia do País. Essas diretrizes encontram-se centradas em ações, objetivando a redução dos custos do trabalho e do capital; a promoção e defesa comercial; e o apoio à inovação e defesa do mercado interno.

De forma sucinta, Brandão destaca as particularidades do Plano Brasil Maior, contemplando propósitos, objetivos, importância para o desenvolvimento regional e o custeio para sua realização, textualmente:



O Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 – Plano Mais Brasil (BRASIL, 2011c) definiu 11 desafios para o Brasil. Segundo o documento, há uma visão estratégica, participativa e territorializada para o planejamento governamental, que pretende “possibilitar a valorização da diversidade e enxergar o território a partir dos recortes das políticas e de seus impactos”, com destaque para o Primeiro Macrodesafio “Projeto Nacional de Desenvolvimento: apoiado na redução das desigualdades regionais e entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda”. Cabe ressaltar também a existência, dentre os 65 Programas Temáticos, do denominado “Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária”, que pretende despende o montante de R\$ 43 bilhões para a redução das desigualdades inter-regionais e interpessoais (BRANDÃO, 2011, p. 23).

Percebe-se, portanto, que as ações do Plano Brasil Melhor apresentam vinculadas a ações em diversos setores, tais como: o automotivo com destaque para a eficiência energética veicular (redução de consumo de diesel, emissão de gás carbônico e consumo com etiquetagem realizada pelo INMETRO) e segurança dos veículos em caso de colisão (centros governamentais para testes, protocolos e mão de obra especializada para a realização dos testes), produção de peças nacionais para compor veículos e redução dos custos de fabricação, incorporando o MERCOSUL (PLANO BRASIL MAIOR).

Outro setor focado pelo Plano Brasil Maior é o relativo ao petróleo, gás natural e naval com ações direcionadas à instalação de estaleiros, financiamentos desses setores, equalização da tributação para melhorar a competitividade, investir na capacitação de recursos humanos em cooperação com países referenciais, aumentar o consumo de bens de capital, possibilitar a utilização de contrato de *leasing* na compra de referidos bens e aumentar as exportações desses produtos; além de outros fins (PLANO BRASIL MAIOR).

Dessa forma, verifica-se que no País, em que pese, ainda, constatar a existência de enormes disparidades socioeconômicas entre suas regiões e, por consequência, refletidas em sua população, atenta para a realização de ações e medidas que, historicamente, vem sendo tomadas para minimizar essas desigualdades por meio do desenvolvimento regional para o alcance da melhoria da condição social e econômica dos brasileiros e, também, daqueles que aqui residem. Assim, as desigualdades regionais envolvem, diretamente, aspectos resultantes da própria forma de Estado escolhida - o federalismo, passando pelas diretrizes traçadas pelo poder político e pelas políticas públicas que alimentam a distribuição territorial de renda no País (GAMA).

### 1.3 Fatores Determinantes de Identificação do Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento regional é mensurável com a análise de diversos aspectos e índices vinculados às questões, exemplificadamente, demográficas, econômicas, sociais e ambientais. Nesse sentido, o desenvolvimento regional parte do pressuposto de verificar os processos migratórios e ocupacionais do território; a renda *per capita*, produção e PIB; a moradia, educação, trabalho e saneamento dispostos à população e; ainda, a manutenção das áreas de preservação permanente e a garantia de formação da reserva legal.

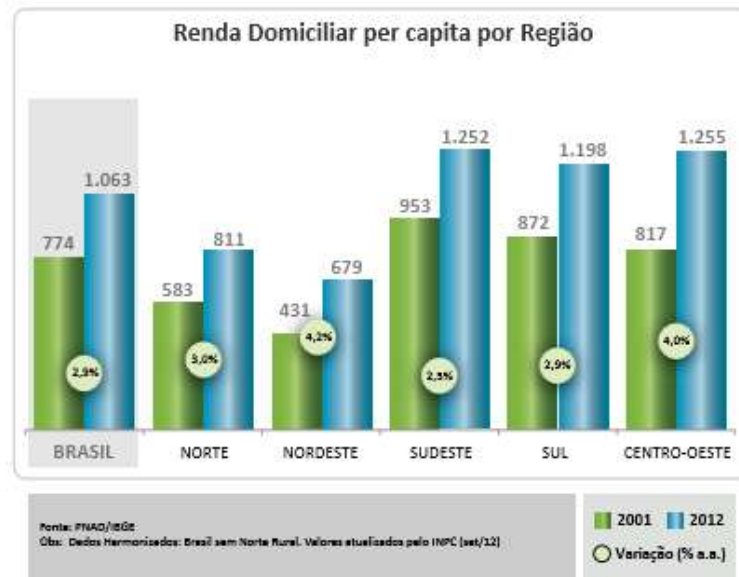
Com o propósito de identificação de fatores determinantes para o desenvolvimento regional, foi elaborado documento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a participação de outros Ministérios e instituições, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão onde foram apresentados os Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (IDB) do período de 2001 a 2012.

Segundo referido documento, os últimos anos foram marcados por avanços sociais importantes no nosso País, caracterizados por níveis cada vez maiores de emprego e renda, ampliação do acesso à educação, saneamento e moradia, queda sistemática da mortalidade infantil e declínio da taxa de extrema pobreza (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

A renda domiciliar *per capita* vem aumentando a uma taxa de 4,4% (quatro vírgula quatro por cento) ao ano, sendo que referido crescimento tem ocorrido, de uma maneira mais concreta, nas regiões consideradas menos detentoras de poder econômico e, ainda, para a parcela da população menos favorecidas, o que representa um aspecto preponderante para a redução de desigualdades regionais do País.

Nesse sentido, em 2003, essa renda era de R\$ 723,00 (setecentos e vinte e três reais) e passou a ser de R\$ 1.063,00 (hum mil e sessenta e três reais) em 2012, sendo que, de forma específica, R\$ 1.255,00 (hum mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) no Centro-Oeste, segundo o relatório do IDB (2001-2012).

Esses valores estão demonstrados no Gráfico 2, onde se observa que, no Nordeste, o aumento da renda per capita foi de 4,2% ao ano e 45% acima da média nacional.

Gráfico 2 - Renda domiciliar *per capita*

Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001/2012 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

De igual forma, também, nesse período, houve um crescimento das oportunidades de emprego, calculado em 20,3 milhões de empregos formais novos dentro do período compreendido entre 2001 a 2012.

Além de mais oportunidades de emprego, o número de trabalhadores com carteira assinada do setor privado aumentou de 32% para 42%.

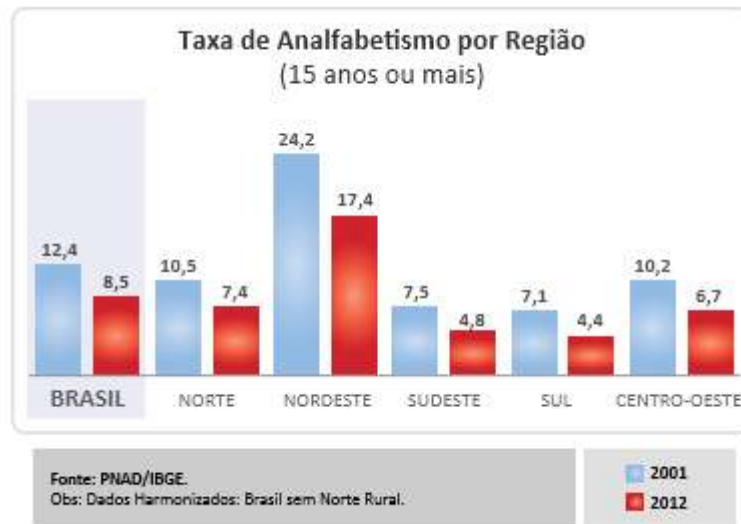
A formalização do emprego tem implicações importantes para o trabalhador, tendo em vista que garante mais proteção em casos de perda de emprego, acidente de trabalho, gravidez, doença ou incapacidade (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Com relação ao fator educacional, restou demonstrado que a taxa de frequência escolar também cresceu, assim como o índice de escolaridade do brasileiro. Em 2012, apontou-se que 98,3% (noventa e oito vírgula três por cento) das crianças de 6 a 14 anos frequentavam escolas.

Da mesma forma, houve um incremento no número de anos de estudo, entre as pessoas de 25 aos 30 anos, em 2001 era de 7,4 e passou para 9,9 em 2012.

A taxa de analfabetismo apresentou queda, sendo que, em 2012, alcançou a taxa de 8,5% (oito vírgula cinco por cento) na população com idade de 15 anos ou mais, conforme demonstra o Gráfico 3 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

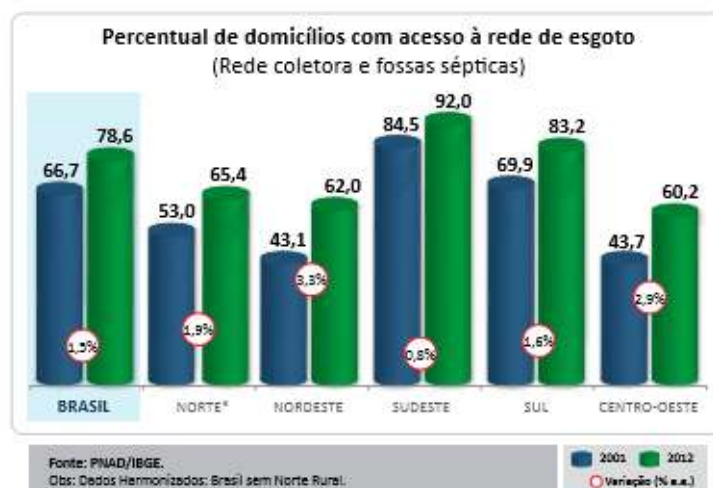
Gráfico 3 - Taxa de analfabetismo



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

Os avanços nas condições de saneamento básico, também, foram significativos entre 2001 a 2012, mais de 17 milhões de domicílios obtiveram acesso a esgotamento sanitário. De igual forma, houve crescimento na utilização de fossas sépticas. O Gráfico 4 ilustra o percentual de acesso a rede de esgoto nacional entre as regiões do País. O acesso a água encanada subiu de 81,1% para 86,4%, entre 2001 a 2012, ou seja, mais de 16 milhões de domicílios passaram a dispor de rede de água (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Gráfico 4 – Acesso a rede de esgoto

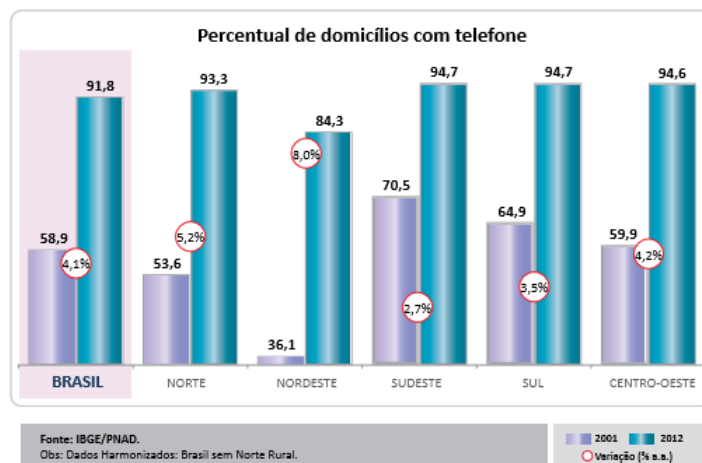


Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

De acordo com o relatório IDB, no período de 2001 a 2012, o acesso à energia elétrica foi universalizado. Nesse mesmo período, o uso domiciliar de internet cresceu 15% ao ano, o que reflete a possibilidade às pessoas receberem mais informações, permitindo a

democratização do conhecimento e facilitação do acesso a serviços públicos, à educação e ao trabalho. Em 2001, apenas 58,9% da população tinha acesso a telefone e, em 2012, essa taxa cresceu para 91,8%, conforme apresenta o Gráfico 5 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Gráfico 5 – Domicílios com acesso a telefone

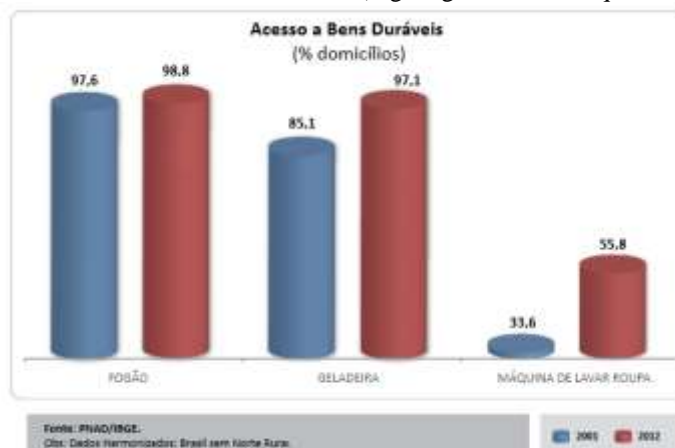


Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

Outro fator que demonstra o desenvolvimento, encontra-se na acessibilidade das pessoas a bens de consumo duráveis, sendo que também demonstrou incremento significativo. Em 2012, 98,8% dos domicílios possuíam fogão e 97,1% geladeiras, o que representa um acesso muito próximo ao universal.

Entre 2001 e 2012, houve um incremento de 22 pontos percentuais na parcela de domicílios com acesso à máquina de lavar roupa, o que apontou, em 2012, que 55,8% (cinquenta e cinco vírgula oito por cento) dos lares possuíam máquina de lavar. Esses dados estão presentes no Gráfico 6 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Gráfico 6 – Acesso a bens duráveis (fogão, geladeira e máquina de lavar)



Fonte: Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

Impende ressaltar que o desenvolvimento regional compreende uma região, assim formada pela compreensão de junções das zonas urbana e rural. Segundo Veiga (2000 *apud* Melo e Parré, 2007, p. 2), "não existe o desenvolvimento rural como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano". Este trabalho delimita-se em prover o estudo relacionado apenas aos reflexos da atividade da empresa rural, exploração da atividade rural, num contexto do Município estudado, qual seja, São Luís de Montes Belos - GO.

À respeito do desenvolvimento rural, Kageyana (2004) afirma que a medida do desenvolvimento rural se torna possível a partir da análise de quatro tipos de indicadores rurais: população e migração, economia, bem-estar social e meio ambiente.

No que tange à população, é necessário conhecer a densidade demográfica, a variação da população rural, a porcentagem de população que não morou sempre no município (processo migratório). Esses componentes possibilitam identificar e avaliar o dinamismo populacional. A maior densidade populacional favorece o desenvolvimento rural, vez que promove a diminuição do isolamento dos produtores e, conseqüentemente, garante maior facilidade em estabelecer redes sociais. De igual forma, uma taxa de migração alta também é sinal de maior desenvolvimento rural, pois significa que aquele município apresenta grande capacidade de atração na região (KAGEYANA, 2004).

Em relação ao bem-estar social, são analisados a presença de instalação sanitária nos domicílios, o acesso a telefone, a escolaridade, e a proporção de população de 7 a 14 anos que frequenta a escola, ou seja, são incluídos dois indicadores de equipamentos habitacionais e dois indicadores de educação (KAGEYANA, 2004).

O aspecto econômico é avaliado através da renda domiciliar *per capita*, da pluriatividade, que é a proporção de pessoas no domicílio rural ocupadas em atividades não-agrícolas em relação ao total de ocupados naquele domicílio, e a produtividade do trabalho agrícola (KAGEYANA, 2004).

No tocante à questão ambiental, os indicadores de desenvolvimento encontram-se vinculados a fatores relacionados à ausência de monoculturas e ao uso de técnicas de conservação de solo. A questão ambiental consiste num aspecto de extrema relevância, não se podendo ser desconsiderado, já que um mesmo fator que tende a elevar a renda e a produtividade, que é a modernização químico-mecânica da agricultura, pode contribuir fortemente para a degradação ambiental.

Nesse sentido, há inúmeras instruções voltadas para a conservação do meio ambiente, tais como: a constituição da reserva legal, a proteção às áreas de preservação permanente, a necessidade de conservação do solo, das nascentes d'águas, rios e ar.

A Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, conhecida como novo Código Florestal, prevê normas gerais relacionadas à proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e de reserva legal; a exploração florestal, o controle da origem dos produtos florestais e de prevenção dos incêndios florestais. A reserva legal foi, assim, prevista nos Artigos 3º e 12 da referida lei:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

Assim sendo, alguns desses índices de desenvolvimento que abrangem os aspectos sociais, econômicos, demográficos e ambientais, foram utilizados para a confecção do questionário da pesquisa de campo para demonstrar se a empresa rural do setor lácteo induz o desenvolvimento regional de São Luís de Montes Belos.

#### **1.4 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)**

O Ministério da Integração Nacional (MIN) corresponde ao órgão integrante do Poder Executivo responsável pelo cumprimento de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estampado no Artigo 3º da Constituição Federal, qual seja a redução das desigualdades regionais. No sentido de alcançar esse propósito, o MIN possui diversas competências, podendo-se destacar, de forma exemplificativa, a formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), dos planos e programas regionais de desenvolvimento e a declaração de estratégias para a integração das economias regionais.

A PNDR representa o símbolo máximo da política de desenvolvimento regional, tendo em vista apresentar seus objetivos básicos, contemplando a redução das desigualdades regionais e o acionamento da promoção das potencialidades de desenvolvimento das regiões do País para sua dinamização e distribuição das atividades produtivas, através da identificação e exploração da farta e complacente diversidade contida num país continental como o Brasil.

Como reflexo dessa política, foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), que corresponde ao instrumento que contempla elementos integradores atinentes ao desenvolvimento, dando ênfase à conceituação de sustentabilidade que abarca a competitividade econômica de produtos, a elevação do nível de qualidade de vida e a conservação do meio ambiente.

Com relação ao aspecto demográfico e ocupacional, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste apresenta os seguintes dados referentes à região:

O Centro-Oeste é uma região de expansão econômica e demográfica recente, com a implantação de uma moderna agropecuária, principalmente nos cerrados. Com uma área total de 1,61 milhão de Km<sup>2</sup>, correspondente a 18,9% do total do Brasil, e com uma população de 11,636 milhões de habitantes (em 2000, ou 13 milhões em 2005, segundo projeção do IBGE), cerca de 6,9% da população brasileira, a Região ainda tem uma baixa densidade demográfica (7,2 habitantes por quilômetro quadrado, menos da metade da média nacional, estimada em 19,8 habitantes por quilômetro quadrado) (PLANO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO OESTE (2007-2020), p. 19).

Num contexto econômico, o Centro-Oeste apresenta, nas últimas três décadas, um elevado crescimento econômico e demográfico decorrente de grande fluxo migratório, notadamente de pessoas advindas da Região Sul do País. Tal fenômeno proporcionou a ocorrência de taxas de crescimento econômico consideradas altas, superando, inclusive, a média nacional quanto ao PIB e ao PIB *per capita* do Brasil.

Este movimento reflete o crescimento econômico diferenciado da região. Entre 1985 e 2002, o produto interno do Centro-Oeste registrou uma expansão média anual de 4%, bem maior que a registrada para a economia nacional que foi de 2,5% ao ano. Entre as regiões brasileiras, o Centro-Oeste foi superado, em sua intensidade de crescimento no período, apenas pela Região Norte que apresentou uma expansão de 5,2%; todas as demais regiões brasileiras tiveram uma menor expansão: Nordeste (2,5%), Sudeste (2%) e Sul (3,1%). A dinâmica da economia regional decorre da rápida penetração da agropecuária nos Cerrados, com alta produtividade e utilizando novas tecnologias num ambiente natural favorável, viabilizada pela cultura técnica e espírito empreendedor dos imigrantes de diferentes regiões atraídos por novas oportunidades de realização pessoal e familiar (PLANO ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (2007-2020), p. 22-23).



A Tabela 1 contém informações do IBGE que demonstram, de forma quantitativa, a manutenção do crescimento econômico do Centro-Oeste.

Tabela 1- Produto interno bruto, população residente e produto interno bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto			População residente (1 000 hab.) (1)	Produto Interno Bruto per capita (R\$)
	1 000 000 R\$		Variação em volume (%)		
	Preços correntes	Preços do ano anterior			
<b>Brasil</b>	<b>3 239 404</b>	<b>3 022 205</b>	<b>(-) 0,3</b>	<b>191 481</b>	<b>16 917,66</b>
<b>Norte</b>	<b>163 208</b>	<b>154 251</b>	<b>(-) 0,3</b>	<b>15 360</b>	<b>10 625,79</b>
Rondônia	20 236	19 196	7,3	1 504	13 455,56
Acre	7 386	6 809	1,2	691	10 687,45
Amazonas	49 614	45 882	(-) 2,0	3 393	14 620,94
Roraima	5 593	5 114	4,6	421	13 270,47
Pará	58 402	56 631	(-) 3,2	7 431	7 859,19
Amapá	7 404	7 033	4,0	627	11 816,60
Tocantins	14 571	13 588	3,8	1 292	11 277,70
<b>Nordeste</b>	<b>437 720</b>	<b>401 282</b>	<b>1,0</b>	<b>53 591</b>	<b>8 167,75</b>
Maranhão	39 855	37 821	(-) 1,7	6 367	6 259,43
Piauí	19 033	17 797	6,2	3 145	6 051,10
Ceará	65 704	60 122	0,0	8 548	7 686,62
Rio Grande do Norte	27 905	25 870	1,5	3 138	8 893,90
Paraíba	28 719	26 118	1,6	3 770	7 617,71
Pernambuco	78 428	72 427	2,8	8 810	8 901,93
Alagoas	21 235	19 886	2,1	3 156	6 728,21
Sergipe	19 767	20 420	4,4	2 020	9 787,25
Bahia	137 075	120 820	(-) 0,6	14 637	9 364,71
<b>Sudeste</b>	<b>1 792 049</b>	<b>1 681 596</b>	<b>(-) 1,0</b>	<b>80 915</b>	<b>22 147,22</b>
Minas Gerais	287 055	271 315	(-) 4,0	20 034	14 328,62
Espírito Santo	66 763	65 167	(-) 6,7	3 487	19 145,17
Rio de Janeiro	353 878	349 906	2,0	16 010	22 102,98
São Paulo	1 084 353	995 208	(-) 0,8	41 384	26 202,22
<b>Sul</b>	<b>535 662</b>	<b>498 856</b>	<b>(-) 0,6</b>	<b>27 719</b>	<b>19 324,64</b>
Paraná	189 992	176 889	(-) 1,3	10 686	17 779,11
Santa Catarina	129 806	123 194	(-) 0,1	6 119	21 214,53
Rio Grande do Sul	215 864	198 774	(-) 0,4	10 914	19 778,39
<b>Centro-Oeste</b>	<b>310 765</b>	<b>286 220</b>	<b>2,5</b>	<b>13 895</b>	<b>22 364,63</b>
Mato Grosso do Sul	36 368	33 283	0,4	2 360	15 406,96
Mato Grosso	57 294	54 693	2,4	3 002	19 087,30
Goiás	85 615	75 971	0,9	5 926	14 446,68
Distrito Federal	131 487	122 273	4,0	2 607	50 438,46

Fonte: IBGE - contas regionais do Brasil (2005-2009)

No sentido de garantir a promoção da região, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2005) apresenta os seguintes macro-objetivos específicos:

a) Preservação dos ecossistemas formados no Centro-Oeste (bioma amazônico, cerrado e pantanal) e recuperação de áreas degradadas;

b) Melhoria da qualidade de vida da população e redução das desigualdades sociais e intrarregionais como reflexo dos benefícios trazidos pelo dinamismo econômico e nível de renda da população com a consolidação de cidades integradas e integração com outras regiões do Brasil e América do Sul;

c) Aumento das oportunidades sociais com o acesso ao ensino de qualidade, além da elevação do nível de escolaridade e redução da taxa de analfabetismo;

d) Aumento da capacidade econômica com a consolidação da exportação de produtos e formação de um ambiente baseado em inovação;

e) Redução da vulnerabilidade econômica e incentivo a exploração de outras estruturas produtivas distintas do agronegócio, além da ampliação de mecanismos para agregação de valor aos produtos agropecuários, vegetais e minerais;

f) Crescimento da capacidade de gestão do poder público regional (Estados e Municípios) para o alcance de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, visando assegurar melhores efeitos para o desenvolvimento regional.

Com a pretensão de cumprir os referidos macro-objetivos específicos, o Plano indicou algumas metas próprias a serem alcançadas, tais como: a redução do ritmo de desmatamento e recuperação de áreas degradadas para alcançar a formação de cobertura florestal de cerrado, no ano de 2020, ao patamar de 43,86% (quarenta e três vírgula oitenta e seis por cento); crescimento de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do número de domicílios com abastecimento de água previstos em 2015 para alcançar 99% (noventa e nove por cento), em 2020, e de esgoto sanitário, de 61,18% (sessenta e um vírgula dezoito por cento), previsão de 2015 para 89,9% (oitenta e nove vírgula nove por cento), em 2020; aumento do nível de inclusão digital de 21,9% (vinte e um vírgula nove por cento) atuais para 26,65% (vinte e seis vírgula sessenta e cinco por cento), em 2020 (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007-2020).

No âmbito econômico, o Plano (2005) prevê um crescimento da economia da região num patamar mediano de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) ao ano, com destaque para uma elevada superação dessa porcentagem em 2010, em razão dos reflexos dos resultados de projetos e políticas de integração, diversificação dos produtos explorados e a condensação das atividades pertencentes às cadeias produtivas (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste 2007-2020).

E, ainda, à respeito especificamente do Produto Interno Bruto (PIB), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2005) apresenta as seguintes previsões:

[...] Em 2015, o PIB do Centro-Oeste deve alcançar cerca de R\$ 282,0 bilhões (a preços de 2004), mais do que o dobro em dez anos (estimado em R\$ 136,5 bilhões, em 2005). Com taxas mais elevadas no último quinquênio do período, o PIB do Centro-Oeste chega a R\$ 417 bilhões, em 2020. Com isso, a economia centro-oestina eleva sua participação no PIB brasileiro dos atuais 7,55% para cerca de

8,98%, em 2015, e 9,8%, em 2020 (vale lembrar que a economia brasileira também cresce a taxas elevadas);

o) Ao acompanhar o crescimento da economia com uma expansão mais lenta da população (levemente acima de média nacional), o Centro-Oeste registra continuado aumento do PIB *per capita*, que alcança cerca de R\$ 18.930,00 em 2015 (a preços de 2004), o que significa aumento de mais de 80,0% em relação a 2005, estimado em R\$ 10.518,00 reais, e salta para R\$ 26.519,00, em 2020, e combina desaceleração da população com rápido crescimento econômico; (PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, 2005, p. 153).

Em síntese, a Tabela 2 contempla as metas a serem atingidas de acordo com o referido instrumento de política de desenvolvimento regional.

Tabela 2 - Resumo das metas globais

INDICADORES	Cena atual	2010	2015	2020
Cobertura florestal no Cerrado (percentual)	43.00	41.73	42.14	43.86
Cobertura florestal na Floresta tropical (percentual)	61.20	58.79	59.38	60.88
Cobertura florestal no Pantanal (percentual)	83.00	82.17	83.00	84.67
Abastecimento de água (% de domicílios)	87.30	90.85	94.54	99.36
Esgotamento sanitário (% de domicílios)	39.40	47.94	61.18	89.89
Mortalidade infantil (óbitos em mil nascidos vivos)	20.70	16.02	10.56	5.57
Índice de pobreza (% da população abaixo da linha)	25.40	19.65	12.95	8.54
Concentração de renda (Índice de Gini)	0.57	0.55	0.53	0.51
Nível de escolaridade (anos médios de estudo)	7.10	8.64	10.51	12.79
Taxa de analfabetismo (% na população acima de 15 anos)	9.20	7.38	6.50	5.94
Taxa de analfabetismo funcional (% na população acima de 15 anos)	22.00	17.66	15.55	14.20
Capacidade C&T (pesquisador por milhão de habitantes)	529.30	643.97	783.49	953.24
Inclusão digital (% de domicílios com computador e acesso à internet)	14.80	18.01	21.91	26.65
Crescimento do PIB (% anual médio no período)		6.8	8.0	8.2
PIB do Centro-Oeste (R\$ bilhões)	136,45	191,54	281,82	417,47
PIB <i>per capita</i> R\$	10.518,59	13.672,30	18.930,84	26.519,32
Participação do Centro-Oeste no PIB do Brasil (percentual)	7,55	8,21	8,98	9,80
Abertura externa (% das exportações no PIB regional)	15.39	20.55	21.62	20.10
Pauta de exportação (% de bens primários no total das exportações)	70.00	67.24	63.31	57.81
Malha rodoviária (percentual de estradas em bom estado de conservação)	28.38	31.33	39.99	58.76

Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional

Assim sendo, de forma precisa e objetiva, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2005) estabelece um apanhado de todas as metas globais a serem alcançadas, a fim de garantir efetivamente à região a preservação do meio ambiente, a competitividade econômica, a melhoria da qualidade de vida de sua população, promovendo a redução das desigualdades regionais e o acionamento da promoção das potencialidades do Centro-Oeste.

## **CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO AGRÁRIA E A EMPRESA RURAL**

O tema, neste capítulo, versará sobre a evolução da agricultura e pecuária no mundo, ressaltando sua importante relação com o desenvolvimento socioeconômico da sociedade como um todo. Para melhor compreensão da história da agricultura, fez-se necessário conceituar o sistema agrário. A seguir, trataremos de aspectos relevantes da empresa rural, com enfoque no seu papel primordial, seus conceitos e características.

### **2.1 A Evolução Histórica da Agricultura e Pecuária no Mundo**

A sociedade atual considera que o desenvolvimento, de uma forma geral, seja alavancado apenas pelos avanços tecnológicos e industriais. No entanto, a agricultura, em toda a sua magnitude, representa um importante fator para o desenvolvimento socioeconômico de toda a humanidade.

Além da produção de alimentos e matérias primas, que tornam vitais para a manutenção alimentar da sociedade moderna, a agricultura apresenta também importante relevância econômica, sobre a geração de empregos, e o meio ambiente, através da manutenção de paisagens e de modos de vida (MIGUEL, 2009).

Mazoyer e Roudart demonstram com propriedade a relevância dessa atividade no cenário da existência humana:

Se o homem abandonasse todos os ecossistemas cultivados do planeta, estes retornariam rapidamente a um estado de natureza próximo daquele no qual ele se encontrava há 10 mil anos. As plantas cultivadas e os animais domésticos seriam encobertos por uma vegetação e por uma fauna selvagem infinitamente mais poderosas que hoje. Os nove décimos da população humana pereceria, pois, neste jardim do Éden, a simples predação (caça, pesca e colheita) certamente não permitiria alimentar mais de meio milhão de homens. Se tal “desastre ecológico” acontecesse, a indústria — que não está à altura de sintetizar em grande escala a alimentação da humanidade e não o fará tão cedo — seria um recurso paupérrimo. Tanto para alimentar vinte milhões de homens como para alimentar cinco, não há outra via senão continuar a cultivar o planeta multiplicando as plantas e os animais domésticos, dominando a vegetação e a fauna selvagem (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 41).

A evolução e a expansão da agricultura, desde o seu surgimento há mais de 10.000 anos, até os dias de hoje, foi uma consequência de um processo longo e complexo. Para

compreender esse processo, que é repleto de particularidades sociais e é influenciado por condições locais de produção, é imprescindível conhecer o conceito de sistema agrário.

## **2.2 Conceito de Sistema Agrário**

A agricultura surge em um determinado momento e lugar como um objeto ecológico e econômico, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimentos agrícolas que exploram a fertilidade desse meio. A agricultura praticada em determinado momento e lugar é denominada sistema agrário, e esse sistema pode ser classificado em dois subsistemas principais: o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O ecossistema cultivado pode ser horta, terra cultivável, campo de ceifa, pastagem, floresta e cada um desses tipos é organizado, cuidado e explorado de uma maneira particular.

O sistema social produtivo, também chamado de sistema técnico, econômico e social é composto por homens e mulheres, com sua força de trabalho, conhecimento e habilidade, por meios inertes, como os instrumentos e equipamentos produtivos e pela matéria viva, que seriam as plantas cultivadas e animais domésticos.

O sistema de produção de um estabelecimento agrícola é caracterizado pela combinação de suas atividades produtivas e de seus meios de produção. A categoria social de um estabelecimento é caracterizada pelo estatuto social de sua mão-de-obra, que pode ser familiar, assalariada, cooperativa, escrava ou serviçal, pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso à terra, que pode ser livre acesso às terras comunais, reserva senhorial, posses servis, exploração direta, parceria, arrendamento, entre outros e pela dimensão do estabelecimento agrícola.

Um mesmo sistema agrário pode praticar sistemas de produção muito semelhantes e pertencer a mesma categoria social, como podem ser muito diferentes ou até mesmo complementares. Estabelecimentos especializados na criação e estabelecimentos especializados no cultivo podem, por exemplo, se complementar trocando adubos e produtos animais por grãos e outros produtos vegetais. Os sistemas latiminfundialistas utilizam uma mão-de-obra assalariada fornecida por vários estabelecimentos camponeses, que são pequenos para empregar plenamente sua mão-de-obra familiar e para prover suas necessidades (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O desenvolvimento de um sistema agrário é o resultado da dinâmica de seus estabelecimentos agrícolas. Há desenvolvimento geral quando todos os estabelecimentos

progridem, aumentam suas dimensões econômicas e seus resultados. O desenvolvimento é desigual quando alguns estabelecimentos progridem mais que outros, e a crise de um sistema agrário é considerada geral, quando todos os tipos regredem e tendem a desaparecer.

Os estabelecimentos agrícolas que progridem podem adotar novos meios de produção, desenvolver novas práticas e novos sistemas de cultivo e de criação e, dessa maneira, proporcionar a criação de um novo ecossistema cultivado. Dessa maneira, é possível originar um novo sistema agrário, o que é chamado de revolução agrícola.

Ao longo do tempo podem surgir, desenvolver-se declinar e suceder-se em um determinado local sistemas agrários que constituem uma série evolutiva característica daquela região. Um exemplo seria a série evolutiva de sistemas agrários das regiões temperadas da Europa: sistemas de cultivo derrubada-queimada; sistema de cultivo com tração leve e alqueive associado à criação animal; sistemas de cultivo com tração pesada e com alqueive associado a criação animal, sistema de cultivo sem alqueive associados à criação animal; sistemas motorizados, mecanizados e especializados (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Ao estudar a dinâmica dos sistemas agrários nas diferentes localizações do mundo, ao longo do tempo, é possível compreender a transformação e a diferenciação da agricultura, que pode ser expressa através de uma teoria da evolução dos sistemas agrários. Essa teoria pode explicar a diversidade geográfica da agricultura numa dada época, instrumento pelo qual é possível analisar, compreender e explicitar uma realidade complexa, diversificada e mutável de um povo numa determinada região.

Através do conceito de sistema agrário, é possível classificar inúmeras formas de agricultura que existiram no passado e, também, de agriculturas observadas no presente em um número limitado de sistemas, caracterizados por um gênero de organização e de funcionamento (MAZOYER; ROUDART, 2010).

### **2.3 Transformações Históricas e Diferenciação Geográfica dos Sistemas Agrários**

O homem começou a cultivar plantas e criar animais após milhões de anos de evoluções biológica, técnica e cultural. Foi no período neolítico, idade da pedra polida, há menos de 10.000 anos, que o homem foi capaz de transformar ecossistemas naturais em ecossistemas cultivados, artificializados, cada vez mais diferentes dos ecossistemas naturais originais (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O período neolítico é o último período da pré-história, se inicia 12.000 anos antes da nossa Era, quando o homem começa a fabricar instrumentos com o polimento da pedra. Esse período se estende até o aparecimento da escrita e da metalurgia.

Foram as sociedades neolíticas que começaram a semear plantas e criar animais em cativeiro, com intenção de multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Dessa forma, uma sociedade de predadores se transformou paulatinamente em uma sociedade de cultivadores. A passagem da predação à agricultura, também chamada de revolução agrícola neolítica, foi segundo Childe, “a primeira revolução que transformou a economia humana” (1983 *apud* MAZOYER & ROUDART, 2010, p.70).

As primeiras formas de agricultura, chamadas de protocultura e protocriação, foram aplicadas a plantas e animais ainda com caracteres selvagens. Essas populações de plantas e animais foram adquirindo com o tempo, novas características cada vez mais típicas de espécies domésticas e, em sua maior parte, são cultivadas ou criadas nos dias de hoje.

Inicialmente, o número de sociedades que praticavam agricultura era pequeno, eram afastadas umas das outras. Essas sociedades formaram os centros de origem da revolução neolítica. Com o tempo, essas sociedades cresceram e se estenderam para a maior parte do mundo, constituindo os centros irradiantes ou áreas secundárias de domesticação, onde novas espécies de plantas foram cultivadas e novas espécies de animais foram criados.

Acredita-se que os primeiros plantios foram acidentais, ocorreram próximos às moradias, em locais onde se preparavam os cereais nativos. Esses terrenos já eram enriquecidos com dejetos domésticos, se localizavam perto dos aluviões<sup>7</sup> das vazantes dos rios, ou seja, eram terras férteis e não exigiam desmatamento (MAZOYER; ROUDART, 2010).

No entanto, os terrenos favoráveis eram limitados e a agricultura alcançou outros tipos de ecossistemas naturais: os ecossistemas arborizados, onde se praticavam formas de derrubada-queimada associada à criação de animais e ecossistemas herbáceos abertos, onde se desenvolviam criações pastoris acompanhadas ou não de cultivo de plantas.

Foram reconhecidos seis centros de origem da agricultura neolítica: o centro do oriente-próximo, na Síria-Palestina, o centro-americano, no sul do México, o centro chinês, inicialmente no norte da China e depois no nordeste e sudeste da China, o centro neoguineense, na Papuásia-Nova Guiné, o centro sul-americano, nos Andes peruanos ou

---

<sup>7</sup> Aluvião é um depósito de sedimentos clásticos (areia, cascalho e/ou lama) formado por um sistema fluvial no leito e nas margens da drenagem, incluindo as planícies de inundação e as áreas deltaicas com materiais mais finos extravasado dos canais nas cheias.



equatorianos e o centro norte-americano, na bacia do médio Mississipi, sendo os dois últimos pouco ou nada irradiantes (MAZOYER & ROUDART, 2010).

O centro do oriente-próximo foi um dos centros mais antigos, formado entre 10.000 e 9.000 anos antes do presente. Nesse período, houve uma mudança climática na região da Síria-Palestina, que resultou também em mudança no ecossistema local caracterizado por savana de faias e pistacheiras, que são ricas em cereais selvagens, e que permitem o cultivo de outras plantas e a criação de animais. Eram cultivados trigo, cevada, ervilha, lentilha, grão de bico, entre outros (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A agricultura desse centro se estendeu gradativamente em todas as direções, a partir de 9.000 anos antes da nossa Era. Alcançou o Mediterrâneo há 8.000 anos, penetrou na Europa Central e o noroeste europeu através do vale do Danúbio há 4.000 anos, se estendeu até a Índia pelo leste e até a África central pelo sul. No quarto e terceiro milênios antes da Era atual, ela progrediu até se encontrar com a agricultura de origem chinesa.

O centro chinês, caracterizado por suas cerâmicas coloridas, cultivava o milheto, alguns legumes, o rami e a amoreira para criação do bicho da seda, e criavam animais como a galinha, o porco e o boi. A extensão do centro chinês para o nordeste e sudeste da China, regiões mais chuvosas, foi marcada pelo cultivo de duas plantas relevantes: a soja e o arroz. Há 9.000 anos antes da nossa Era, a agricultura chinesa ocupava apenas o médio e baixo vales do Rio Amarelo. Há 8.000 anos, após o início do cultivo do arroz, ela se estendeu até o rio Azul, e há 6.000 anos se estendeu até a Manchúria, a Coréia, o Japão, a Ásia central, a Ásia do sul e o sudeste da Ásia, onde entrou em contato com a agricultura de origem neoguineense.

O centro-americano foi constituído no sul do México entre 9.000 e 4.000 anos antes do atual, apresentando uma agricultura baseada em milho. No sexto milênio antes da nossa Era, ele alcançou os continentes sul-americano e norte-americano. Há 3.500 anos, cultivavam o milho e o feijão, que supriam suas necessidades calóricas e o algodão, uma planta têxtil. Os únicos animais domesticados no México foram o peru e o pato da Barbaria.

A agricultura de origem neoguineense, a base de taro, se expandiu pouco a pouco pelas ilhas indonésias e pacíficas até o princípio da nossa Era (MAZOYER & ROUDART, 2010).

A expansão da agricultura neolítica permitiu um enorme crescimento da população mundial, que passou de 5 a 50 milhões de habitantes entre 10.000 a 5.000 anos antes de nossa Era. No entanto, nessa primeira grande expansão da agricultura no mundo, extensas regiões

não foram atingidas, como: a Austrália, o sul da África e da América do Sul, o noroeste e norte da América do Norte.

Mazoyer e Roudart afirmam textualmente que:

Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada estiveram, assim, entre os mais extensos e mais duráveis que já existiram. Após penetrar nas florestas e nos meios arbóreos cultiváveis, esses sistemas perpetuaram-se durante séculos, até que o aumento da população e a repetição muito freqüente dos cultivos tivessem acarretado a destruição do florestamento. Esse processo de desmatamento, que gradativamente atingiu a maior parte dos meios ancestralmente florestados e cultivados do planeta, foi, sem sombra de dúvida, a maior transformação ecológica da história. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.156).

Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada foram substituídos por numerosos sistemas agrários pós-florestais, diferenciados conforme o clima da região em árido, tropical úmido, temperado e intertropical. Daí, necessário se fez desenvolver novos instrumentos, novas formas de desmatamento, novos procedimentos de cultivo, novas formas de renovar a fertilidade em cada região, adaptando uma exploração eficiente e sustentável àquele ecossistema, o que equivale afirmar que o sucesso no desenvolvimento dos sistemas de cultivo encontram ligação com o tipo de clima da região.

Nas regiões intertropicais, o sistema de derrubada-queimada provocou a formação de savanas, formações vegetais predominantemente herbáceas com vestígios dos meios arbóreos e pluviometria intermediária. Nessas regiões, foram desenvolvidos vários tipos de sistema de cultivo: com enxada, sem criação de animais, com amontoa<sup>8</sup> e camalhões<sup>9</sup> na África Central; com enxada, sem alqueive<sup>10</sup> e com criação de animais na África dos Grandes Lagos (Ruanda, Burundi); com alqueive e criação de animais nas regiões do Sudão e do Sahel, arboricultura forrageira na região de Sahel e sistemas mistos de savana e florestas na região do Congo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nas regiões tropicais úmidas, como a China a Ásia das monções e a Índia, foi desenvolvido um sistema de rizicultura aquática, arroz que se desenvolve em áreas inundadas. Inicialmente em terrenos mais regados e drenados, como vales e baixios que permaneciam submersos pelas cheias dos rios ou pelas chuvas periodicamente, seguidos de terrenos acidentados, até por fim em terrenos que demandavam irrigação.

Nesse período, as ferramentas e os equipamentos foram se aperfeiçoando, de modo que o número de colheitas cresceu ano após ano. O cultivo do arroz, de origem asiática, se

<sup>8</sup> Amontoa é a operação que acumula terra ao pé das plantas que sejam suscetíveis a ter raízes adventícias, para melhor firmá-las ao solo.

<sup>9</sup> Camalhões se refere à porção de terra disposta para sementeira entre sulcos.

<sup>10</sup> Alqueive é o estado de terra lavrada que se deixa descansar.

espalhou, primeiramente, para outras regiões tropicais e subtropicais da Ásia, depois para regiões temperadas quentes da Ásia, da Europa e da América. O arroz aquático foi responsável pela criação de infraestruturas hidráulicas cada vez mais modernas e é, atualmente, um dos três cereais mais consumidos do mundo, ao lado do trigo e do milho (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nas regiões áridas, os sistemas agrários hidráulicos com cultivo de inundação, ou cultivos irrigados constituíram-se desde o fim do período neolítico na Mesopotâmia, nos Vales do Nilo e do Indu, e no Império Inca, formando as primeiras civilizações hidroagrícolas da alta antiguidade. As regiões aridificadas pelo desmatamento da agricultura neolítica do centro oriente-próximo já não podiam mais produzir através dos cultivos pluviais, e essa população foi obrigada a se deslocar para regiões mais bem abastecidas de água (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O sistema de cultivo de vazante de inverno foi implantado no vale do rio Nilo. Durante o inverno, nos meses de julho e outubro, o Rio Nilo transbordava e essa inundação deixava uma grande extensão de terras nas margens submersas do rio. Após o recuo das águas, era realizado o cultivo de cereais como trigo, aveia e milho, já que nesse momento, o solo estava úmido e enriquecido pelos depósitos de aluviões. A colheita era realizada na primavera e, então, alternavam o cultivo de cereais com o cultivo de leguminosas.

Para que esse sistema de cultivo se tornasse mais produtivo, foram construídos várias técnicas para evacuar o excesso de água como diques, canais de armazenamento e de drenagem, barragens-elevatórias e barragens-reservatórios, cadeias transversais de bacias e cadeias longitudinais de bacias, como demonstra a Figura 4. Com essa infraestrutura hidráulica era possível controlar melhor as cheias e distribuir melhor a água entre as zonas inundadas.

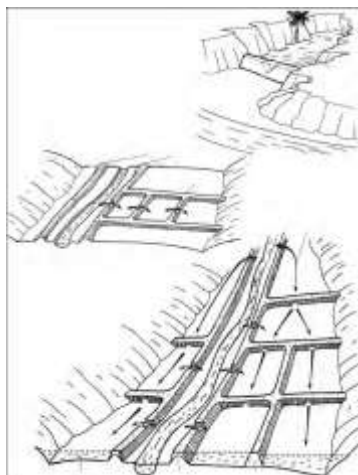


Figura 3 – Esquema de ordenamento das bacias de vazão.

Fonte: MAZOYER; ROUDART. História das agriculturas do mundo: São Paulo

O desenvolvimento de uma gestão coordenada da cheia coincidiu com o desenvolvimento de formas de organização social e política. Inicialmente, existiam vilarejos enfileirados ao longo do vale e margens do delta do rio. Em seguida, formaram cidades-Estado que dominavam um pequeno trecho do vale até que se formaram cidades-Estado poderosas, que dominavam toda planície aluvial localizada em duas passagens estreitas do vale.

As numerosas cidades formaram dois reinos, o Alto Egito que correspondia ao vale do Nilo, e o Baixo Egito que correspondia ao delta do Nilo. Por fim, os dois reinos se uniram formando o Estado Faraônico. Dessa forma, o sistema de cultivo de inundação teve grande influência na formação do Estado Faraônico e também pela sua decadência, como demonstram Mazoyer e Roudart:

Os momentos mais resplandecentes da civilização faraônica correspondem aos períodos em que esse gênero de poder era melhor organizado (Antigo Império, Médio Império, Novo Império). Considerando as técnicas hidráulicas e os métodos administrativos de cada uma dessas épocas, o manejo eficiente do rio, a extensão das superfícies ordenadas e cultivadas e o controle das irregularidades das cheias faziam com que a produção agrícola e a produção das corveias chegassem ao seu zênite. Durante esses períodos faustosos, os invasores eram mantidos fora dos limites do vale, e alguns faraós conseguiram até mesmo estender o império até a Núbia, a Líbia e a Síria. O Egito era uma potência cuja riqueza impressionava todos os países vizinhos e cuja influência se exercia em todo o Mediterrâneo oriental. Mas essas fases de prosperidade alternavam-se com períodos de crise e de decadência. Com efeito, a extensão das bacias, dos cultivos e da população chocavam-se inevitavelmente com os limites relativamente inadaptáveis do espaço organizado e explorável com as técnicas e os métodos do momento. Então, a produção atingia um tipo de limite. A população continuava a crescer, a fome surgia e a manutenção da cobrança de impostos provocava todo tipo de resistências e revoltas (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 199).

Os sistemas de cultivo irrigados pela água, extraída de leito de rios ou de poços, são antigos como os cultivos de vazante, inicialmente realizados através de rega manual com baldes de terracota. A partir do século XIV a.C., essa forma de cultivo ganha mais força com a invenção do *chadou*, um dispositivo capaz de elevar a água com uma alavanca sob a forma de uma vara articulada, originário da Mesopotâmia. Em 333 a.C., novas máquinas de bombeamento e elevação de água foram criadas pelos gregos. Na Idade Média, o cultivo de irrigação continuou a se desenvolver com o uso de tração animal, de moinhos de vento, de moinhos de água e rodas elevatórias com vasilhas.

A partir do século XIX, o planejamento hidráulico público permitiu a irrigação em todas as estações do ano, sendo assim possível o cultivo de cana-de-açúcar e algodão, por exemplo. Na primeira metade do século XX, foram construídas barragens-reservatórios de

Assuan, barragens-elevatórias do Médio e do Alto Egito, e, na segunda metade do século XX foi construída alta barragem de Assuan, estruturas responsáveis por ampliar a área de cultivo, permitir a irrigação em todas as estações do ano e aumentar o número de cultivos por ano (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O Império Inca ocupava os territórios do Equador, Peru, Bolívia e Chile, na costa desértica do Pacífico, montanha andina semiárida e na sua vertente amazônica quente e úmida. O Estado Inca, tal qual o Estado Faraônico, construía grandes obras hidráulicas e baseava-se numa organização administrativa hierarquizada e numa economia centralmente administrada, apoiando-se num sistema de corveias impostas aos camponeses.

Nas regiões temperadas quentes do entorno mediterrâneo, vários tipos de sistemas de cultivo seguiram o período de desmatamento. Alguns terrenos submetidos à erosão intensa foram destinados a pastos, e outros terrenos não tão danificados pelo desmatamento foram dedicados a cultura de cereais alternados com um pousio herbáceo de curta duração, o alqueive (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Para fazer o preparo do solo, eram utilizadas ferramentas manuais como a pá e a enxada, além de um instrumento leve de tração animal, chamado de arado escarificador (ilustrado na Figura 4). Por isso, esse sistema é também chamado de cultivo com tração leve. A criação animal era utilizada também para realizar o transporte agrícola com o albarda, um arreio colocado no animal para transportar carga. A criação pastoril nas margens das plantações aumentava a fertilidade do solo em função dos dejetos dos animais que eram depositados no alqueive. Os terrenos mais férteis, chamados de *ager*, eram destinados ao cultivo de cereais e nos terrenos mais desmatados, chamados de *saltus*, era feita a criação de gado.

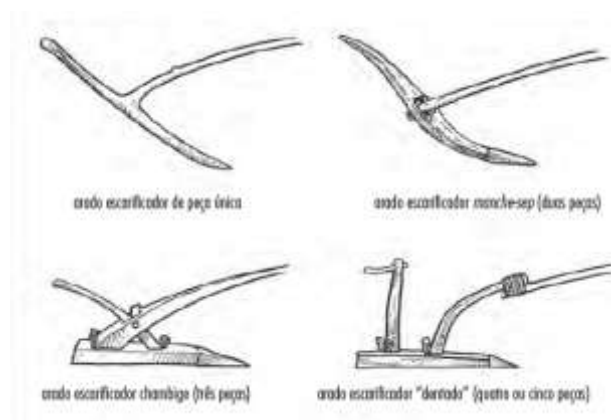


Figura 4. Imagens de vários tipos de arado escarificador.  
Fonte: MAZOYER; ROUDART. História das agriculturas do mundo: São Paulo

O desenvolvimento do sistema agrário caracterizado pela utilização do alqueive e da tração animal com arado escarificador, associado a criação de animais em pastagens, é chamado de revolução agrícola antiga. Esse sistema não foi um resultado imediato e automático do desmatamento causado pelos sistema de derrubada-queimada, foi desenvolvido de forma gradativa, levando um longo período para ser concretizado.

Mazoyer e Roudart contextualizam o sistema de tração leve com alqueive como um período de formação de cidades-Estado, onde se verificou que:

O desflorestamento e o desenvolvimento dos sistemas com alqueive começaram no Oriente Médio há 2.000 a.C., para estender-se em seguida de leste a oeste e de sul a norte, no entorno Mediterrâneo e na Europa. Ora, surpreendente constatarmos que nessa parte do mundo, palácios, cidades, Estados e impérios se desenvolveram paralelamente a essa vasta perturbação agroecológica. Os primeiros palácios de Creta(Cnossos) e do Peloponeso (Micenas), as primeiras cidades-estado da Ásia menor (Hatousa, na Anatólia) apareceram entre 2.000 a.C. e 1.500 a.C. Entre 1.000 a.C. e 500 a.C. foram formadas as cidades fenícias (Tiro, Sidon) e gregas (Atenas, Esparta etc.) bem como as cidades de suas colônias ocidentais: colônias fenícias do norte da África (Cartago), colônias gregas da Sicília e do sul da Itália (Siracusa, Tarento), colônias etruscas da Itália central (Volsini, Populônia, Volettra). Entre o ano 500 a.C e o princípio da era cristã, Roma resplandeceu e contituiu um vasto império do perímetro mediterrâneo e europeu. Enfim, a partir do século V da era cristã, os reinos e os impérios germânicos, eslavos e escandinavos se formaram mais ao norte (MAZOYER; ROUDART, 2010, P. 283).

Na antiguidade, a procura por terras férteis eram constantes, o que a caracterizou por ser um período marcado por guerras frequentes e pela militarização. Os pequenos vilarejos, onde o cultivo de terras era próximo das moradias, eram cercados por muralhas para evitar invasões. As guerras aconteciam entre esses grupos de pessoas para tomar terras e fazer das populações vizinhas seus servos. Os mais poderosos concentravam não somente as terras, mas também as armas, os cavalos e os carros de combate. Esse processo desencadeou a formação das cidades-estados militarizadas. Como o sistema agrário utilizado era insuficiente para alimentar uma população crescente, as cidades dominantes exploravam novas colônias e utilizavam como mão-de-obra escravos ou servos.

Esse sistema agrário se estendeu também até as regiões temperadas frias após o seu desmatamento. No entanto, como o trabalho para o plantio era realizado, em parte, manualmente, e a terra era mal preparada e pouco esterçada, o rendimento era baixo. A produtividade agrícola era suficiente para apenas suprir as necessidades da população, o que deu origem a uma crise de subsistência crônica das sociedades do Mediterrâneo e da Europa, na Antiguidade.

O cultivo com tração leve foi substituído nas regiões temperadas frias, somente depois do ano 1000, pelo cultivo de tração pesada, que utilizava o arado tipo charrua e carreta. Nas regiões temperadas quentes, o cultivo de tração leve ainda vigorou por mais séculos, já que foram desenvolvidas outras técnicas para garantir a produtividade, como: aplainamento das encostas, irrigação, arboricultura e cultivos associados. Os sistemas de tração pesada também se baseavam na associação de cultivo pluvial de cereais e da criação de animais (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A Figura 5 ilustra o arado charrua que marcou o cultivo com tração pesada.

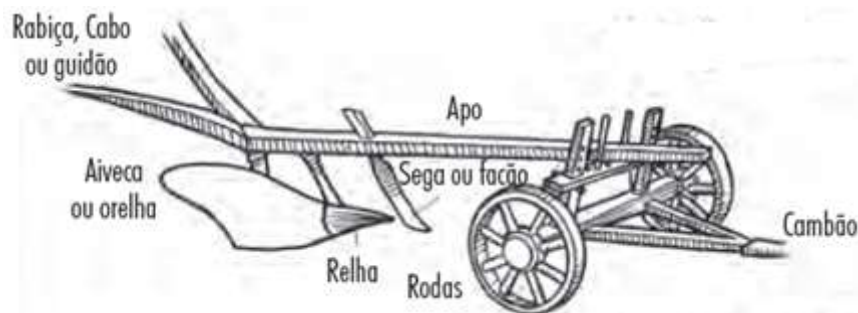


Figura 5 – Arado do tipo Charrua.

Fonte: MAZOYER; ROUDART. História das agriculturas do mundo: São Paulo

O cultivo com tração pesada conduziu a economia rural do Ocidente próxima da economia dos tempos modernos, e foi chamada de revolução agrícola da Idade Média. Esse tipo de sistema agrário resultou no crescimento da produção devido ao aumento da produtividade e, por consequência, permitiu também melhorar a alimentação e proporcionar aumento de excedentes. Os excedentes permitiram o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como artesanais, industriais, artísticas, militares e, principalmente, comerciais.

O trabalho dos artesãos produzia novas ferramentas que estimulavam o desenvolvimento da produção agrícola. O crescimento artesanal aumentou a procura por ferro e, por isso, a expansão da siderurgia foi intensa a partir do século XII. As atividades comerciais foram responsáveis pelo nascimento do capitalismo e pela crescente urbanização.

Mazoyer e Roudart caracterizam a crise do sistema de pousio com tração pesada no seguinte trecho:

No século XIV, a produção agrícola regrediu. A população esfomeada diminuiu, seguida da peste, por sua vez fazendo o seu ofício, levando com ela todo o restante da economia. No princípio do século XV, a sociedade europeia alcançou um nível de população e de atividade próximo ao encontrado no século X, nível no qual ela estagnou durante mais de um século, pois as guerras, que se multiplicaram e se eternizaram, criaram um novo obstáculo à renovação. Essa crise, que retornou no final do século XVI, quando a população se reconstituiu novamente, se prolongou

até que um novo sistema agrícola mais produtivo aparecesse. Essa era, no nosso ponto de vista, a crise dos sistemas com pousio e tração pesada (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 342).

A revolução agrícola da Idade Média foi acompanhada de profundas transformações nas relações sociais. Quando os novos instrumentos agrícolas se difundiram, houve uma mudança na organização e nas condições de trabalho dos camponeses. As corveias manuais regrediram e os senhores proprietários das terras começaram a empregar como assalariados os pequenos produtores, fomentando a participação destes à produtos advindos da produção e também à renda.

A primeira revolução agrícola dos tempos modernos ocorreu do século XVI ao século XIX na maioria das regiões da Europa, sendo, assim, denominada pela relação com a primeira revolução industrial. Essa revolução foi caracterizada pela utilização de sistema agrário sem pousio, já que os alqueives foram substituídos por pastagens artificiais de gramíneas, de leguminosas forrageiras ou por plantas mondadas, como o nabo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Dessa forma, o cultivo de cereais alternava-se quase continuamente com novas rotações. O desenvolvimento das novas rotações foi acompanhado das criações de animais e da utilização do esterco animal para aumentar a fertilidade das terras cultivadas. A produção passava a ser duas vezes maior, e os excedentes de produção eram obtidos com pouco investimento e trabalho suplementar.

A partir do século XIX, mais da metade da população ativa de países industrializados se dedicava a atividades não agrícolas. Os sistemas agrícolas sem alqueive se desenvolveram inicialmente em Flandres, norte da Bélgica, no século XV. A progressão para outras regiões foi lenta por obstáculos jurídicos. Enquanto o alqueive e o afolhamento obrigatórios não fossem banidos pela instauração do direito de propriedade exclusiva, enquanto os resquícios de servidão, as obrigações e as taxas feudais não fossem abolidas, a população camponesa não poderia se lançar nesse desenvolvimento agrícola.

A nova revolução agrícola se estendeu à medida que o desenvolvimento comercial, industrial e urbano pode absorver o excedente agrícola comercializável. Ao final dessa revolução agrícola, encontravam-se pequenos e grandes proprietários, estabelecimentos com exploração direta, em arrendamento ou em parceria, estabelecimentos agrícolas com assalariados e familiares.

Os sistemas agrários europeus se estenderam às suas colônias de povoamento nas Américas, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Nas regiões tropicais se desenvolveram



as plantações agroexportadoras de cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, palmeiras para extração de óleo, banana, entre outros (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O século XX, marcado por ganhos na produtividade provenientes da segunda revolução agrícola dos tempos modernos, mais uma etapa da série evolutiva dos sistemas agrários das regiões temperadas, é caracterizada pela utilização de sistemas motorizados, mecanizados, fertilizados com auxílio de insumos minerais e especializados da atualidade. Esse ganho de produtividade teve como consequência uma redução importante dos preços da maior parte dos gêneros agrícolas e, por consequência, a democratização de acesso a esses produtos.

A agricultura “moderna”, mecanizada e motorizada, que utiliza muito capital e pouca mão-de-obra, alcançou apenas pequenos setores de países em desenvolvimento. Cerca de 80% dos agricultores da África, 40 a 60% dos agricultores da América Latina e da Ásia ainda trabalham com equipamentos manuais. A agricultura mecanizada e motorizada está longe de se disseminar pelo mundo, já que outras formas de agricultura continuam predominantes em países em desenvolvimento.

A evolução da mecanização na agricultura, aconteceu de forma paralela à evolução dos transportes, que colocou em concorrência todos os tipos de agricultura praticados no mundo. Pequenas e médias propriedades agrícolas, não mecanizadas e menos produtivas, atingidas pela queda dos preços foram condenadas e muitas desapareceram. Consequentemente, a queda da agricultura manual resultou numa grande onda de desemprego e de êxodo rural.

Sobre a crise mundial de superprodução agrícola, Mazoyer e Roudart afirmam:

Tal imensa onda de desemprego e de pobreza planetária limitou o crescimento da demanda salarial mundial, já insuficiente para permitir, em escala mundial, um vigoroso desenvolvimento industrial e agrícola. Assim, o arquipélago de prosperidade constituído pelos grandes núcleos industrializados e por seus satélites, mesmo que ainda hoje continuem a desenvolver-se e a ampliar-se, encontram-se a cada dia um pouco mais asfíxiado pela falta de vazão, e a cada dia um pouco mais invadidos e ameaçados pela submersão e pela subversão em razão do crescimento da miséria (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 47).

A revolução agrícola contemporânea, a última da série evolutiva, ocorreu a partir da segunda metade do século XX, apenas em países desenvolvidos e poucos setores dos países em desenvolvimento. Essa revolução foi marcada não só pela elevada motorização dos equipamentos agrícolas, mas também pela seleção de plantas e animais com maior potencial de rendimento, pelo uso de fertilizantes, de alimentos concentrados para a criação de animais

e por produtos de tratamento das plantas. Todas essas medidas representaram mais uma vez ganhos em produtividade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

A mesma revolução agrícola contemporânea, a partir de 1960, apresentou uma vertente que não utilizava equipamentos motorizados e mecanizados, a chamada “revolução verde”. Essa variante esteve presente, principalmente, em países em desenvolvimento e foi favorecida por incentivos governamentais. A revolução verde é caracterizada pela utilização de variedades de plantas como arroz, milho, soja, que possuem maior rendimento, plantadas em grandes culturas para exportação, com a utilização de fertilizantes e melhores técnicas de irrigação e drenagem do solo, o que incrementa a melhoria da economia do país.

Mazoyer e Roudart apontam uma saída para o crescimento da economia agrícola contemporânea, de forma mais uniforme:

Se quisermos realmente sair da crise geral contemporânea e construir este mundo de empregos abundantes, de prosperidade sustentável, extensa e distribuída equanimemente, ao qual a grande maioria dos habitantes do planeta aspira e do qual todos tirariam vantagens, material e moralmente, é preciso criar condições para um real desenvolvimento da economia agrícola subequipada e de um acúmulo de capital produtivo de grande fôlego nos países pobres. Para tanto, é preciso atacar o mal pela raiz, ou seja, as enormes desigualdades de renda que resultam da concorrência sem precaução, de heranças agrárias desiguais (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 552).

A história da agricultura no mundo esteve, desde os primórdios da humanidade, atrelada ao desenvolvimento socioeconômico dos povos. A produção de alimentos através de diversos sistemas agrários em diferentes locais no mundo e em diferentes períodos ao longo do tempo foi muitas vezes determinante para a formação de pequenas e grandes civilizações, para o desenvolvimento tecnológico e industrial e, também, para a formação de uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais.

Consoante o tema proposto à pesquisa, necessário ressaltar que os aspectos atinentes à propriedade, a terra e ao desenvolvimento do homem em determinado território remontam discussões e conflitos desde a antiguidade. Tal premissa decorre, indubitavelmente, do fato de que a terra, como elemento da propriedade, constitui instrumento de almejo de fonte de subsistência e, atualmente, elemento provedor do sistema capitalista que objetiva, dentre outros aspectos, a aquisição de lucros.

À propósito, resta destacar que a Revolução Industrial representou um marco divisor na concepção social e econômica, proporcionando o desenvolvimento de uma racionalidade extremada nos mecanismos de produção, objetivando ao máximo a exploração da capacidade

produtiva como fator relevante para o alcance do lucro com o incremento do uso de técnicas, equipamentos, surgimento da luz e da máquina a vapor.

Em consonância com a pesquisa, observa-se-ão as conceituações básicas para a caracterização da empresa rural e suas atribuições ante o desenvolvimento da atividade pecuária.

## 2.4 Empresa Rural

### 2.4.1 A empresa e seu papel primordial

A princípio, antes de adentrar especificadamente à empresa rural que constitui um dos objetivos específicos do presente trabalho, é necessário entender que a empresa, genericamente assim analisada, de uma forma simplicista, representa a atividade econômica explorada por uma pessoa, cujo sujeito titular para fins de direito é conhecido como o empresário.

H. Truchy (1969 *apud* Ferreira, 2002, p. 178) destaca que "Chamamos empresa toda organização cujo objeto é produzir, circular os bens ou serviços". E complementa Budin (1969 *apud* Ferreira, 2002, p. 178): "A empresa é o local da coordenação dos fatores de produção; o empresário é o coordenador"

Segundo Mendonça (2000 *apud* Bertoldi e Ribeiro, 2011, p. 49), os conceitos jurídico e econômico de empresa representam o mesmo significado, assim a definindo:

É a organização técnico-econômica que se propõe a produzir, mediante a combinação dos diversos elementos, natureza, trabalho e capital, bens ou serviços destinados à troca (venda), com a esperança de realizar lucros, correndo os riscos por conta do empresário, isto é, daquele que reúne, coordena e dirige esses elementos sob a sua responsabilidade (MENDONÇA, 2000 *apud* Bertoldi e Ribeiro, 2011, p. 49).

No entanto, o Código Civil brasileiro assumiu a postura de conceituar o titular da empresa, em seu Artigo 966, como sendo "aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços".

A partir da definição legal contida no Artigo 966 do Código Civil, extrai-se os elementos caracterizadores do empresário, quais sejam: a economicidade, o profissionalismo, a organização e a produção ou circulação de bens ou serviços. Referidos elementos analisados em conjunto demonstram que o empresário possui como profissão a exploração de uma

atividade voltada para a obtenção de lucro, de forma consciente e mediante a utilização de técnicas organizacionais voltadas para o alcance do melhor resultado.

À respeito do entendimento desses elementos, a economicidade pode ser entendida através da expressão atividade econômica que representa o intuito lucrativo, assumindo os riscos técnicos e econômicos para tal mister. O profissionalismo remete a qualidade de o empresário ter a atividade econômica como profissão habitual e não de forma esporádica. A organização está centrada na gestão dos fatores de produção (capital, mão de obra, insumos e tecnologia) pelo empresário para o alcance do sucesso de sua atividade. E, por fim, a produção ou circulação de bens ou serviços compreende a amplitude de atividades econômicas possíveis, exploradas pelo empresário e destinadas ao mercado e não ao próprio consumo (RAMOS, 2011).

Conforme ensina Negrão (2010), os empresários podem ser classificados como individuais ou coletivos, sendo que os primeiros desenvolvem a atividade econômica através de uma firma individual, sendo que, por outro lado, os coletivos a exercem por meio das sociedades empresárias<sup>11</sup>. E, ainda, complementa o mesmo autor: "O Código Civil brasileiro criou, ainda, outras duas figuras: o empresário rural e o pequeno empresário, permitindo ao primeiro a inscrição facultativa no Registro de Empresas, e ao segundo tratamento diferenciado, assim a ser definido por lei" (REQUIÃO, 2010, p. 71).

No entanto, as empresas podem ser classificadas, segundo o ramo da atividade explorada, em comerciais, industriais, prestadoras de serviços e agropecuárias. As empresas comerciais apresentam como atividade econômica a prática de atos de interposição de troca, assim compreendido pela organização centrada na aquisição de produtos a um certo valor e a respectiva comercialização desse mesmo produto a um preço superior ao adquirido, assegurando, portanto, o lucro. As empresas atacadistas são exemplos de empresas comerciais (BERTOLDI e RIBEIRO, 2011).

Por sua vez, as empresas industriais também seguem as mesmas condutas das empresas comerciais no sentido de comprar a um valor e repassar a um valor superior, porém utiliza de mecanismos para agregar valor a seus produtos com qualidade, através da transformação da matéria-prima adquirida em produto final. As indústrias de móveis são exemplos por adquirem madeira, ferragens e produtos químicos e os transformando em armários, camas e estantes (BERTOLDI e RIBEIRO, 2011).

---

<sup>11</sup> Código Civil - Art. 982. Salvo as exceções expressas, considera-se empresária a sociedade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 967); e, simples, as demais.

As empresas prestadoras de serviços não dispõem de utilização de mercadorias como elementos da atividade comercial, mas sim o instrumento (mão de obra) para a execução de alguma atividade necessária e relevante para o consumidor, tais como: transporte, telecomunicações e limpeza (BERTOLDI e RIBEIRO, 2011).

E, por fim, sendo a qualificação mais interessante para a pesquisa, têm-se a empresa agropecuária que corresponde a todo e qualquer empresário que se utiliza da terra, promovendo a retirada desta de bens destinados ao mercado de consumo. Nesse sentido, complementa Bertoldi e Ribeiro (2011):

[...] surgimento de corrente doutrinária que entende tratar-se a atividade ligada à terra (agricultura e pecuária), nos tempos modernos, verdadeira empresa, na medida em que se utiliza de modernos métodos de produção, tais como maquinários, técnicas e recursos sofisticados para a produção de bens. Essa discussão, no entanto, com a edição atual do Código Civil, perde razão de ser, na medida em que o conceito de empresário não exclui a atividade do campo. Assim, toda e qualquer atividade ligada à agropecuária, desde que seja exercida de maneira profissional e organizada, conforme preconizado pelo art. 966 do CC, será considerada atividade empresarial. Devemos lembrar, nesse passo, o art. 971, que faculta ao empresário rural a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, cuja ausência de inscrição não pode lhe retirar a qualidade de empresário (BERTOLDI e RIBEIRO, 2011, p. 51).

Importante destacar que qualquer espécie de empresa, urbana ou rural, apresenta relevante papel socioeconômico, vez que representa um verdadeiro ator social para o desenvolvimento por contemplar uma tríade funcional de ser mantenedora familiar por ser fonte de emprego, de arrecadação de tributos e instrumento de desenvolvimento da localidade em que se encontra sediada.

A referida concepção de que a empresa representa um instrumento que desempenha uma função social, encontra-se interligada ao princípio de sua preservação que, por sua vez, resta diretamente vinculado ao princípio da função social da propriedade previsto na Constituição Federal.

Ademais, o princípio da preservação da continuidade da atividade empresarial promoveu a adequação do Decreto Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945, que tratava da falência e da concordata e a criação de um novo instituto jurídico - a Recuperação da Empresa - previsto no Artigo 47 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, o que evidencia a importância da preservação da empresa, mesmo em situações de crise, afastando a possibilidade de cessação de suas atividades:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Por oportuno, resta colacionar entendimento de Comparato ressaltando a importância fundamental da empresa:

Se se quiser indicar uma instituição que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação, sirva de elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, a escolha é indubitável: essa instituição é a empresa. É dela que depende, diretamente, a subsistência da maior parte da população ativa desse país, pela organização do trabalho assalariado. A massa salarial já equivale, no Brasil, a 60% da renda nacional (COMPARATO, 1995 *apud* GOMES, 2012, p. 03).

Percebe-se que a empresa apresenta relevante papel social e econômico na estrutura da sociedade contemporânea, importância essa que se estende para a área rural, através da empresa rural.

#### 2.4.2 Abordagem conceitual da empresa rural

O objeto da presente pesquisa - a empresa rural - foi definida, inicialmente, por meio da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, em particular no Artigo 4º, Inciso VI:

“Empresa Rural” é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

O Decreto n. 55.891, de 31 de março de 1965, que regulamentou a Reforma Agrária prevista no Artigo 87 da Constituição Federal de 1964, apontou os elementos necessários para a caracterização do imóvel rural como empresa rural:

Art. 25. O imóvel rural será classificado como empresa rural, na forma do inciso III do art. 5º desde que sua exploração esteja sendo realizada em obediência às seguintes exigências e de acordo com a Instrução referida no parágrafo 3º do art. 14: I – que a área utilizável nas várias explorações represente porcentagem igual ou superior a 50% da sua área agricultável, equiparando-se, para esse fim, às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;

II – que obtenha rendimento médio, nas várias atividades de exploração, igual ou superior aos mínimos fixados em tabela própria, periodicamente revista e amplamente divulgada;

III – que adote práticas conservacionistas e que empregue no mínimo a tecnologia de uso corrente nas zonas em que se situe;

IV – que mantenha as condições de administração e as formas de exploração social estabelecidas como mínimas para cada região (...).

A *posteriori*, o legislador, por meio do Decreto n. 84.685, de 06 de maio de 1980, que regulamenta a Lei n. 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do imposto territorial rural (ITR), alterou a conceituação da empresa rural, incluindo a necessidade de cumprimento de sua função social da propriedade da terra que se encontra vinculada a produtividade, ao respeito às relações de trabalho e aos contratos agrários:

Art. 22. . Para efeito do disposto no art. 4º, IV e V, e no art. 46, § 1º, b, da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, considera-se:

(...)

III – Empresa Rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro das condições de cumprimento da função social da terra e atendidos simultaneamente os requisitos seguintes: (a) tenha grau de utilização da terra igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado na forma da alínea a, do art. 8º; (b) tenha grau de eficiência na exploração, calculado na forma do art. 10, igual ou superior a 100% (cem por cento); (c) cumpra integralmente a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra.

A par da disposição conceitual legal, calha trazer à colação o entendimento de Marques acerca das características da empresa rural, senão vejamos:

I – é um empreendimento que se consubstancia na exploração de atividades agrárias;

II – pressupõe um estabelecimento, composto de uma área de imóvel rural, pertencente ou não ao empresário;

III – tem por finalidade o lucro;

VI – é de natureza civil, portanto, não é comercial nem industrial (MARQUES, 2011, p. 63).

E, ainda, destaca que:

A doutrina ainda inclui como requisitos da empresa rural a adoção de práticas conservacionistas e o emprego mínimo de tecnologia corrente na zona de situação da empresa, bem como a manutenção de condições mínimas de administração (MARQUES, 2011, p. 63).

Borges aponta considerável abordagem prática acerca da conceituação da empresa rural:

Afastando-nos do casuísmo legal, podemos definir a empresa rural como o empreendimento que objetiva a exploração econômica e racional do imóvel rural,

com a finalidade de produzir bens destinados ao consumo público (BORGES, 1991, p. 44).

No mesmo sentido, Borges, de forma sintética e prática, salienta que:

Aquela fazenda com toda infraestrutura, bem como explorada racional e adequadamente, recebe a classificação de empresa rural.  
Na realidade, uma Empresa Rural é a propriedade bastante em si, ou seja, ela atende a função social e conta com investimentos consideráveis na sua exploração racional e adequada. Por isso, escapa desapropriação por interesse social (BORGES, 2006, p. 283).

Recagno (1966 *apud* Ferreira, 2002, p. 178) no I Congresso Argentino de Direito Agrário, realizado na cidade de San Nicolàs, assim conceitua a empresa rural: "Empresa agrária é a unidade econômica constituída pelo complexo dinâmico de capital e trabalho aplicada a uma atividade agrária de caráter permanente, efetuada racionalmente e com o intuito de lucro".

A empresa rural, diante dos conceitos legais e de vários autores, compreende o empreendimento que explora econômica e racionalmente um imóvel rural. Referido imóvel corresponde ao espaço territorial utilizado para o exercício de sua atividade produtiva, sendo denominado de unidade de produção, que é composta pela terra, mão de obra, insumos e maquinário necessários para a produção (PORTO; GONÇALVES, 2011).

#### 2.4.3 Características da empresa rural

A princípio, para se caracterizar a empresa rural necessário se faz classificar as unidades de produção rural que podem ser, segundo Porto e Gonçalves (2011): latifúndio, empresa capitalista, empresa familiar e unidade camponesa, também chamada de minifúndio.

O latifúndio e a unidade camponesa se caracterizam por um baixo nível de capital de exploração, ou seja, a terra não é bem explorada e existe pouca tecnologia de produção. O latifúndio representa uma propriedade de tamanho extenso e, ainda assim, pouco produtiva, que faz uso do labor de sua mão de obra com remuneração não exclusivamente em dinheiro, através de contratos de parceria e arrendamento. Tais relações evidenciam péssimas condições de trabalho e, portanto, baixa qualidade de vida aos empregados.

Por sua vez, a unidade camponesa representa uma propriedade pequena, que utiliza mão de obra de caráter familiar não remunerada, objetivando uma produção centrada na



agricultura de subsistência, ou seja, não existe a exploração da atividade econômica fundada na obtenção de lucro.

A empresa capitalista e a empresa familiar se caracterizam pela concentração de um elevado capital de exploração e, por consequência, uma produção expressiva. No entanto, a empresa capitalista emprega mão de obra assalariada, enquanto a empresa familiar utiliza para a produção mão de obra familiar. Outra característica em comum a essas unidades de produção, encontra-se numa produção especializada, com alto grau de comercialização e, por via de consequência, a presença de lucro.

Assim sendo, para o objetivo de classificar uma atividade agropecuária de acordo com sua unidade de produção, é necessário analisar características específicas, tais como: tamanho, presença de máquinas, veículos e equipamentos agrícolas, relação com trabalhador rural, tipo e quantidade de produção e grau de comercialização.

De forma conclusiva, resta ponderar que somente as unidades de produção classificadas como empresa capitalista e empresa familiar são consideradas empresas rurais, conforme lição de Porto e Gonçalves:

Por se tratar, fundamentalmente, de empresas que produzem valores de troca, ou seja, produtos destinados a vendas e que dependem de tecnologias modernas, as operações efetuadas pelas empresas capitalistas e pelas empresas familiares são sempre avaliadas sob o ponto de vista da relação benefício/custo e caracterizam-se por uma produção voltada para a eficiência. A orientação econômica racional, adequando custos a rendimentos, dá a elas a caracterização de uma empresa rural e, também, contribui para diferenciá-las dos demais tipos de unidade de produção (PORTO; GONÇALVES, 2011, p. 17).

Crepaldi (1998) descreve, de forma escurita, as atividades exercidas pela empresa rural interligando com os fatores de produção:

A empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. Qualquer tipo de empresa rural seja familiar ou patronal, é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção. São eles: - Terra: onde se aplicam os capitais e se trabalha para obter a produção. É o fator mais importante. - Capital: representa o conjunto de bens colocados sobre a terra com objetivo de aumentar sua produtividade e ainda facilitar e melhorar a qualidade do trabalho humano. - Trabalho: é o conjunto de atividades desempenhadas pelo homem (Crepaldi, 1998 *apud* Alves e Colusso, 2005, p. 4).

A classificação de uma empresa rural quanto ao seu tamanho, não leva em conta apenas o número de hectares da terra, mas também torna-se essencial conhecer o tipo da área explorada, o número de animais para cada atividade, o capital investido, a produção agrícola

e/ou pecuária desenvolvida anualmente, o total de receitas ou despesas anuais e a quantidade de mão de obra empregada, ou seja, a capacidade de produção da terra.

Referida classificação é feita em pequena, média e grande propriedade e utiliza-se como unidade de medida o conceito de módulo rural. Rizzardo (2013) afirma que o módulo rural corresponde a uma área mínima, medida em hectares, necessária para o sustento de uma família, a partir do aproveitamento econômico do imóvel rural, assegurando o princípio da função social da propriedade<sup>12</sup>, prevista na Constituição Federal de 1988.

A Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais referentes à Reforma Agrária, sendo que, em seu Artigo 4º, apresenta a classificação quanto ao tamanho:

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

I- Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

A partir da conceituação contida na Lei n. 8.629/93, as grandes propriedades, assim consideradas, compreendem o imóvel rural com extensão superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

O módulo fiscal corresponde a uma medida expressa em hectares, fixada para cada município do País pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir da análise de alguns fatores, tais como: o tipo de exploração predominante e a respectiva renda obtida dessa exploração, outras explorações significativas em função da renda e da área explorada, além da conceituação de propriedade familiar (RIZZARDO, 2013).

Segundo Lima (1994), o módulo fiscal pode ser entendido e tratado como módulo rural, assim o definindo:

É um módulo rural porque se aplica exclusivamente, a imóveis rurais, mas tem por finalidade, tão somente, a determinação do valor do Imposto Territorial Rural (ITR),

<sup>12</sup> Artigo 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

isto é, é critério para a fixação do valor do ITR devido pelos proprietários de imóveis rurais (LIMA, 1994, p. 20).

O módulo fiscal apresenta as seguintes finalidades, conforme ensina Rizzardo (2013): estabelecer parâmetro para classificar o imóvel rural, respeitando os limites fixados nos Incisos II e III do Artigo 4º da Lei n. 8.629/1993; delimitar os benefícios contidos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); estabelecer critérios de resgate da dívida agrária resultante de desapropriações por interesse social e fixar a base de cálculo para a contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

O módulo fiscal de todos os municípios do País foi fixado pelo INCRA, através da Instrução Especial n. 20, de 28 de maio de 1980, aprovada pela Portaria/MA n. 146/80, publicada no Diário Oficial da União em 12 de junho de 1980.

No caso, em particular do município objeto da presente pesquisa, o módulo fiscal compreende a extensão de 30 (trinta) hectares, o que redundaria estabelecer que a pequena propriedade possui até 4 módulos fiscais, ou seja, até 120 (cento e vinte) hectares; a média propriedade, por sua vez, possui entre 4 a 150 módulos fiscais, o que corresponde às propriedades que detêm entre 120 (cento e vinte) a 450 (quatrocentos e cinquenta) hectares, e a grande propriedade possui mais de 450 (quatrocentos e cinquenta) hectares, conforme demonstra a Tabela 4.

Tabela 4 - Imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo os municípios (Outubro / 2003)

Região	Área (ha)	Imóveis	
		Qtde	Área (ha)
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>		<b>146.461</b>	<b>30.956.930,40</b>
<b>Pequena propriedade</b>		<b>103.205</b>	<b>5.034.458,20</b>
<b>Média propriedade</b>		<b>31.168</b>	<b>9.104.528,30</b>
<b>Grande propriedade</b>		<b>12.088</b>	<b>16.817.943,90</b>
São Luis de Montes Belos		1.131	66.380,10
Pequena propriedade	de 0 a 120	994	28.708,10
Média propriedade	mais de 120 a 450	120	24.124,80
Grande propriedade	mais 450	17	13.547,20

Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB)

É imperioso também classificar as empresas rurais de acordo com as atividades rurais que podem ser desenvolvidas, como apresenta Marion (2005), de forma mais específica:

O campo de atividade das empresas rurais pode ser dividido em: - Produção Vegetal (atividade agrícola): aborda a cultura hortícola e forrageira (cereais, hortaliças, tubérculos, especiarias, floricultura,...) e a arboricultura (florestamento, pomares, vinhedos,...); - Produção Animal (atividade zootécnica): criação de animais (apicultura, avicultura, pecuária, piscicultura,...); e - Indústrias Rurais (atividade

agroindustrial): beneficiamento do produto agrícola, transformação de produtos zootécnicos e agrícolas) (Marion, 2002 *apud* Alves e Colusso, 2005, pg. 4).

De forma complementar, o exercício da atividade rural encontra-se coordenado por pessoa física ou jurídica, sendo que a primeira é conhecida como pessoa física, ou seja, todo ser humano. No entanto, a pessoa jurídica corresponde a união de pessoas naturais, por meio de um instrumento denominado de contrato social, criam uma nova pessoa com personalidade própria distinta da de seus membros que podem ou não ter finalidade lucrativa (Crepaldi, 1998 *apud* Alves e Colusso, 2005, p. 3). No caso em estudo, a empresa rural como já destacado apresenta finalidade lucrativa.

Nesse sentido, a empresa rural como instrumento de exploração da atividade econômica organizada com a finalidade de lucro na produção ou circulação de bens ou serviços decorrentes do labor junto à terra, necessita de que o empresário não somente atente-se para a utilização de determinada técnica, estratégia no processo produtivo ou a obtenção de uma estrutura melhor, mas promova, num processo constante, sua capacidade administrativa, conforme destaca Cella (2002):

A utilização de determinada técnica de cultivo, a introdução de uma nova variedade, a combinação ótima de produtos, novas estruturas para a contratação de mão-de-obra entre outros fatores, são relacionadas ao sucesso de determinado empresário ou grupo de empresários rurais. Entretanto, a utilização indiscriminada de uma técnica produtiva ou mesmo de uma estratégia que vem obtendo sucesso com um produtor rural, pode não conduzir ao resultado desejado com sua aplicação em outros estabelecimentos. Por outro lado, o desempenho insatisfatório de alguns agropecuaristas pode estar associado à falta de organização ou de visão sistêmica de um processo produtivo ou do complexo agroindustrial (atividades a montante e a jusante na cadeia produtiva agropecuária). Neste contexto, uma variável que pode significar diferenciação entre os resultados econômicos obtidos por membros de um grupo de produtores rurais é a capacitação administrativa do empresário rural, que contribui positivamente para o sucesso deste (CELLA, 2002, p. 1).

O sucesso da empresa rural quanto à rentabilidade e lucratividade, encontra-se diretamente relacionado com a habilidade gerencial do empresário rural, ao analisar e superar as condicionantes relacionadas à natureza técnica (aspectos físicos e biológicos), institucional e humana (endógenos e exógenos). Segundo Cella (2002), os aspectos físicos apresentam vinculação com o fator meio ambiente (oscilações meteorológicas - chuva, geada, ventos; fertilidade e topografia do solo; existência de água e sua qualidade), aos instrumentos de utilização da terra (máquinas, equipamentos, ferramentas, animais, construções) e a localização da empresa rural (distância para venda dos produtos ao mercado consumidor e aquisição de insumos).

Norton & Alwang (1993 *apud* Cella, 2002, p. 6) ensinam que as condições institucionais e humanas exógenas não podem ser controladas pelos empresários rurais, encontrando-se presentes nas condicionantes relacionadas ao transporte e conservação dos produtos em locais próprios, as normas e costumes da localidade, as chances de empregos, a remuneração de outras atividades rurais e ao preço dos produtos em relação à dicotomia entre a oferta e procura. Por outro lado, o mesmo autor cita que as particularidades endógenas à propriedade estão ligadas ao trabalho familiar, habilidade administrativa, educação, conhecimento e identificação de objetivos.

Com o intuito de atingir o sucesso em rentabilidade e lucratividade, a empresa rural necessita de estabelecer ações que compõem o processo administrativo, quais sejam: planejamento, organização, direção e controle. O planejamento apresenta-se presente quando a empresa rural determina seus objetivos e os caminhos a serem perseguidos para maximizar resultados e diminuir as deficiências. A organização compreende o processo humano para reunir e estruturar todos os recursos presentes na empresa rural, a fim de atingir os objetivos traçados pelo planejamento. A direção corresponde a dinamização do labor humano na execução dos objetivos definidos pela organização. E, por fim, o controle é a função administrativa responsável em acompanhar se as ações estão sendo realizadas corretamente, para atingir os objetivos.

Outro importante fator determinante para o sucesso da empresa rural relacionado ao controle, diz respeito à programação financeira de gestão de fluxos de caixas e provisão de possíveis débitos futuros para, por exemplo, prover a quitação de financiamento e empréstimos firmados para o custeio da produção com aquisição de maquinários, animais, ordenha, tanque de resfriamento, material genético e sua conservação, ração etc.

Segundo Oliveira (1995 *apud* Gasques e Villa Verde, 1995, p.9), "na realidade o crédito rural vem se sustentando desde meados dos anos 70 por empréstimos dos bancos oficiais federais, tornando o modelo brasileiro de crédito rural totalmente estatizado". A possibilidade de financiamento representa um mecanismo de política agrícola, prevista no Artigo 1º, §2º do Estatuto da Terra, que dispõe:

Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Diante desse cenário relacionado ao crédito rural, pode-se destacar dois mecanismos de fomento da produção mais acessíveis para o desenvolvimento rural: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>13</sup> e o Rural Rápido do Banco do Brasil.

Assim sendo, a partir do cumprimento adequado de todas as funções administrativas compreendidas no processo administrativo, a empresa rural terá excelentes respostas quanto à rentabilidade e lucratividade. A respeito deste processo, Cella (2002) destaca algumas variáveis de identificação de uma empresa rural de sucesso ou não:

(1) competência, dada pelo domínio do conhecimento sobre a tecnologia, pela habilidade em conduzir as atividades de produção e comercialização e por ter atitudes em conformidade com os valores do grupo social de cooperados; (2) constante procura por informações técnicas e econômicas; (3) participação em eventos ou cursos que ampliem sua qualificação profissional; (4) disposição e habilidade em promover parcerias, associações ou condomínios de produção; (5) habilidade em diversificar sua produção, como estratégia para diminuição de riscos; (6) disposição em adotar novas ideias, tecnologias ou sistemas de informação; (7) habilidade em organizar a produção e a propriedade rural; (8) existência de sistemas de controle financeiro de gastos e receitas; (9) planejamento da produção e das atividades da empresa; (10) liberdade em fixar os próprios horários e autonomia decisória, que permite o produtor tirar férias; (11) envolvimento direto da família com a empresa rural; (12) promoção de um bom padrão de vida para a família, inclusive oferecendo oportunidades de educação formal aos filhos; (13) envolvimento com os assuntos comunitários; e, finalmente, (14) preservação do meio ambiente e ser exemplo para outros empresários rurais (CELLA, 2002, p. 14-15).

Dessa forma, a empresa rural apresenta-se caracterizada pelos elementos fundamentais (exploração da terra com atividade econômica organizada com a produção ou circulação de bens ou serviços, objetivando o lucro), bem como restou demonstrada as particularidades próprias para o sucesso da empresa rural (procedimento administrativo).

E, por fim, cumpre destacar as palavras de Borges (1991) à respeito da importância da empresa rural para uma política desenvolvimentista: “A empresa rural é o instrumento ideal para consecução da arrancada desenvolvimentista”.

---

<sup>13</sup> Abramovay e Villa Verde (1999, p. 7) destacam que "O PRONAF-M visa promover investimentos baseados em compromissos negociados entre os beneficiários, os poderes municipais e estaduais e a sociedade civil organizada para possibilitar: (i) a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar; e (ii) a ampliação e cobertura de serviços de apoio, a exemplo da pesquisa agropecuária e da assistência técnica e extensão rural".

## **CAPÍTULO 3 - ASPECTOS HISTÓRICOS E DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS**

O presente Capítulo retrata a história do Município de São Luís de Montes Belos, ressaltando os aspectos relacionados às atividades agropecuárias locais. De forma complementar, foram descritos, também, a criação do Arranjo Produtivo Local lácteo na microrregião de São Luís de Montes Belos, bem como o seu perfil socioeconômico.

### **3.1 Histórico de São Luís de Montes Belos, Ocupação do Território e Desenvolvimento da Agropecuária**

São Luís de Montes Belos surgiu do grande pioneirismo dos seus fundadores, e para tal, inicialmente, há que se relatar, para efeito de melhor compreensão face às características econômicas, sociais, políticas e educacionais, a história ligada ao município de São Luís de Montes Belos compreende três fases: a primeira, é caracterizada pelo primórdio da cidade (1948 a 1963); a segunda, no desenvolvimento da pecuária (1963 a 1986) e a terceira, consagrada pela construção do polo educacional e de agronegócios.

#### **3.1.1 Da fundação do povoado (1948 - 1963)**

O Município de São Luís de Montes Belos encontra-se situado na Mesorregião Centro Goiano e Microrregião Anicuns, sendo que o fato inaugural para sua fundação data de 1857, decorreu da instalação de uma fazenda, exatamente no local onde se encontra atualmente a Cidade, com o nome de Fazenda São Luís por ser data de comemoração do dia de Santo São Luiz Gonzaga<sup>14</sup>. Tal conduta originou do então Governador da Província de Goiás, que determinou a construção de uma estrada com o objetivo de ligar Vila Boa (atual Cidade de Goiás) - Capital do Estado à época - às regiões do Sudoeste Goiano e também à Província do Mato Grosso.

---

<sup>14</sup> Costume à época, que se prolonga até os dias atuais, de atribuir nomes a fazendas, serras, córregos e rios, associando a nomes de santos e datas comemorativas. No caso de São Luís de Montes Belos, por exemplo, destaca-se a Serra São Luís, Córrego Santana, Rio Pilões, Rio Cerrado, Ribeirão Santa Rosa etc.



Figura 6 – Localização geográfica do Município de São Luís de Montes Belos  
Fonte: IBGE

A referida estrada foi construída com o objetivo de povoar as regiões próximas aos Rios Tocantins e Araguaia, possibilitando a viabilidade de um projeto de um sistema de hidrovias para ligar a província tanto a Norte com o Pará quanto ao Sul, via São Paulo e, assim, facilitar e expandir as transações comerciais do Estado. Atualmente, essa estrada recebeu a denominação de GO-060, que permanece sendo elo de ligação entre a Capital do Estado de Goiás – Goiânia - e o Estado do Mato Grosso (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 05).

Com a finalidade de prover amparo técnico para a construção da referida estrada, houve a nomeação do Engenheiro João Neto de Campos Carneiro e como encarregado o Engenheiro Prático Vicente Ferreira Adorno, sendo contratada numerosa mão de obra para a execução da obra. Considerando as dificuldades enfrentadas e diversas necessidades ocasionadas ao longo do desenvolvimento da construção da estrada, restou decidida a edificação de um assentamento com o objetivo de atender às necessidades dos engenheiros e trabalhadores (alimentação, repouso, banhos, ferramentas etc) junto às margens de um córrego – hoje denominado de Córrego Santana - ladeado de serras com picos finos e cobertos de árvores típicas do cerrado, com destaque para ipês de cores brancos, amarelos e roxos.

Necessário registrar que o fato de a chegada dos construtores da estrada ter ocorrido no dia santo de comemoração a São Luiz Gonzaga, associado às belas paisagens ali encontradas com árvores regionais e suas exuberantes flores coloridas em montes que reluziam beleza, ensejou a constituição do nome atual da Cidade, qual seja São Luís de Montes Belos.

Cumpre destacar que, com o advento da construção da estrada, ficou comumente estabelecido que aquela localidade representava também ponto de apoio para viajantes que ali passavam, o que redundou na criação, posteriormente, de algumas casas improvisadas que



visavam atender as demandas dos viajantes, surgindo, assim, um pequeno vilarejo que gradativamente foi crescendo em número de habitantes e de construções.

Assim, com a conclusão da construção da estrada, consolidou-se a formação de um pequeno povoado que continuou a prover a assistência aos viajantes que ali se deslocavam entre as cidades do interior de Goiás e de Mato Grosso. Por oportuno, um marco que contribuiu, diretamente, para o crescimento daquela localidade pertence à Província de Goiás, foi a instalação da família Netto e outros moradores, na primeira metade do século XX (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 12).

Com o decorrer dos anos, o vilarejo teve um crescimento considerável tornando-se conhecido, sendo uma localidade que promovia a vinda de pessoas de várias regiões do País em busca de uma vida promissora assim como a região era considerada. Como ressaltado em linhas pretéritas, a Fazenda São Luiz era destaque à época, na região, vez que promovia bom desempenho nas atividades agropastoris, fomentando, desse modo, as demandas locais e regionais com uma variedade de produtos, podendo-se salientar a carne, leite, milho, cana-de-açúcar e algodão.

De forma concomitante, outras propriedades iam surgindo e cada vez mais pessoas se instalavam na região, o que redundou no fortalecimento de uma atividade comercial de grãos, carne, algodão, leite, queijo, rapadura, melado e cachaça. Tal atividade promoveu a realização de transações com vários comerciantes de outras regiões que ali chegavam ao vilarejo com tal fim. A Fazenda São Luís também era um local procurado por estes comerciantes para comprarem os produtos, tanto para o próprio uso como também para as trocas de produtos, conhecidas na região como barganhas.

Nesse sentido, os sujeitos que costumavam realizar as barganhas eram conhecidos como “barganheis” e, faziam uso de carros de bois como meio de transporte pessoal e de cargas, sendo que estes veículos eram muito pesados e encontravam dificuldades para chegarem à Fazenda São Luís, tendo em vista que a estrada que promovia seu acesso exigia a passagem por três nascentes d’água, fato que ensejava o atolamento dos carros de bois (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 29).

Dessa maneira, uma das nascentes d’água que resultavam no atolamento dos carros de bois, ficou conhecida popularmente como “Barreirinho”, tornando local próprio onde os comerciantes deixavam seus carros, para não atolarem. Assim, com o intento de atender às necessidades dos sujeitos que ali trafegavam, instalou-se naquele local um pequeno armazém, a partir da doação de uma área de propriedade do Sr. José Luiz Júnior, que promovia a

comercialização de tudo um pouco em sua parte frontal e, no fundo apresentava dormitórios (IBGE).

Com o objetivo de ampliar e expandir o crescimento territorial do vilarejo de Barreirinho, os habitantes reuniram-se e organizaram um mutirão para sanar o problema do atoleiro trazido pelas nascentes d'águas que cortavam a região, promovendo, dessa forma, o soterramento das nascentes que representavam elemento importante para o surgimento do povoado.

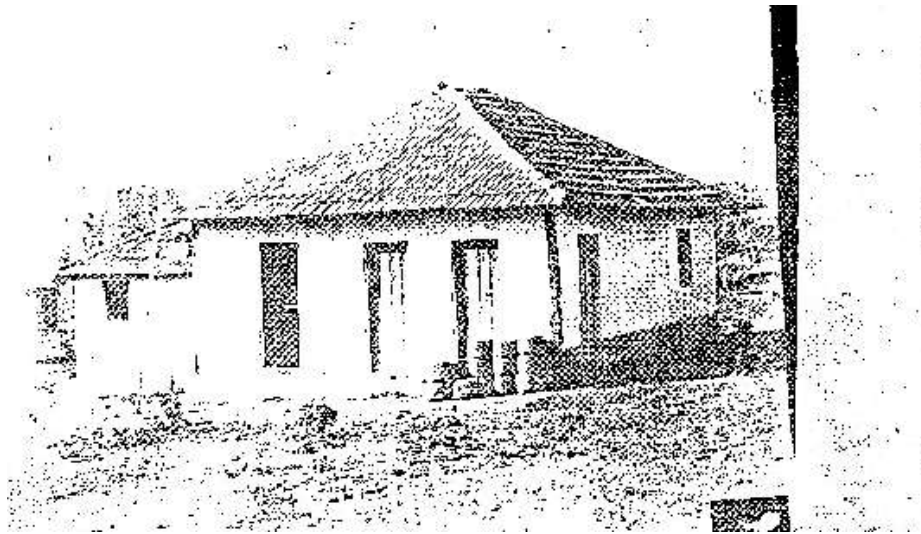


Figura 7 – Primeira casa residencial construída no Barreirinho.  
Fonte – Apostila do Município de São Luís de Montes Belos

Com a queda do Estado Novo<sup>15</sup>, implantado pelo então Presidente Getúlio Vargas, veio a abertura política e a Assembleia Constituinte que promulgou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, em 18 de setembro de 1946, dispôs sobre a liberdade para a criação de novos municípios e distritos, que antes competia exclusivamente ao Presidente da República.

Dessa maneira, não somente o povoado de Barreirinho apresentava um crescimento, mas as regiões circunvizinhas também demonstravam certa expansão e organização de seus moradores. Assim, por volta do ano de 1933, num rancho da Fazenda São Domingos, o costume de celebrar a fé católica, nas manhãs, promoveu a formação de um povoado que, em 1940, com a doação de uma área de propriedade de Manoel Firmino dos Santos, foi construída a Capela Nossa Senhora da Guia. Dessa forma, várias famílias chegaram à região atraídas pela fertilidade de suas terras e influência comercial de cereais, podendo se destacar

<sup>15</sup> Estado Novo é o nome do regime político brasileiro que vigorou de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo.

as famílias Araujo, Borges e Machado, atingindo notável desenvolvimento e tornando-se conhecida como Distrito de "Firminópolis", em dedicação ao seu fundador – Senhor Manoel Firmino dos Santos, pela Lei Estadual n. 06, de 26 de abril de 1948, e subordinando-se ao Município de Paraúna.

Posteriormente, em atenção ao célere e expressivo progresso, Firminópolis recebeu a emancipação político-administrativa, passando diretamente de Povoado a Município, por meio da Lei Estadual n. 174, de 07 de outubro de 1948, sendo desmembrada, portanto, do Município de Paraúna.

Com a criação do Município de Firminópolis, houve tentativas de invasões de terras pertencentes a Barreirinho que compunha o Distrito de Mossâmedes, Município da Cidade de Goiás. O vereador, representante da região, Senhor José Netto Cerqueira Leão Sobrinho recebeu denúncia por parte dos fazendeiros revoltados com a situação, dirigindo-se a região e, juntamente com seus companheiros, promoveram na casa do Senhor Zeca Netto, a primeira reunião realizada em 06 de julho de 1948, onde restou aprovado o planejamento e a arrecadação de dinheiro para a obtenção da condição de Distrito de Barreirinho e, posterior, emancipação de “São Luís de Montes Belos”.

Cumpre registrar que os populares aderiram ao movimento de emancipação, o que motivou o Senhor José Netto Cerqueira Leão Sobrinho a expor tal situação à Câmara Municipal de Goiás e ao Prefeito, que naquela época era o Senhor Hérmógenes Ferreira Coelho que se pronunciou favorável ao almejo defendido pelos pioneiros montebelenses, sendo que, em 04 de outubro de 1948, eleva-se a Distrito de Barreirinho o antigo Povoado, pertencente ao Município de Goiás, através da Lei Municipal n. 19.

A cidade, efetivamente, iniciou com a construção de um barracão onde restaram instalados um armazém; um dormitório; um açougue; um cômodo para servir de cadeia gerido pelo delegado civil - Senhor Geraldo Jorge e dois policiais; uma farmácia de propriedade do Senhor José Netto Cerqueira Leão Sobrinho - primeiro Prefeito de São Luís; além de uma praça, posteriormente conhecida como Praça da República e uma Igreja Católica.

Em outubro de 1948, a Câmara Municipal da Cidade de Goiás recebeu pedido do Distrito de Barreirinho acompanhado de farta documentação para sua emancipação e alteração de nome para São Luís de Montes Belos, sendo aprovado o projeto cinco anos mais tarde, após acirradas lutas, tornando-se autônomo por meio do Decreto-Lei n. 805, de 12 de outubro de 1953, assinado pelo então Governador do Estado de Goiás, Senhor Pedro Ludovico Teixeira.

Assim, o projeto original da Cidade de São Luís de Montes Belos foi desenvolvido por

um japonês trazido pelo Senhor José Netto, da cidade de Goiás. O desenho original da cidade consistia na Avenida Federal (atual Avenida Hermógenes Coelho em homenagem ao Prefeito da Cidade de Goiás pelo deferimento de criação do Distrito de Barreirinho), acrescida de mais duas avenidas de cada lado da Avenida Federal e as ruas transversais e duas praças: a denominada de 04 de outubro, no Barreirinho e a da República, no Centro.

O loteamento inicial da Cidade de São Luís de Montes Belos foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal n. 154, de 15 de setembro de 1953, pelo então Prefeito Municipal da cidade de Goiás, Senhor André Xavier Mundim, e seus lotes doados a quem havia interesse de povoar.



Figura 8 - Obras na construção da Avenida Hermógenes Coelho.  
Fonte: Biblioteca Pública de São Luís de Montes Belos

Posteriormente, em 1º de janeiro de 1954, realizou-se, na sede da Prefeitura Municipal, a sessão solene de criação do Município, presidida pelo Juiz Municipal do Foro – Dr. Marino Augusto Gonzaga - contando com a participação de ilustres pessoas que contribuíram com aquele momento histórico e de populares, consagrando, assim, na forma da lei a existência do Município de São Luís de Montes Belos.

Para corroborar com a exposição desse momento sublime de São Luís de Montes Belos, registra-se a imagem da sessão solene do ato oficial de fundação do Município, com a participação de seus pioneiros assistidos por outros moradores.



Figura 9 - Sessão solene do ato oficial de fundação da Cidade de São Luís de Montes Belos com Hermógenes Coelho (sentado), José Netto, Zezinho e Elias de Paula.

Fonte: Acervo particular de “Dona Nêga”

O Município de São Luís de Montes Belos recebeu do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás a condição de Comarca, ou seja, possuindo sede própria – Fórum – e a pessoa do magistrado para apreciar as ações judiciais propostas pelas pessoas residentes na região, a partir do ano de 1960. O primeiro juiz da comarca foi o Senhor Leôncio Pinheiro de Lemos, logo seguido por João Antônio dos Santos e Walby Pereira Cunha.

Reconhecendo a beleza da Cidade de São Luís de Montes Belos nos seus primórdios, tem-se sua perfeita descrição pormenorizada por Nunes Silva, em sua obra: “Da floresta a uma cidade”:

Quem viaja pela Go-060, rumando para o Sudoeste, a certa altura daquela longa estrada avista dois montes separados por um ribeirão.

Aquela curiosa separação não é artificial; é obra da natureza.

Passada aquela abertura da serra, de repente surge diante dos olhos uma cidade. Não é anônima. Tem uma origem, um nome, uma história. É São Luís de Montes Belos, uma das mais novas e mais prósperas cidades do “Mato Grosso Goiano”.

Poderia ter prosperado muito mais, se...

Penetrando no centro da cidade encontra-se algo de belo: a praça central, onde lindas e garbosas árvores ostentam espessa folhagem balançando aos sopros do vento.

Monstrinhos de ferro e cimento aparecem aqui e ali. Dezenas de coqueiros desfilam pela avenida principal. De um extremo não se pode divisar o outro. É a cidade que dilata.

No horizonte soberbo, enfeitado pelos montes, nas límpidas manhãs, emerge calmamente o Sol, gigantesca rosa vermelha a desabrochar no jardim da natureza.

É novo dia. A cidade se desperta para o trabalho. As ruas se alegram enfeitadas pelo colorido das dezenas de estudantes rumo às escolas.

A máquina do desenvolvimento põe-se a funcionar. Um giz traça no quadro-negro. Um estudante ouve, lê e escreve. Uma máquina faz um cálculo. Um caixa recebe dinheiro, desconta um cheque, volta o troco. Um médico faz uma cirurgia. Uma mulher lava roupa. Um alfaiate costura. Um barbeiro maneja a tesoura. Um marceneiro fabrica um móvel. Uma patrula frenética enche o espaço de alaridos. É o progresso.

Meio dia. Um sol escaldante reverbera nos telhados. O asfalto um borralho de quente. As frondosas árvores da praça central derramam convidativas sombras. Uma confusão de vozes vindas de uma lanchonete invade a atmosfera. Nenhum pardal pousa nas ramagens. O calor é sufocante. A porta do banco se abre qual boca escancarada a engulir as pessoas. Uma fila caminha preguiçosamente rumo ao caixa. É a dos velhinhos, resumo de uma longa vida de trabalho e sofrimento, derrotas e vitórias. Vidas gastas nas intempéries do tempo. Declínio na trajetória da existência.

Seis horas. O sol se declina no seu percurso. Nas ruas cruzam-se centenas de pessoas, veículos... São os bancários, os professores, os estudantes, os empregados. Todos. Nos rostos mostrando, às vezes, o cansaço pelo exaustivo trabalho; a tristeza pelos insucessos; ou o sorriso pelo dever cumprido.

Sete horas. A luz débil do astro-rei já apagou-se toda. O azul do Céu aos poucos desaparece sufocado pela sombra da noite que cai sobre os montes. As estrelas, milhares de olhos curiosos observando o globo. Um grito agudo fura o negro espaço. É o aviso de que mais um período de aula vai começar. Estudantes de vários pontos da cidade convergem-se para os estabelecimentos de ensino. Centenas de outras pessoas vão à igreja receberem o pão do espírito.

Meia noite. A máquina de progresso repousa. No outro dia a luta continua. É a cidade que cresce (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, P. 14).

E, no mesmo sentido, colaciona-se os desenhos presentes nos quadros de autoria do pintor Octo Marques, retratando os aspectos urbanísticos e econômicos de São Luís de Montes Belos, na década de 1960, conforme Figura 12:



Figura 10 – Quadros de Octo Marques que retratam a Cidade de São Luís de Montes Belos: percebe-se que, nesta época, ainda há uma mistura de características urbanas (traçado das vias, iluminação pública) com atividades rurais (gado e plantações) – na década de 1960.

Fonte: Acervo particular de “Dona Nêga”.

### 3.1.2 Do desenvolvimento da pecuária (1963 - 1985)

Com relação à segunda fase histórica do Município de São Luís de Montes Belos, compreendida entre os anos de 1963 a 1986, também conhecida como momento de desenvolvimento da pecuária e agroindústria, ressalta-se que o motivo que fomentou o desenvolvimento tecnológico da agropecuária, deu-se em razão da instalação da energia elétrica.

Para corroborar com a demonstração do contexto, colaciona-se um trecho do livro “roteiro de um andarilho” do jornalista pernambucano Paulo Rezende, datado de 1963, demonstrando as descrições da Cidade de São Luís de Montes Belos à época:

O prefeito Sr. José Netto, que é fundador da cidade, reunindo qualidades extraordinárias de organizador, está conquistando, para S. Luiz, a posição de cidade líder. Inegavelmente este homem de alta visão apresenta-nos São Luiz com: Pôsto de Saúde, telefone, luz elétrica, urbanismo, pôsto de sementes, estradas pelo interior do município, prédio da Prefeitura, Banco do Brasil. S. Luiz conta com médicos, advogados, dentistas, farmacêuticos, contabilistas.

S. Luiz de Montes Belos está sendo projetado esplendidamente na marcha goiana para o progresso.

Destaca-se Goiás, pelo seu rápido desenvolvimento.

Nota-se em quase todos os seus administradores o interesse pelos assuntos públicos. Colaboram todos os seus filhos; participam também aqueles que aqui procuram oportunidades.

O que vemos, o que testemunhamos, coloca hoje GOIÁS na vanguarda dos Estados da Federação Brasileira.

Olhando Goiás, acreditamos no BRASIL (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 16).

Ademais, nesta mesma década, o Município de São Luís de Montes Belos teve implantado vários empreendimentos do ramo hospital, destacando-se o Hospital São Luís (1964), Hospital Dom Bosco (1966), Posto de Saúde Central (1967) e o Hospital Montes Belos (1974).

Em meados de 1968, houve uma mobilização da prefeitura para a pavimentação asfáltica nas principais vias da cidade, bem como a construção da atual sede da Prefeitura que contempla, também, a Câmara dos Vereadores, ou seja, as casas dos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo.

Em 1970, o Município de São Luís de Montes Belos apresentava uma visão promissora, alavancando a repercussão na migração de empresas, o que evidenciou a instalação de várias indústrias de exploração de produtos cerâmicos, suprimindo a necessidade da cidade que apresentava um quadro crescente de realização de construções.

A título ilustrativo do contexto histórico, econômico e ocupacional, na década de 1970, a taxa de crescimento da população no Município passou a 40,25% (quarenta vírgula vinte e cinco por cento) e a taxa de crescimento da população urbana apontou 59,12% (cinquenta e nove vírgula doze por cento), o que demonstra, de forma nítida, um crescimento elevado da cidade, resultante de duas motivações: a saída da população do meio rural para a cidade e a migração de pessoas de outros municípios para São Luís de Montes Belos, atraídas pela oferta de empregos nas indústrias locais (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, p. 15).

Nesse sentido, o ano de 1976 representou um marco importantíssimo para a história de São Luís de Montes Belos, em razão da instalação da Indústria LeitBom, fundada por Domingos Vilefort Orzil, conhecido como Seu Domingos que a denominou inicialmente de Laticínios Morrinhos, tendo pouco mais de 20 (vinte) colaboradores.

Em 2006, a LeitBom ocupava o primeiro lugar no *ranking* de número de empregos do Município (350 empregos) e produção de 18.000 (dezoito mil) litros de leite na época da safra, segundo o Plano Diretor Participativo (2006, p. 16). A empresa apresentava uma variedade de produtos direcionados ao consumidor, podendo-se mencionar: leite, leite em pó, achocolatado, creme de leite, manteiga, leite condensado, doce de leite, vários tipos de queijo, iogurte e requeijão, produtos das marcas Coroadá e LeitBom. A empresa, em seu ápice, atingiu, diretamente, 501 (quinhentos e um) colaboradores, alcançando renda mensal de 19 (dezenove) milhões de reais.

No ano de 1998, o laticínio foi negociado com o Grupo GP Investimentos, que tornaram detentores da marca LeitBom. Posteriormente, o grupo estabeleceu um consórcio

junto com outro grupo denominado de LAEP, empresa que detinha a marca Parmalat no Brasil.



Figura 11 – Indústria LeitBom – a maior fonte de empregos diretos e indiretos da Cidade de São Luís de Montes Belos.

Fonte: Plano Diretor Participativo.

Resta patente que, desde os primórdios, o Município de São Luís de Montes Belos apresenta forte ligação com a produção advinda da zona rural, com destaque para a agricultura (milho, cana-de-açúcar e algodão) e, com expressiva participação, na pecuária (bovinos e suínos), o que redundava na crescente produção de carne, leite e derivados.

### 3.1.3 Da instalação do polo educacional e de agronegócios (1985 aos dias atuais)

No que tange à terceira e última fase, mais conhecida pela construção do Polo Educacional e de Agronegócios, há que salientar que, mesmo ainda na época de Povoado de Barreirinho, o setor educacional apresentava destaque com a existência de escolas situadas no povoado e na zona rural, sendo mantidas por seus habitantes, fazendeiros e professores voluntários, como por exemplo: Luiz da Glória Ferreira, João Professor, José Manuel Pereira, Adalgisa Luiz Pereira, Agílio Paes Landin, José Barbosa da Silva, dentre outros.

Com o advento das escolas da Iniciativa Privada, surgiram também as Escolas Públicas no Município, sendo estas: Grupo Escolar 4 de outubro, Instituto São Luiz, Grupo Escolar Coronel Luiz Neto, Grupo Escolar 12 de outubro (depois passou a ser chamado de Grupo Escolar Sebastião Primo), Grupo Escolar Antônio Campos e, posteriormente, criou-se o Ginásio Estadual (atualmente, Colégio Estadual Américo Antunes) e o Colégio Estadual Presidente Costa e Silva.

No entanto, o ano de 1985 representou uma mudança nos rumos da história de São



Luís de Montes Belos, tendo em vista a instalação do Primeiro Curso Superior no Município, sendo uma extensão da Universidade Federal de Goiás (UFG) com o oferecimento do Curso de Matemática. E, neste mesmo período, fundou-se a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Luís de Montes Belos (Fecil-Belos), por meio da Lei n. 9.777, de 10 de setembro de 1985 e Decreto n. 2.532, de 19 de dezembro de 1985, com o oferecimento inicial do Curso de Pedagogia.

Com a Faculdade em funcionamento, surgem outros movimentos para implantação dos cursos de Zootecnia, Letras, de Tecnologia e de Pós-graduações, tendo em vista que atenderiam as necessidades da comunidade local, regional e do País, contribuindo, assim, com o desenvolvimento agropecuário e leiteiro, por ser um dos setores dinamizadores da economia regional.

Referidas solicitações tornaram-se possíveis com a eleição do então Governador Marconi Perillo, inicialmente, autorizando a realização do primeiro vestibular para o preenchimento de vagas para o Curso de Letras, bem como determinando a visita da comissão verificadora para implantação do Curso de Zootecnia, tornando possível a realização do primeiro vestibular, posteriormente os cursos Sequenciais e Tecnológicos.

Dessa forma, através da Lei n. 13.456, de 16 de abril de 1999, criou-se a Universidade Estadual de Goiás (UEG), deixando a FECIL-BELOS de ser uma Faculdade isolada e passando a ser uma das unidades universitárias da UEG, oferecendo vários cursos de Graduação (Letras, Pedagogia, Tecnologia em laticínios, Agronegócio, Zootecnia) e de Pós-Graduação (Gestão da qualidade e Segurança de Alimentos, Docência Universitária, dentre outros) e, por fim, neste ano o início das aulas do Programa de Pós-graduação *strictu sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Outro momento histórico de destaque no sistema educacional do Município, foi a fundação da Faculdade Montes Belos (FMB), em 2002, com a criação da mantenedora Associação de Educação e Cultura Centro-Oeste Ltda., tendo se destacado nos resultados da educação no Estado de Goiás. Atualmente, a FMB apresenta os seguintes cursos de Graduação: Administração, Agronomia, Análise e desenvolvimento de sistemas, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Gestão ambiental, Gestão comercial, Gestão de recursos humanos, Gestão hospitalar, Pedagogia, Tecnologia em agronegócio, Tecnologia em alimentos e Tecnologia em produção sucroalcooleira, além de cursos de Pós-graduação em diversas áreas.

No âmbito do seguimento do agronegócio, destaca-se o surgimento da Indústria Bracol, em 1994, que tem por atividade o processamento do couro *in natura* para sua

utilização em indústrias específicas (calçados, bolsas, selarias, roupas etc.). Em 2000, a Indústria Bracol expandiu suas atividades econômicas, sendo fabricante de rações destinadas para cães, conhecida, então, pelos produtos que levam a denominação de *dog toy*.

Outra empresa de alta produtividade relacionada, diretamente, com a atividade da pecuária e que se instalou na Cidade de São Luís de Montes Belos, foi a Indústria Bertin que possui como atividade econômica principal o curtimento e outras preparações de couro e, de como atividades econômicas secundárias, o comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos. Posteriormente, a indústria Bertin, instalada na Cidade de São Luís de Montes Belos, foi cindida parcialmente com o grupo JBS.

### **3.2 Perfil Socioeconômico de São Luís de Montes Belos**

O Instituto Mauro Borges (IMB) oferece informações socioeconômicas dos municípios goianos. São Luís de Montes Belos apresentava, em 1980, uma população de 25.228 (vinte e cinco mil, duzentas e vinte e oito) pessoas, sendo que 16.561 (dezesesseis mil, quinhentas e sessenta e uma) viviam em área urbana e 8.667 (oito mil, seiscentos e sessenta e sete) viviam em área rural. Essa população vem crescendo progressivamente e, em 2010, já alcançava 30.034 (trinta mil e trinta e quatro) habitantes.

O número de pessoas vivendo em área urbana aumentou significativamente, chegando a 26.585 (vinte e seis mil, quinhentas e oitenta e cinco), no mesmo ano. Entretanto, o número de pessoas vivendo em área rural diminuiu e, em 2010, 3.449 (três mil, quatrocentos e quarenta e nove) pessoas vivam em área rural.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada desse município é de 32.491 (trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e um) habitantes. A população de São Luís de Montes Belos está envelhecendo, sendo que, em 1980, a faixa etária de 0 a 14 anos correspondia 39,5% (trinta e nove vírgula cinco por cento) da população, enquanto a faixa etária com mais de 60 anos correspondia a apenas 4,8% (quatro vírgula oito por cento) da população.

Em 2010, as crianças de 0 a 14 anos passaram a representar 20,5% (vinte vírgula cinco por cento) da população e os idosos 12,9% (doze vírgula nove por cento) da população, conforme demonstrado na Tabela 5. O aumento da proporção de idosos em uma região significa aumento na expectativa de vida, correspondendo um reflexo de maior desenvolvimento social nesse local.

Tabela 5 – População de São Luís de Montes Belos de 1980 a 2010

População Censitária				
	1980	1991	2000	2010
Total (habitantes)	25.228	25.039	26.383	30.034
Urbana (habitantes)	16.561	19.218	22.271	26.585
Rural (habitantes)	8.667	5.821	4.112	3.449
Masculina (habitantes)	12.744	12.462	12.962	14.731
Feminina (habitantes)	12.484	12.577	13.421	15.303
Urbana Masculina (habitantes)	8.191	9.357	10.806	12.894
Urbana Feminina (habitantes)	8.370	9.861	11.465	13.691
Rural Masculina (habitantes)	4.553	3.105	2.156	1.837
Rural Feminina (habitantes)	4.114	2.716	1.956	1.612
0 a 4 anos (habitantes)	3.029	2.442	2.151	1.807
5 a 9 anos (habitantes)	3.317	2.526	2.403	1.928
10 a 14 anos (habitantes)	3.633	2.846	2.474	2.445
15 a 19 anos (habitantes)	3.323	2.795	2.498	2.702
20 a 29 anos (habitantes)	4.186	4.684	4.527	4.908
30 a 39 anos (habitantes)	3.030	3.567	4.394	4.733
40 a 49 anos (habitantes)	2.206	2.635	3.154	4.401
50 a 59 anos (habitantes)	1.256	1.731	2.213	3.221
60 a 69 anos (habitantes)	853	1.127	1.528	2.176
70 a 79 anos (habitantes)	309	501	762	1.205
80 anos ou mais (habitantes)	63	185	279	510
idade ignorada (habitantes)	23	-	-	-

Fonte: Instituto Mauro Borges

A densidade demográfica desse município também vem crescendo com o passar dos anos. Em 1991, a densidade medida em número de habitantes por quilômetro quadrado era de 30,31 e passou a ser 36,36 em 2010. A área territorial de São Luís de Montes Belos é de 825,999 quilômetros quadrados.

A pecuária é uma atividade econômica importante para esse município, inclui a criação de gado, de aves, de caprinos, de equinos, entre outros. O efetivo de rebanho de vacas ordenhadas não vem crescendo de forma progressiva ao longo dos anos. Esse valor era de 16.000 cabeças de gado em 1998, e ele atingiu o valor máximo de 17.200 cabeças de gado em 2005. Nos anos seguintes o número caiu, chegando a 14.000 cabeças de gado em 2008 e 2010. No ano de 2013, o rebanho de vacas ordenhadas voltou a crescer, atingindo 15.800 cabeças de gado.

Tabela 6 – Efetivo de animais em São Luís de Montes Belos de 1998 a 2013.

Pecuária																
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Efetivo de Gelináceos (cab)	145.000	151.000	154.000	154.000	154.000	139.000	114.000	65.000	66.500	62.900	74.900	85.500	124.800	119.000	110.500	110.000
Efetivo do Rebanho de Asininos (cab)	20	20	20	22	21	20	20	20	15	15	15	15	15	15	15	15
Efetivo do Rebanho Bovinos (cab)	116.000	115.000	114.000	122.500	122.000	110.000	116.000	122.000	120.000	111.500	116.000	120.200	114.000	125.000	124.500	127.600
Efetivo do Rebanho de Bubalinos (cab)	180	196	200	230	220	200	220	60	50	200	230	220	200	190	180	170
Efetivo do Rebanho de Caprinos (cab)	150	160	150	170	180	200	190	170	180	150	130	120	110	100	90	80
Efetivo do Rebanho de Equinos (cab)	2.750	2.800	2.750	2.700	2.750	2.700	2.800	2.750	2.700	2.600	2.750	2.400	2.200	2.100	2.000	1.900
Efetivo do Rebanho de Muas (cab)	90	95	100	90	95	100	110	120	110	100	110	100	90	80	85	85
Efetivo do Rebanho de Ovinos (cab)	309	320	300	350	360	370	400	280	270	300	350	400	370	350	330	310
Efetivo do Rebanho de Suínos (cab)	9.350	8.700	8.150	8.550	8.200	7.650	8.000	7.300	7.150	7.340	7.550	7.660	7.580	7.360	7.470	7.350
Efetivo do Rebanho de Vacas Ordenhadas (cab)	16.000	16.200	16.500	16.600	16.300	16.000	17.000	17.200	17.100	15.600	14.000	15.000	14.000	15.000	14.500	15.800

Fonte: Instituto Mauro Borges

A produção de leite de São Luís de Montes Belos foi de 16.000.000 litros em 1998. Essa produção foi crescendo até 2005, quando atingiu o máximo de 17.500.00 litros e decaiu nos anos seguintes. Em 2013 a produção voltou a crescer e mesmo com um efetivo de vacas ordenhadas menor que no ano de 1998, conseguiu produzir 17.220.000 litros de leite. Esses dados estão demonstrados na Tabela 7.

Tabela 7 – Produção de leite em São Luís de Montes Belos de 1998 a 2013.

Produção de Origem Animal																
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Lã - Quantidade Produzida (kg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leite (mil l)	16.000	16.200	16.500	16.600	16.300	16.200	17.220	17.500	17.400	15.840	14.300	16.000	14.950	16.020	15.800	17.220
Mel de Abelha - Quantidade Produzida (kg)	430	480	400	350	300	320	350	400	350	380	320	300	280	270	280	240
Ovos (mil dz)	500	540	518	523	779	693	404	151	148	63	51	56	64	58	61	55
Ovos de Codornas - Quantidade Produzida (mil dz)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ovos de Galinha - Quantidade Produzida (mil dz)	500	540	518	523	779	693	404	151	148	63	51	56	64	58	61	55

Fonte: Instituto Mauro Borges

O consumo de energia elétrica também vem crescendo nesse município. O número de consumidores de energia do setor comercial aumentou de 2005 a 2014, bem como a quantidade de energia consumida por esse setor. Já no setor industrial, o número de consumidores de 2005 a 2014 diminuiu, e somente a quantidade de energia consumida por esse setor aumentou. Esse dado reflete que o número de indústrias em São Luís de Montes Belos vem caindo desde 1998.

O produto interno bruto (PIB) de São Luís de Montes Belos vem crescendo progressivamente. Em 1999, ele correspondia 109.969,080 reais, e em 2012 ele alcançou 418.785,37 reais. A Tabela 8 demonstra o valor adicionado bruto da agropecuária, da indústria e dos serviços.

Tabela 8: Produto Interno Bruto de São Luís de Montes Belos

Produto Interno Bruto dos Municípios - 2012	
Valor adicionado bruto da agropecuária	31.495 mil reais
Valor adicionado bruto da indústria	108.770 mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços	239.029 mil reais

Fonte: IBGE

O índice de Gini é utilizado para medir a desigualdade social, sendo que zero seria a perfeita igualdade e 1 (um) seria a desigualdade máxima. O índice de Gini de São Luís de Montes Belos, segundo dados do IMB, era 0,57 em 1991, passou a 0,54 em 2000 e por 0,49

em 2010. Segundo dados do IBGE, o índice de Gini desse município é de 0,43 e a incidência de pobreza é de 38,75%.

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) em 1991 foi de 0,497; em 2000 foi de 0,624 e em 2010 foi de 0,731. O IDH-M é considerado muito alto quando está acima de 0,8; alto quando os valores estão entre 0,7 e 0,799; médio quando os valores estão entre 0,6 a 0,699; baixo quando os valores estão entre 0,5 a 0,599, e muito baixo quando os valores estão abaixo de 0,5. Dessa forma, o IDH-M de São Luís de Montes Belos era muito baixo em 1991, passou a ser médio em 2000 e, então, passou a ser alto em 2010.

Segundo dados do IBGE, em 2013, existiam em São Luís de Montes Belos 888 empresas atuantes e 5.024 trabalhadores assalariados, com um salário médio mensal de 1,9 salários mínimos.

### **3.3 Criação do Arranjo Produtivo Local lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos**

Em 2005, foi aprovado o projeto para criação do Centro Tecnológico do Leite, que tem por principais objetivos a expansão e o desenvolvimento da produção e industrialização de laticínios na região, em razão de seu número expressivo na produção leiteira. Referido projeto alcançou êxito, sendo delineadas ações nas oficinas de planejamento estratégico do Estado de Goiás para a criação de um Arranjo Produtivo Local (APL).

Nesse sentido, restou instalado o APL Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos, considerando dados de 2006 que apontavam que a produção leiteira na região, era de 116.239.000 litros de leite por ano. Referido APL é composto pelos municípios de Adelândia, Aurilândia, Buriti de Goiás, Cachoeira de Goiás, Córrego do Ouro, Fazenda Nova, Firminópolis, Ivolândia, Moiporá, Mossâmedes, Nazário, Novo Brasil, Palminópolis, Paraúna, Sanclerlândia, São João da Paraúna, São Luís de Montes Belos e Turvânia.

Para a análise de políticas para incrementar o desenvolvimento regional, o Estado de Goiás foi dividido em regiões, sendo que o Município de São Luís de Montes Belos encontra-se na região denominada de Oeste Goiano, que é composta por 43 (quarenta e três) dos 246 (duzentos e quarenta e seis) municípios goianos. Em 1970, a Região Oeste Goiana representava 10,0% (dez por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) goiano, mas passou por uma queda com sua participação, até atingir 5,9% (cinco vírgula nove por cento) em 2002. Tal fenômeno ocorreu também com a população que àquela época representava 9,6% (nove vírgula seis por cento) e em 2004 apenas 6,0% (seis por cento), com uma perda populacional



município não somente a produção primária, mas a cadeia produtiva do leite, da carne e da mandioca.

Nesse sentido, o Município de São Luís de Montes Belos e seu entorno, compreendendo 18 (dezoito) municípios, apresentou a maior concentração da atividade leiteira, com um número maior de produtores de leite, decorrente de sua estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, associada a uma topografia que inviabiliza o desenvolvimento da agricultura comercial. De igual forma, restou observado também que essa região concentra o maior número de laticínios formais, com 11 empresas - sendo uma de grande porte e dez outras de pequeno e médio portes.



Figura 13 – Microrregião de São Luís de Montes Belos.

Fonte: Arranjo produtivo lácteo - Microrregião de São Luís de Montes Belos

De forma concomitante, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) promovia um estudo com a finalidade de mapear as aglomerações produtivas especializadas de Goiás, ou seja, possibilitar a identificação e caracterização de potenciais arranjos produtivos locais no Estado de Goiás, sendo identificado em São Luís de Montes Belos um “APL Potencial de Laticínios”.

Assim, o APL Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos (APL da MRSL) é composto de mais de 5.000 (cinco mil) produtores de leite, considerando somente os que produzem para fomentar o mercado consumidor, sendo captada por 11 (onze) empresas de laticínios com sede na microrregião e 03 (três) outras grandes empresas do entorno de Goiânia.

Assim, participam, também, do APL de MRSL empresas fornecedoras de insumos

agropecuários (por exemplo: fábricas de ração, casas agropecuárias etc), máquinas e equipamentos, assistência técnica e extensão rural, além de escolas que oferecem ensino técnico-profissional de níveis pós-médio e superior, universidades (UEG e FMB), laticínios, entidades de classe (sindicatos e/ou associação de produtores, trabalhadores rurais e empresas de laticínios), câmara de dirigentes lojistas, instituição de crédito (BB), prefeituras municipais e suas secretarias específicas, cooperativas e empresas de transporte de leite.

Também integram esse arranjo, o Governo do Estado de Goiás, através das Secretarias de Agricultura (SEAGRO), de Ciência e Tecnologia (SECTEC), do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), de Indústria e Comércio (SIC), de Educação (SEE), bem como as Agências de Desenvolvimento Rural e Fundiário (AGÊNCIA RURAL), de Desenvolvimento Regional (AGDR) e de Defesa Animal (AGRODEFESA), o SEBRAE, a UFG e a UEG com sua fazenda escola, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Transporte (SENAT) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A estrutura organizacional do Arranjo Produtivo Local da Microrregião de São Luís de Montes Belos apresenta-se sob a forma da seguinte disposição circular apresentada na figura 17.

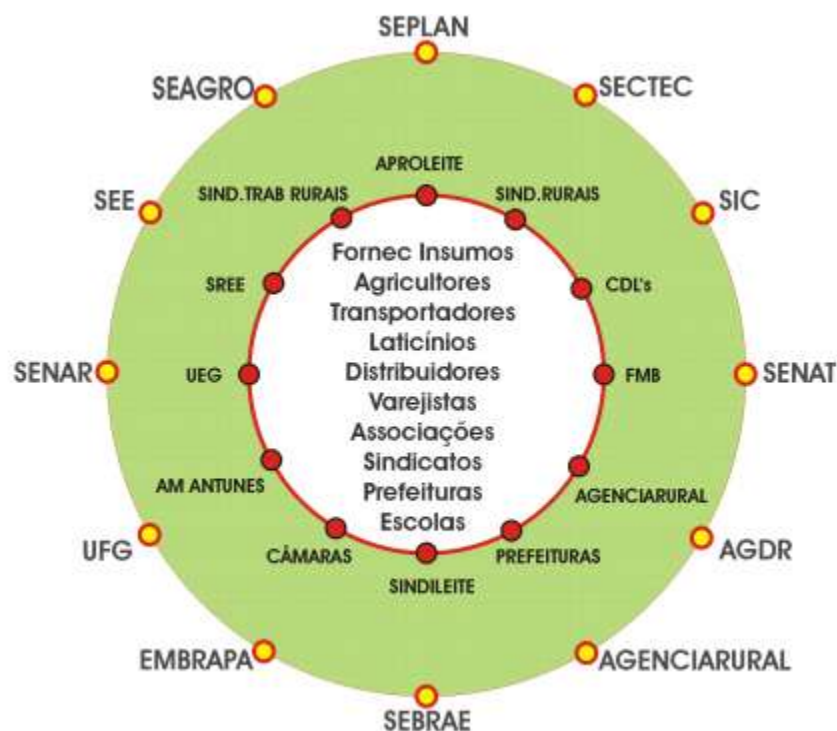


Figura 14 – Formatação do APL Lácteo.

Fonte: Arranjo produtivo lácteo - Microrregião de São Luís de Montes Belos



Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, em 2006, os municípios que compunham a APL Lácteo MRSL, possuíam 5.063 (cinco mil e sessenta e três) produtores de leite produzindo para o mercado, sendo que, aproximadamente, 11.644 (onze mil, seiscentos e quarenta e quatro) pessoas encontravam-se, diretamente, ocupadas com a produção leiteira. Por sua vez, a indústria de laticínios, no mesmo ano, segundo a mesma fonte de dados, apresentava 682 (seiscentos e oitenta e duas) pessoas, isto entre empregadores e empregados, portanto, ocupadas com o processamento de leite.

Com relação à representatividade da atividade leiteira nas propriedades rurais, as propriedades que abastecem o mercado representam o equivalente a 57,04% (cinquenta e sete vírgula zero quatro por cento) das propriedades rurais da microrregião, contendo assim, 64,2% (sessenta e quatro vírgula dois por cento) das pessoas ocupadas nas propriedades rurais. Por outro lado, as indústrias de laticínios empregam cerca de 26% (vinte e seis por cento) da mão de obra empregada nas indústrias de transformação da microrregião.

## CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

A pesquisa proposta foi dividida em três fases, sendo que, inicialmente, se propôs uma revisão bibliográfica sobre aspectos teóricos acerca do desenvolvimento regional, não se olvidando de analisar o Plano Estratégico do Centro-Oeste (2007 – 2020), aspectos relacionados a empresa rural e aspectos históricos da cidade de São Luís de Montes Belos.

A análise documental, segundo Pimentel (2001, p. 179) “[...] São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise.”

Este estudo, numa primeira etapa, consta de uma análise econômica regional juntamente com a análise de documentos pertinentes que tratam da temática ora proposta, obtidas nos bancos de dados das seguintes entidades: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEGPLAN), Instituto Mauro Borges (IGM), além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Numa segunda etapa, e, com intenção de se fazer um estudo comparativo da realidade econômica de empresas rurais na Região Oeste Goiana, selecionou-se uma amostragem intencional das empresas rurais, analisando os dados apresentados a partir do grau de utilização da terra, quantidade de produção (leite e milho) e maior rentabilidade de outras atividades.

Em seguida, elaborou-se um questionário para o desenvolvimento do trabalho de campo com o qual se realizou entrevistas com os atores sociais de representação, no caso, todos empresários rurais do setor lácteo, onde se retirou, aleatoriamente, uma amostragem contendo 40 produtores rurais de leite com características próprias de empresário dos 525 que produziram leite, segundo dados do IBGE (Censo Agropecuário/2006), a fim de determinar as verdadeiras alterações econômicas e sociais trazidas pela constituição das empresas rurais.

A técnica da entrevista, segundo Ludke e André (1986, p. 33) “[...] desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas.”, visto que há uma relação direta do entrevistado e o entrevistador. Se faz necessário que os limites sejam conhecidos e as exigências sejam respeitadas.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 33), “[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde.”. Expressando bem essa relação de interação, é preciso explicar que:

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informação e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Por conseguinte, a proposta para este estudo é de pesquisa bibliográfica aplicada, a qual objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática da empresa rural como indutora de desenvolvimento econômico do Município de São Luís de Montes Belos, com a utilização do método dialético, proposto por Hegel (GIL, 2002), em que os fatos não podem ser considerados fora de uma análise social, histórica, política e econômica.

Dentro desse contexto, e para maiores informações, apresentou-se a Matriz de Amarração, a qual apresenta em linhas gerais a importância do questionário proposto aos empresários rurais do setor lácteo de São Luís de Montes Belos.

Tabela 10 – Matriz de amarração.

<b>Questionário (perguntas)</b>	<b>Objetivos geral e específicos</b>	<b>Referencias (autores)</b>
01. Qual é o tamanho da sua propriedade, em hectare?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	CELLA, 2002 PORTO; GONÇALVES, 2011 ESTATUTO DA TERRA. DECRETO 84.685/80 BORGES, 2006. LUDKE; ANDRÉ, 1986
02. Quantos animais tipo gado leiteiro possui?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	CELLA, 2002 PORTO; GONÇALVES, 2011. ESTATUTO DA TERRA. LUDKE; ANDRÉ, 1986
03. Quantos funcionários a empresa rural possui?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	ABLAS, 1991 CELLA, 2002 FURTADO, 1968. GOMES 2010

		LUDKE; ANDRÉ,1986
04. Existem funcionários da família?	Caracterizar interligações econômicas	CELLA, 2002 ZUIN, 2007 LUDKE; ANDRÉ,1986
05. Os funcionários são regidos pelas normas trabalhistas (possuem carteira de trabalho assinada) ?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	ABLAS, 1991 CELLA, 2002 GOMES 1995 apud COMPARATO, 2012 DECRETO 84.685/80 GOMES 2010 LUDKE; ANDRÉ,1986
<b>Variável Social</b>		
06. Existe instalação sanitária na empresa rural?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012. KAGEYANA, 2004.
07. Existe acesso a telefone na empresa rural?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012. KAGEYANA, 2004.
08. Existe acesso a internet na empresa rural?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012. KAGEYANA, 2004.
09. Qual é a escolaridade do empresário rural?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012. KAGEYANA, 2004.
10. Existem pessoas na família com idade de 7 a 14 anos que não frequentam escola na empresa rural?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam	Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012. KAGEYANA, 2004.

	induzir o desenvolvimento	
11. Na empresa rural, há geladeira, fogão, máquina de lavar?	<p>Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos</p> <p>Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento</p>	<p>Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012.</p> <p>KAGEYANA, 2004.</p>
<b>Variável Demográfica</b>		
12. Quantas pessoas residem na empresa rural?	<p>Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos</p>	PAIVA e WAJNMAN, 2005.
13. O empresário rural é natural de São Luís de Montes Belos?	<p>Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos</p> <p>Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento</p> <p>Caracterizar interligações econômicas</p>	PAIVA e WAJNMAN, 2005.
<b>Variável Político-Institucional</b>		
14. A empresa rural recebe algum incentivo governamental?	<p>Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento</p> <p>Caracterizar interligações econômicas</p>	<p>ABLAS, 1991</p> <p>CELLA, 2002</p> <p>SANTANA, 2009.</p> <p>ARRAIS, 2007</p> <p>LUDKE; ANDRÉ, 1986</p>
15. Você faz parte de algum tipo de associação com foco em empresas rurais?	<p>Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento</p> <p>Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos</p>	CELLA, 2002
16. Quais são os problemas enfrentados pela empresa rural láctea na sua região?	<p>Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento</p> <p>Caracterizar empresas rurais situadas no município de</p>	<p>ABLAS, 1991</p> <p>CELLA, 2002.</p> <p>FERNANDEZ, 2011.</p> <p>BRANDÃO, 2015</p>

	São Luís de Montes Belos	LUDKE; ANDRÉ,1986
<b>Variável Econômica</b>		
17. Qual é a renda familiar do empresário rural, incluída o faturamento líquido da empresa rural?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento	Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012.  KAGEYANA, 2004.
18. A empresa rural contraiu algum financiamento bancário no período dos últimos cinco anos?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento Caracterizar interligações econômicas	GASQUES e VILLA VERDE, 1995.
19. Quais foram os investimentos feitos ou adquiridos na empresa rural nos últimos cinco anos?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento  Caracterizar interligações econômicas  Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	ABLAS, 1991  CELLA, 2002.  BORGES, 2006.  LUDKE; ANDRÉ,1986
20. Qual é o valor médio do(s) salário(s) pago(s) aos funcionários da empresa rural?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento	GOMES, 2010  Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012, Republica Federativa do Brasil, 2012
21. Houve crescimento da produção leiteira desde o início de sua atividade até a presente data?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento	ABLAS, 1991  CELLA, 2002  DINIZ, 2008.  ARRAIS, 2007  LUDKE; ANDRÉ,1986
22. Qual(is) seria(m) a(s) estratégia(s) que faz você ter melhores resultados do que outras empresas rurais?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento  Caracterizar empresas rurais situadas no município de	ABLAS, 1991  CELLA, 2002  FERNANDEZ, 2011

	São Luís de Montes Belos	
23. Qual é a produção diária de leite na empresa rural?	Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento	CELLA, 2002 MARQUES, 2011
24. O leite produzido na empresa rural é fornecido para quem?	Caracterizar interligações econômicas  Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos	ABLAS, 1991 CELLA, 2002 MARQUES, 2011. CAVARZAN, 2014 LUDKE; ANDRÉ,1986
25. Quais são seus custos de produção?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos  Caracterizar interligações econômicas	ABLAS, 1991 CELLA, 2002 MARQUES, 2011 LUDKE; ANDRÉ,1986
<b>Variável Ambiental</b>		
26. Qual(is) técnica(a) é/são utilizada(s) para a conservação do solo na empresa rural?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos  Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento	KAGEYANA, 2004
27. Na empresa rural, há reserva legal?	Caracterizar empresas rurais situadas no município de São Luís de Montes Belos  Identificar variáveis encontradas em empresas rurais locais que possam induzir o desenvolvimento	Código Florestal

Fonte: Elaboração pelo autor da dissertação

De maneira mais específica, considerando que a empresa rural se encontra num ambiente rurícola, o desenvolvimento regional rural define-se de forma multidimensional, envolvendo as dimensões social, demográfica, político-institucional, econômica e ambiental.

As variáveis de dimensão social estão vinculadas, direta ou indiretamente, a qualidade de vida nos domicílios rurais e estão relacionadas com as condições de higiene e salubridade a qual deve afetar positivamente o desenvolvimento rural.

A dimensão demográfica contempla os aspectos demográficos mais gerais, como a quantidade de pessoas que residem na empresa rural e a naturalidade dos empresários rurais, a fim de demonstrar se o Município objeto da pesquisa apresenta potencialidades que desencadeiam num processo migratório.

Na dimensão político-institucional, pretende-se demonstrar como a participação política, o grau de dependência institucional e os problemas enfrentados pelas empresas rurais que afetam o desenvolvimento rural da região.

Com a dimensão econômica, pretende-se verificar o quanto a região é desenvolvida economicamente em seus aspectos mais tradicionais: diversificação, produtividade, estratégias na produção, renda e custos de produção.

A dimensão ambiental representa a preocupação com a preservação ambiental, consistente em uso de técnicas de conservação do solo e a existência de área de manutenção de mata nativa (reserva legal).

Justifica-se, portanto, o uso destas variáveis, pois elas demonstram as condições gerais de uso dos recursos naturais, suas implicações e consequências para as atividades econômicas e para a população, e se faz necessário à preservação ambiental para desenvolvimento.



## CAPÍTULO 5 - RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO JUNTO ÀS EMPRESAS RURAIS SITUADAS EM SÃO LUÍS DE MONTES BELOS

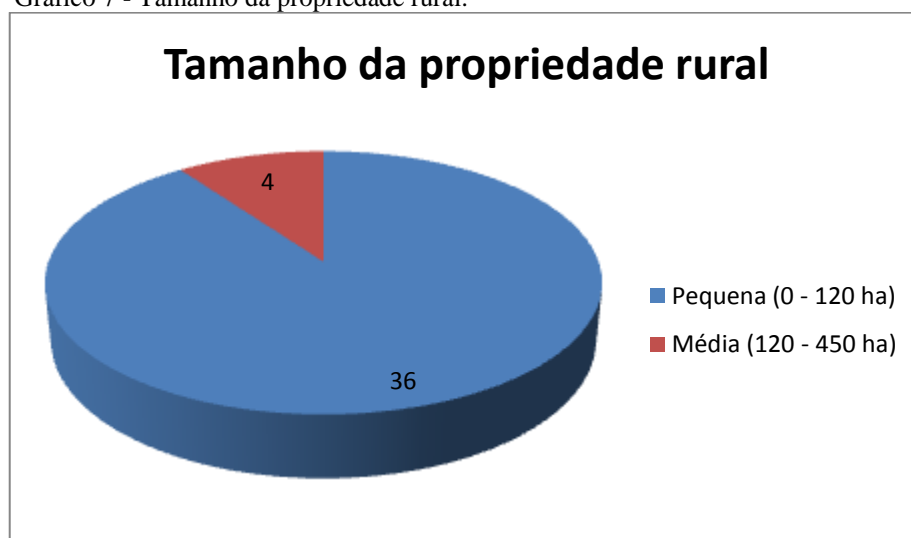
### 5.1 Análise da Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo contemplou a aplicação de questionários a 40 empresários rurais do setor lácteo de São Luís de Montes Belos, no período de 10 de agosto a 28 de agosto de 2015. A aplicação do questionário direcionada a esse grupo foi necessária para caracterizar as empresas rurais lácteas desse município, caracterizar as interligações econômicas dessas empresas e identificar variáveis que sejam indutoras de desenvolvimento regional nos aspectos econômicos, político institucionais, sociais, demográficos e ambientais.

Constatou-se que o tamanho médio das propriedades rurais incluídas na amostragem em estudo é de 56,6 hectares, variando de 0,12 hectares a 154,8 hectares. A maioria das propriedades é considerada pequena, de acordo com a Lei n. 8.629/93, ou seja, apresenta tamanho menor que 120 hectares e apenas quatro propriedades, o que corresponde a 10%, que são de tamanho médio, por apresentarem entre 120 a 450 hectares. A maioria dos empresários rurais usou a medida em alqueires para caracterizar o tamanho da sua propriedade, e essa medida foi convertida em hectares, conforme ilustração do Gráfico 7.

O gráfico 7 ilustra a relação entre pequenas e médias propriedades.

Gráfico 7 - Tamanho da propriedade rural.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

Em relação a quantidade de gado leiteiro de cada produtor rural, o número variou entre 14 (catorze) e 120 (cento e vinte) cabeças de gado. Alguns produtores apresentavam também gado de corte em seu rebanho e esse número não incluído, em razão do estudo ser delimitado a empresa rural láctea. A relação de quantidade de gado leiteiro e número de produtores está descrita na Tabela 11:

Tabela 11 - Quantidade de gado leiteiro por produtor rural entrevistado.

Quantidade de gado leiteiro	número de produtores	Porcentagem
0 – 20	5	12,50%
21 – 50	20	50%
51 – 100	13	32,50%
101 – 120	2	5%

Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

Importante destacar que o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2008, promoveu uma pesquisa sobre o Arranjo Produtivo Lácteo da Bacia Leiteira do Oeste Goiano, com a aplicação também de questionários aos produtores de leite de São Luís de Montes Belos e outros 14 (catorze) municípios. Os dados encontrados foram divergentes quanto ao primeiro e segundo lugares às pesquisas, bem quanto a pesquisa de campo deste trabalho não ter encontrado nenhum produtor com mais de 150 (cento e cinquenta) cabeças de gado. Os dados dessa pesquisa sobre a quantidade de gado leiteiro estão reunidos na Tabela 12:

Tabela 12 - Quantidade de gado leiteiro por produtor rural de leite do Oeste Goiano.

Quantas cabeças (total) o (a) sr. (a) tem no rebanho leiteiro atualmente?	Respostas	%
Entre 0 e 20	55	12,93%
Entre 21 e 50	209	49,06%
Entre 51 e 100	127	29,81%
Entre 101 e 150	24	5,63%
Entre 151 e 200	5	1,17%
Entre 201 e 300	6	1,40%
Total	426	100,00%

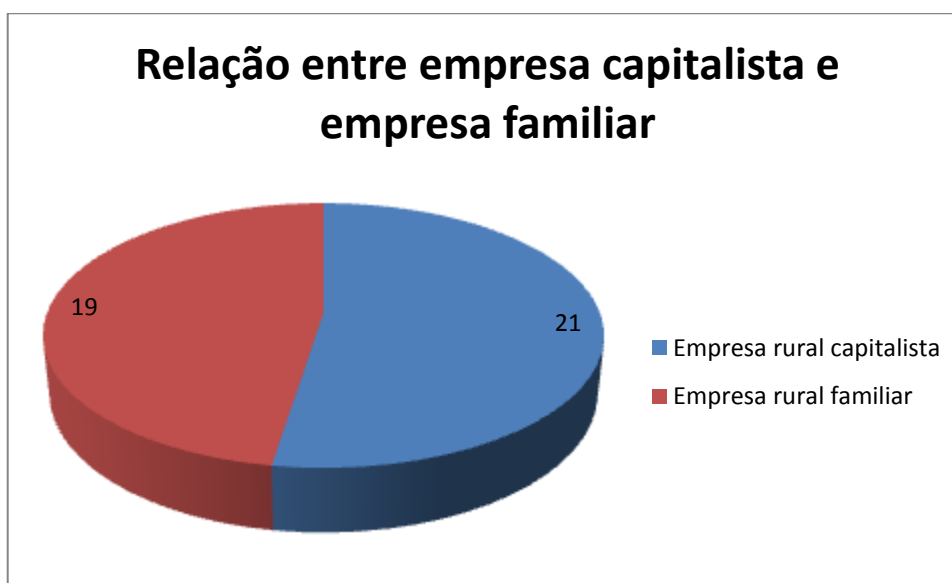
Fonte: SEBRAE (2008)

Em relação ao número de funcionários ou colaboradores, os produtores de leite incluídos nessa pesquisa de campo apresentavam de 1 a 3 colaboradores. De forma

particularizada, vinte deles, o que corresponde a 50%, utilizam apenas um colaborador. Dezesesseis deles utilizam dois colaboradores, o que corresponde a 40%, e apenas três deles possuem 3 colaboradores, representando 7,5%. Um dos entrevistados não possui funcionários ou colaboradores. Entre os entrevistados, 21 deles, possuem apenas funcionários remunerados, ou seja, não possuem colaboradores da própria família. De outro lado, 17 deles possuem apenas colaboradores da sua família. Em apenas duas empresas rurais lácteas entrevistadas, existem um funcionário remunerado e um colaborador da família.

Com os dados em relação à existência de funcionários e colaboradores da família, foi possível identificar 21 empresas rurais do tipo capitalistas e 19 empresas rurais do tipo familiar, conforme classificação apontada por Porto e Gonçalves (2011). O Gráfico 8 ilustra a relação entre empresa capitalista e familiar encontrada na pesquisa.

Gráfico 8 - Relação entre empresas capitalistas e familiares.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

Entre os 21 empresários rurais que possuem funcionários remunerados, 14 deles assinam carteira de trabalho, o que representa 66,6% do total. Esse valor pode ser considerado alto, quando comparado aos dados contidos no documento intitulado de Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro (IDB), elaborado em 2012, que afirma que somente 42% dos trabalhadores brasileiros do setor privado tinham um emprego formal, com carteira assinada.

A formalização do emprego, como destacado nesse documento elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pode ser considerado um fator preponderante de desenvolvimento e garante ao trabalhador proteção em casos de perda de

emprego; gravidez; acidente de trabalho; doença ou incapacidade, temporária ou permanente, para o labor; além de possibilitar a concessão de aposentadoria.

O salário médio dos funcionários incluídos na pesquisa de campo foi de 1,88 salários mínimos, o que corresponde a R\$ 1.481,44 (hum mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), de acordo com o valor definido de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) para o ano de 2015. O salário recebido pelos trabalhadores variou de 1 a 3 salários mínimos. O salário de todos os funcionários foi convertido em salários mínimos, mesmo os que não possuem carteira assinada. Assim sendo, foi possível determinar que, nessa população estudada, nenhum trabalhador ganha menos de um salário mínimo e, ainda, apenas três empresários rurais pagam a quantia de um salário mínimo para seus funcionários. A maioria dos funcionários recebe 1,5 salários mínimos, o que corresponde a R\$ 1.182,00 (hum mil, cento e oitenta e dois reais), um valor significativo quando comparamos com a renda domiciliar do brasileiro de R\$ 1.063,00 (hum mil e sessenta e três reais) de acordo com o IDB de 2012.

Com relação à produção diária, houve variação de 50 a 550 litros de leite, sendo que a média foi de 189,6 litros de leite extraídos por dia. A Tabela 13 sintetiza a quantidade de litros de leite produzidos diariamente pelos produtores.

Tabela 13 - Produção diária de leite entre os entrevistados.

Produção diária de leite	número de produtores	Porcentagem
50 - 100 litros	12	30,00%
101 - 200 litros	16	40%
201 - 350 litros	7	17,50%
mais de 350 litros	5	12,50%

Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

O valor obtido com a venda do litro de leite variou pouco entre os entrevistados, tendo como média a importância de R\$ 1,03 (um real e três centavos). Os produtores que vendem o seu leite a um valor mais baixo, por volta de 70 a 85 centavos por litro, não possuem tanque de resfriamento. Os produtores que conseguem vender seu leite a um valor mais alto vendem diretamente para o mercado consumidor e conseguem um valor que alcança R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos).

O leite produzido nas empresas rurais é vendido para Laticínios, dentre estes: Laticínio Montes Belos, Laticínio Piracanjuba, Laticínio Farlat, Laticínio Planalto e Laticínio Pérola;

bem como para cooperativas, tais como: Cooperativa Agropecuária de São Luís de Montes Belos (Cooperbelos) e Cooperativa Mista Agroindustrial de Palminópolis (Coomap) e diretamente para o mercado consumidor. Como demonstra o Gráfico 9, a maior parte das empresas rurais pesquisadas comercializa seu leite para o Laticínio Piracanjuba, seguido da Cooperbelos e Laticínio Montes Belos:

Gráfico 9 - Destinação dos produtos das empresas rurais avaliadas.



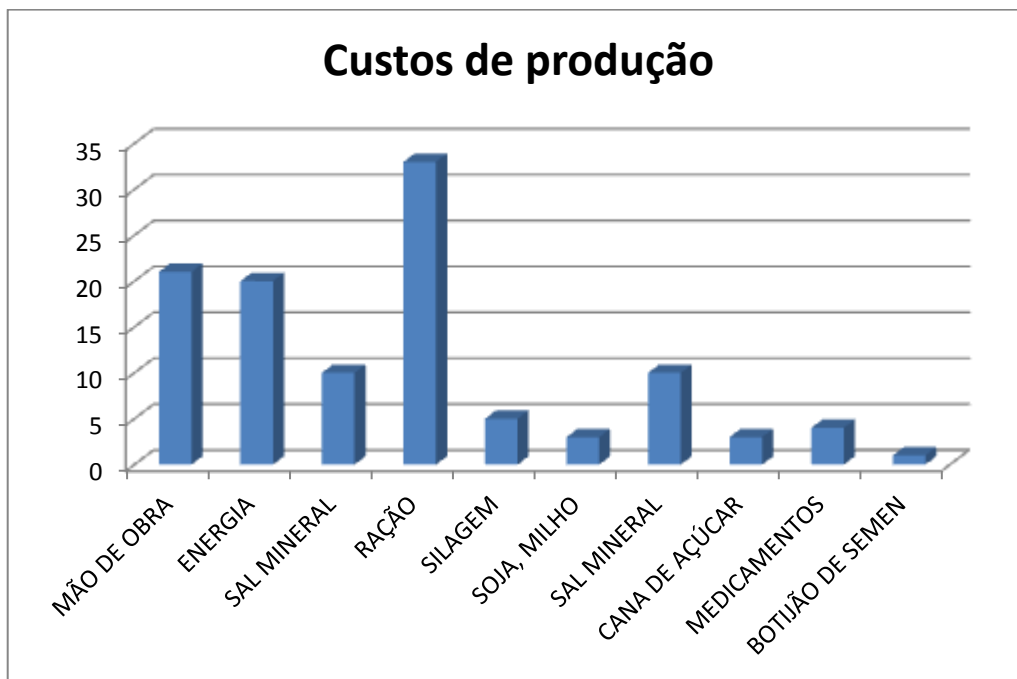
Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

Os custos de produção das atividades lácteas das empresas rurais envolvem mão de obra, sal mineral, adubo, ração, energia elétrica, silagem, soja, milho, cana de açúcar, medicamentos e botijão de sêmen. Esses custos apresentaram variações entre os empresários pesquisados. Muitos empresários rurais não apresentaram gastos com mão de obra, tendo em vista possuem apenas colaboradores de sua família, identificando-o como empresas familiares. A maioria das empresas faz uso de rações para melhorar a produtividade do leite, mas alguns produtores preferem comprar os insumos que compõem a ração como milho e soja, produzindo sua própria ração a um custo menor.

Outro fator apontado pelos empresários rurais foi a energia elétrica que representa um custo de produção significativo para os que possuem tanque de resfriamento de leite e ordenha mecânica. Em contrapartida, a minoria dos produtores rurais tem problemas com doenças em seu rebanho e, por isso, a minoria elencou medicamentos em seus custos de produção.

Os empresários rurais, objeto da pesquisa, afirmaram que o valor dos custos de produção vem aumentando nos últimos anos, alcançando a universalidade dos entrevistados. O Gráfico 10 reúne os custos de produção descritos pelos empresários rurais.

Gráfico 10 - Custos de produção dos empresários rurais entrevistados.



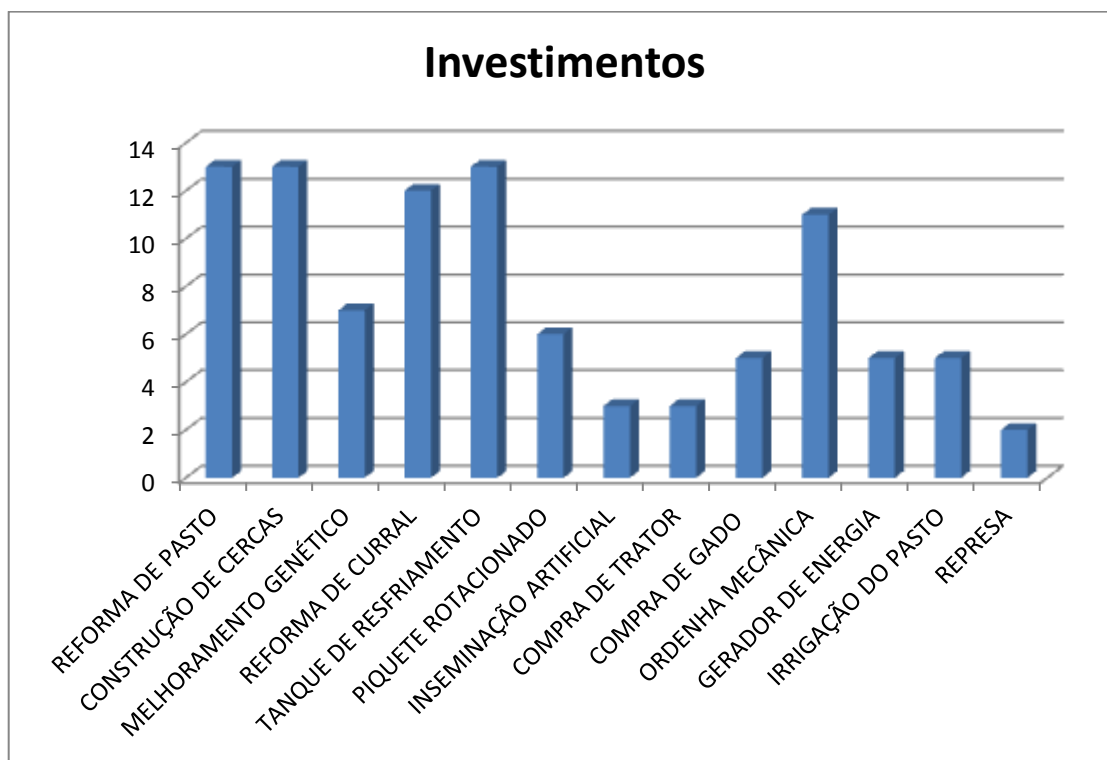
Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

A maior parte dos empresários rurais, ou seja, 25 do total, conseguiram aumentar a sua produção diária de leite nos últimos 5 anos. Entre os produtores que vêm conseguindo aumentar a sua produção, 21 deles aumentaram mais de 50% da sua produção nos últimos anos, e apenas 4 deles obtiveram um ganho de produção menos expressivo. Esse crescimento na produção leiteira tem relação direta com investimentos adquiridos nos últimos 5 anos e com a prática do uso de estratégias que aumentam a produção leiteira, que também foram questionadas nessa pesquisa de campo.

O questionário abordou os investimentos realizados ou adquiridos nos últimos 5 anos. Foram relacionados vários tipos de investimentos na pesquisa de campo, desde investimentos simples, como: construção de cercas, reforma de pasto e de curral, até investimentos mais complexos como o uso de inseminação artificial e de piquete rotacionado, incluindo investimentos caros como a compra de um trator, um gerador de energia ou uma ordenha mecânica e investimentos que agregam valor a propriedade como um todo, como o uso de irrigação no pasto e a construção de represa na propriedade. Dentre a amostra entrevistada,

apenas um deles afirmou que não fez nenhum tipo de investimento nos últimos 5 anos. A relação de todos os investimentos descritos pelos empresários rurais está ilustrada no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Investimentos realizados pelos empresários rurais nos últimos 5 anos.



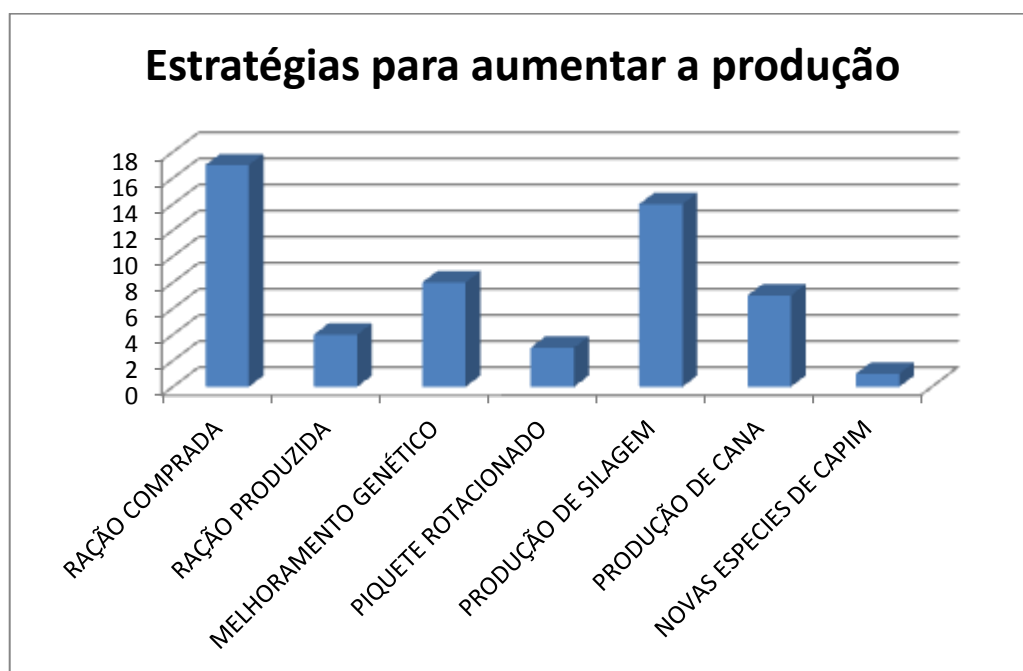
Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

A respeito das estratégias utilizadas pelos entrevistados, restou informado que as mesmas são variadas, podendo-se destacar a utilização de adubos em pastos, silagem para complementar a alimentação do gado, plantar cana de açúcar com o objetivo de aumentar a produtividade do leite e utilização de botijão para a conservação de sêmen a ser utilizado em inseminações artificiais. Apenas 8 empresários rurais lácteos, o que representa 20% do total, respondeu que não utiliza nenhuma estratégia. No entanto, a maior parte dos produtores, representando 80% do total, relatou o uso de alguma técnica para aumentar sua produção de leite.

Dentre os entrevistados que fazem uso de técnicas, foram apontadas as 6 seguintes estratégias: o uso de ração, que pode ser comprada ou fabricada pelo próprio produtor de leite; melhoramento genético do boi, seja através do uso de inseminação artificial, seja através de

compra de gado de raça; uso de piquete rotacionado<sup>16</sup>; produção de silagem; produção de cana para complementar a alimentação do rebanho leiteiro, e a utilização de uma espécie diferente de capim. A relação das estratégias utilizadas entre os empresários rurais está demonstrada no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Estratégias para aumentar a produção listadas pelos produtores de leite entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

De todos os empresários rurais pesquisados, 23 deles, o que corresponde a 57,5%, contraíram algum tipo de financiamento bancário nos últimos 5 anos. Os tipos de financiamento apontados nas respostas foram vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Rural Rápido, Custeio Agropecuário e Fundo de Financiamento do Centro-Oeste, todos do Banco do Brasil.

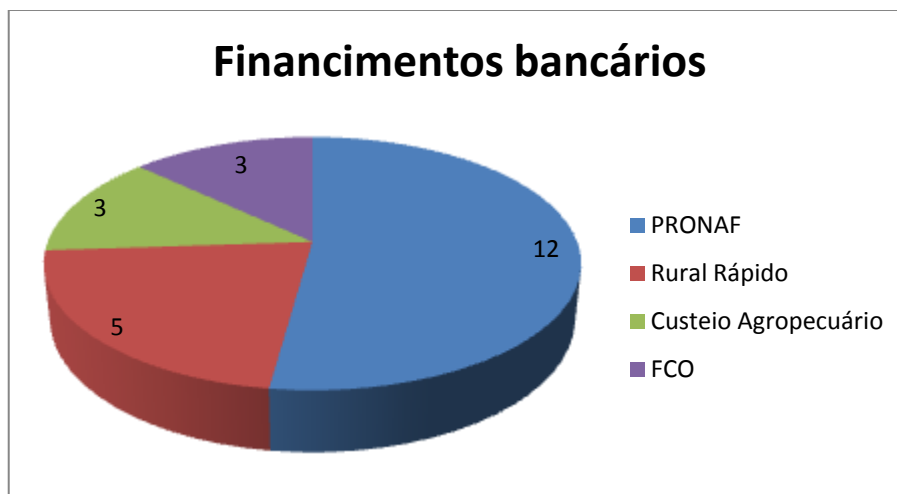
Interessante salientar que os dados encontrados no relatório de pesquisa nominado de Projeto Arranjo Produtivo Lácteo da Bacia Leiteira do Oeste Goiano, elaborado pelo SEBRAE em 2010, entre produtores de leite da região que formariam o Arranjo Produtivo Lácteo da Microrregião de São Luís de Montes Belos, demonstrou a existência maior de empresários rurais que celebraram contratos bancários de financiamento destinado à produção, no importe de 73% na região oeste goiana. Referido fato incide a conclusão de que



a amostra pesquisada não apresenta tamanha dependência econômica quanto aos pesquisados pelo SEBRAE.

O Gráfico 13 ilustra a proporção encontrada na amostra de cada um desses tipos de financiamento bancário celebrados pelos empresários rurais entrevistados.

Gráfico 13 - Tipos de financiamentos bancários feitos pelos entrevistados nos últimos 5 anos.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

Com relação ao lucro total da produção de leite por mês, foi calculado tal valor utilizando a quantidade da produção diária em litros de leite e o preço com que o litro é vendido. Dessa forma, o valor arrecadado em um mês com a venda do leite produzido foi, em média, de R\$ 6.260,50 (seis mil, duzentos e sessenta reais e cinquenta centavos). Esse valor variou de R\$ 1.095,00 (hum mil e noventa e cinco reais) a R\$ 17.490,00 (dezesete mil, quatrocentos e noventa reais) entre os empresários rurais entrevistados.

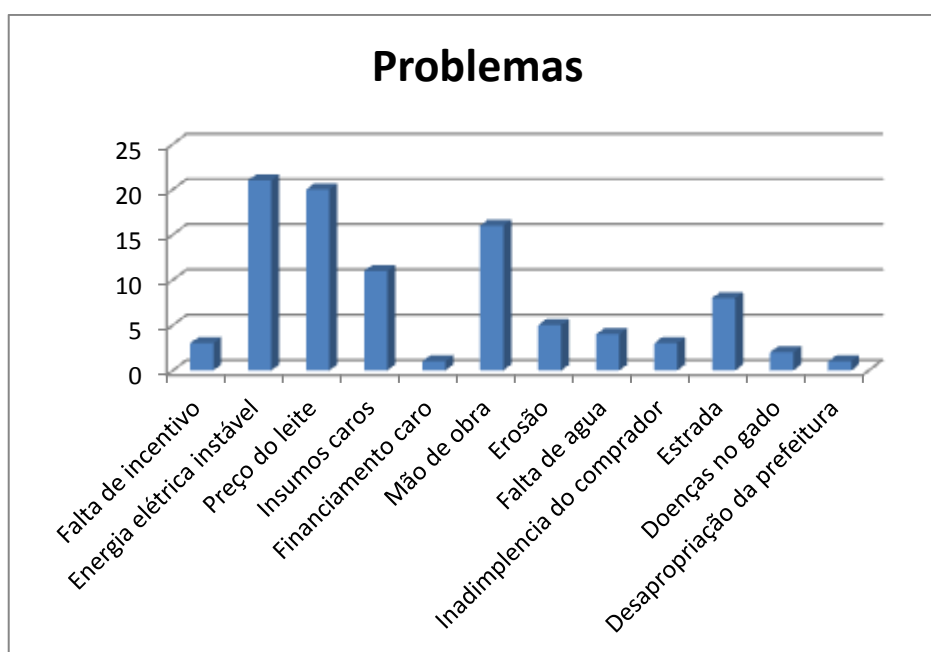
O valor da renda domiciliar foi questionado para os produtores, tendo em vista que o lucro líquido da produção de leite é variado, e a maioria dos produtores tem outras fontes de renda, seja através de utilização de gado de corte ou de plantações, seja através de aposentadoria ou lucros de outras empresas, como sociedade empresária do ramo de padaria, por exemplo. O valor médio de renda mensal domiciliar foi de R\$ 7.023,00 (sete mil e vinte e três reais), variando de R\$ 1.916,00 (hum mil, novecentos e dezesseis reais), renda de um pequeno produtor familiar que produz apenas 65 litros de leite por dia a R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), renda de um delegado aposentado. O valor médio da renda domiciliar pode ser considerado alto e, por isso, representa um indicador de desenvolvimento econômico dessa população estudada.

Os empresários rurais incluídos na pesquisa de campo foram questionados se recebem algum tipo de incentivo governamental e foram unânimes em afirmar, em alguns casos até com tom irônico, que não recebem nenhum incentivo. Apesar dessa resposta, os produtores de leite têm acesso a financiamentos bancários com juros mais acessíveis para fomentar a produção e, que como já foi descrito, foi realizado por mais da metade dos entrevistados. Além disso, o SEBRAE de São Luís de Montes Belos está pronto para atender pequenos empresários rurais que precisam de aumentar sua produção e seus lucros.

A maior parte dos empresários rurais, 22 deles, não se encontram vinculados a nenhuma cooperativa ou associação, o que os tornam mais suscetíveis para celebrarem contratos menos vantajosos. Dentre os empresários que fazem parte de alguma cooperativa, 15 encontram-se vinculados à Cooperbelos e três integram os quadros da Coomap.

Com o propósito de auxiliar a caracterização das empresas rurais pesquisadas, foi perguntado, durante a entrevista, quais são os problemas enfrentados pelos empresários quanto à atividade produtiva. Os problemas identificados foram: falta de incentivo governamental; energia elétrica instável, principalmente no período das chuvas; preço do leite muito barato; insumos caros; financiamento bancário caro; dificuldade de encontrar mão de obra; erosão na propriedade rural; falta de água; inadimplência do comprador; estrada que dá acesso a propriedade rural em más condições; doenças no gado e até mesmo desapropriação pela prefeitura. O Gráfico 14 mostra a frequência dos problemas apontados.

Gráfico 14 - Problemas enfrentados pelos produtores entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

No que tange à preocupação com o solo, dentre os 40 empresários rurais entrevistados, 24 informaram que usam técnicas para a conservação do solo. Foram apontadas as diversas técnicas: adubação, afolhamento, rotação de culturas, pastejo rotacionado, calagem e curvas de nível. As técnicas de conservação de solo têm como objetivo primordial a preservação do meio ambiente, no entanto proporcionam de forma associada um maior aproveitamento do terreno.

Ouro fator preponderante para a questão ambiental, diz respeito à existência de reserva legal que compreende uma área de preservação ambiental obrigatória de acordo com o Código Florestal. Na pesquisa de campo, constatou-se que apenas quatro empresários não respeitam a previsão contida no Artigo 12 da Lei n. 12.651/2012 que determina a constituição de reserva legal nas propriedades rurais, o que redundava afirmar que, de uma forma geral, os empresários rurais do setor lácteo de São Luís de Montes Belos se preocupam com a questão ambiental.

Todas as propriedades rurais analisadas nessa pesquisa de campo, possuem água encanada e um mesmo tipo de instalação sanitária, a fossa séptica. Esses números podem ser considerados importantes indicadores sociais, já que, de acordo com o IDB, em 2012, somente 86,4% da população brasileira tinha acesso a água, e apenas 78,6% tinha acesso à rede de esgoto ou fossa séptica.

A maior parte dos empresários rurais, 95% do total, têm acesso a telefones, no entanto, a menor parte, 35% do total, têm acesso à internet. A quantidade de pessoas com acesso ao telefone foi maior que a identificada no IDB em 2012, de 91,8%. De outro lado, o acesso à internet foi ainda menor do que a identificada no IDB de 2012, de 40,9%.

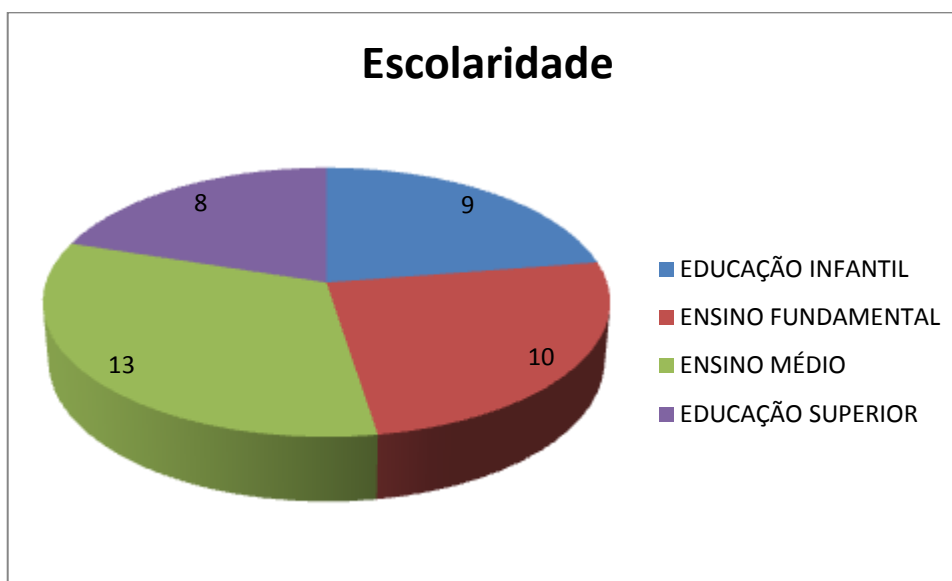
Com base no acesso à educação, não restou constatada nas empresas rurais pesquisadas a ocorrência de casos de crianças com idade compreendida entre 7 a 14 anos que não frequentam escola. Em relação à escolaridade dos empresários rurais, observou-se que 9 possuem ensino infantil, 10 ensino fundamental, 13 ensino médio e 8 ensino superior, o que evidencia a inexistência de analfabetismo entre os entrevistados.

Os dados relacionados à escolaridade podem ser considerados positivos, não apenas pelo fato de todas as crianças das propriedades rurais frequentarem escola, mas por não encontrarmos nenhum produtor rural analfabeto. A taxa de analfabetismo no Brasil ainda é de 8,5% em pessoas com mais de 15 anos, de acordo com o IDB de 2012.

A pesquisa do SEBRAE de 2010, também verificou a escolaridade dos produtores rurais do Oeste goiano, sendo que houve a constatação de uma taxa de analfabetismo de 2%. Apenas 11% dos produtores rurais na pesquisa do SEBRAE tinham nível superior completo.

O Gráfico 15 ilustra com clareza a quantidade de empresários rurais pesquisados no presente trabalho e sua respectiva escolaridade.

Gráfico 15 - Escolaridade dos empresários rurais entrevistados.



Fonte: Pesquisa de Campo realizada pelo autor da dissertação (2015)

Em relação ao acesso a bens duráveis, todos os entrevistados possuem geladeira e fogão em suas propriedades rurais e 31 deles, o que corresponde a 77,5% possuem máquinas de lavar. Esses índices, também, podem ser considerados positivos quando comparados ao IDB de 2012, em que 97,1% dos domicílios brasileiros possuíam geladeiras, 98,8% possuíam fogões e 55,8% dos lares possuíam máquinas de lavar.

Entre os entrevistados, 62,5% dos empresários rurais são naturais de São Luís de Montes Belos. Foram entrevistados produtores de leite naturais de municípios goianos, tais como: Anicuns, Paraúna, Morrinhos, Córrego do Ouro, Firminópolis, Jussara, São João da Paraúna e Itapaci, além dos seguintes municípios do Estado de Minas Gerais: Patrocínio, Carmo da Paranaíba, Patos de Minas e Passos.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), quanto maior a taxa de migração mais desenvolvido encontra-se a região, tendo em vista apresentar condições atrativas para o deslocamento de pessoas de outras localidades.

Os dados, reunidos com as entrevistas, conseguiram demonstrar indicadores de desenvolvimento econômico, ambientais, sociais e demográficos entre os empresários rurais do setor lácteo de São Luís de Montes Belos, que são, em sua maioria, pequenos produtores de leite.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa elegeu as empresas rurais lácteas, situadas no Município de São Luís de Montes Belos, com objeto principal de estudo, tendo como objetivo verificar se as mesmas, com sua atividade principal voltada para a produção leiteira, apresentam relação ou não com o desenvolvimento regional.

A princípio, é necessário salientar que a empresa rural tem por objetivo a exploração da terra por meio da promoção de atividade econômica voltada para o lucro, utilizando processos de organização para a produção ou circulação de bens ou serviços. Assim, de forma mais específica, o objeto investigado na presente dissertação foram os empresários rurais lácteos, ou seja, produtores de leite do Município de São Luís de Montes Belos.

A empresa, por si, independentemente de sua classificação, apresenta um importante papel para a sociedade, por ser detentora da condição de exprimir uma função social, a qual encontra-se solidificada através da existência de três aspectos, sendo o primeiro, tributário, que é traduzido pelo fato de que o pagamento de impostos representa uma fonte indispensável de receita para a administração pública; o segundo, consiste numa fonte fundamental da manutenção de renda dos trabalhadores através do recebimento de salários e remunerações, e o terceiro, se destaca por prover o desenvolvimento de uma região que se encontra instalada a empresa.

O desenvolvimento regional não representa a concepção pura e simples de crescimento econômico ou agrícola, mas sim engloba aspectos atinentes à promoção do bem-estar social num contexto regional, partindo de uma situação socioeconômica e de vida de uma região, fundamentada em fatores de: produção, emprego, renda, qualidade dos serviços, equipamentos, infraestrutura, estrutura fundiária, dentre outros. Assim sendo, analisou-se o cenário regional com suas condicionantes e estrangulamentos para fomentar a exploração das potencialidades locais, a partir de dados coletados junto a seus atores sociais.

Nesse sentido, os resultados indicam que o processo de desenvolvimento regional vai além da análise do crescimento econômico calculado a partir das receitas e renda *per capita*, porque esses fatores estão relacionados com o bem-estar dos lares rurais, o ambiente, e o sistema educacional, entre outros. O desenvolvimento regional representa um elevado processo de transformação endógeno apontado em pequenas unidades do território e em agrupamentos humanos, capaz de ensejar a promoção de dinamismo econômico e, concomitantemente, a melhoria da qualidade de vida da população, independentemente de estar situada na zona urbana ou rural.

Portanto, diante dessas considerações, há que se destacar que o desenvolvimento regional encontra-se relacionado com a produtividade dos fatores de produção e a renda advinda da exploração agropecuária da microrregião, a qualidade de vida nos domicílios rurais, a preservação ambiental, a diversidade da atividade agropecuária, as pessoas que desenvolvem atividades próprias do meio rural e a educação e, ainda, o papel do crédito no desenvolvimento rural.

As empresas rurais do setor lácteo pesquisadas comungam com todos os fatores de produção, representados pelo capital, mão-de-obra, insumos e tecnologia, para a obtenção dos resultados da produção, qual seja o leite, proporcionando renda direta ao empresário rural, de acordo com sua produtividade, e também aos seus trabalhadores.

Os empresários rurais pesquisados auferem renda da exploração da atividade agropecuária leiteira que variou entre R\$ 1.095,00 (hum mil e noventa e cinco reais) a R\$ 17.490,00 (dezessete mil, quatrocentos e noventa reais), contribuindo, diretamente, com sua renda familiar, cuja média alcançada foi de R\$ 7.023,00 (sete mil e vinte e três reais), variando de R\$ 1.960,00 (hum mil, novecentos e sessenta reais) a R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

O produto da exploração das empresas rurais pesquisadas - o leite, segundo o resultado da pesquisa, é negociado, em sua maioria, com laticínios e cooperativas situados no próprio Município de São Luís de Montes Belos e, também, de outros Municípios. No entanto, observou-se que há uma gradação de valores pagos as empresas rurais pelo leite negociado, sendo, do menor para o maior valor: laticínios do Município, laticínios de outros Municípios, Cooperativas e, diretamente, entregues ao mercado consumidor.

De igual forma, as empresas rurais lácteas de São Luís de Montes Belos contribuem, também, em efeito cascata, com a renda de outras pessoas relacionadas com as empresas rurais, tais como: veterinários, zootecnistas, contadores, agrimensores, engenheiros agrônomos da região e, ainda, com outras empresas, por exemplo, com as que produzem soja, milho, algodão e cana-de-açúcar que são os produtos básicos para a feitura das rações; outras que negociam produtos agropecuários; fábricas de rações; laticínios e cooperativas, inclusive de outros municípios; instituições de ensino; instituições financeiras, dentre outras.

Dessa maneira, a empresa rural do setor lácteo de São Luís de Montes Belos representa uma empresa motriz, como defendido por Perroux, e como fator positivo para a economia do município, como previsto na teoria da causação circular cumulativa de Myrdal, favorecendo a comercialização de produtos para outras regiões, como primado por North em sua teoria de base de exportação.

Outro fator determinante observado nas empresas rurais investigadas, e, de suma importância para o desenvolvimento regional, foi a existência de propriedades tidas como capitalistas (53%) e familiares (47%). Redunda afirmar que as empresas rurais capitalistas estudadas utilizam mão de obra por meio de contrato de emprego formal, em sua maioria (66,6%), mas também de maneira informal (33,4%), enquanto que as empresas rurais familiares pesquisadas contam com a colaboração dos entes familiares, ou seja, de toda a forma, essas empresas disponibilizam a oportunidade de trabalho e renda para pessoas da família. Restou, ainda, demonstrado que a renda auferida pelos trabalhadores das empresas rurais do setor lácteo variou de 01 (um) a 03 (três) salários mínimos, tendo como média o 1,88 (um vírgula oitenta e oito) salários mínimos, o que corresponde a R\$ 1.481,44 (hum mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), superando o salário mínimo nacional, vigente em 2015, de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e a renda domiciliar do brasileiro, no montante de R\$ 1.063,00 (hum mil e sessenta e três reais), segundo dados do IDB do ano de 2012.

Como resultado da produtividade resultante da atividade láctea das empresas rurais convertida em renda, há uma inegável melhoria da qualidade de vida nos domicílios rurais, tanto dos empresários rurais como de pessoas e outros empresários relacionados à atividade leiteira. Esta melhoria encontra-se vislumbrada com o acesso à prestação de serviços telefônicos que, na pesquisa apontou o patamar de 95% (noventa e cinco por cento), superando a média nacional de 91,8% (noventa e um vírgula oito por cento); acesso a água encanada e instalação sanitária, no caso, presentes em todos os lares rurais de empresários entrevistados; e a viabilidade de aquisição de alguns produtos que auxiliam a vida moderna, tais como: geladeira e fogão encontrados em todas as empresas rurais e máquina de lavar com incidência em 77,5% (setenta e sete vírgula cinco por cento), sendo satisfatórios os resultados obtidos quando comparados ao IDB do ano de 2012, sendo apenas o acesso à internet considerado baixo dentre os pesquisados, chegando a 35% dos empresários rurais, enquanto a média nacional aponta, segundo o IDB, a 40,9% (quarenta vírgula nove por cento), sendo este fato justificado pelas características rústicas dos empresários entrevistados.

O desenvolvimento regional não deve ser desvinculado à preservação ambiental, vez que a questão primária para a existência do ser é seu próprio ambiente ecologicamente correto, que deve ser mantido em equilíbrio e explorado de maneira consciente, favorecendo uma qualidade de vida da população da região. Para tanto, é necessária a existência de políticas públicas voltadas para a conservação e a preservação ambiental, impondo limitações ao livre poder de exploração do meio ambiente, como por exemplo, a exigência de



delimitação de reserva legal em propriedades rurais. Nesse sentido, restou presente a preocupação ambiental na quase universalidade de empresas rurais investigadas, quanto ao manuseio e conservação da terra com a utilização de várias técnicas (60%), bem como a consciência para a constituição e manutenção de reserva legal nas empresas rurais (apenas 4% não a possuem), como mecanismo de defesa do meio ambiente.

Outro fator interessante que mantém relação com o desenvolvimento regional, diz respeito à diversidade da atividade agropecuária, ou seja, a exploração de outros meios advindos da terra. Apesar do foco central da pesquisa limitar-se a exploração da produção de leite, uma evidente diversidade de atividades agropecuárias foram encontradas nas empresas rurais analisadas, como: piscicultura; criação de gado de corte; criação de porcos e galinhas em pequena e média escalas (granja); criação e doma de cavalos; cultivo de hortas, inclusive orgânicas; além da plantação de matérias primas para a feitura de rações.

Considerando que o desenvolvimento regional preocupa-se com o bem estar das pessoas, um fator preponderante para sua viabilidade é a questão educacional, vez que proporciona fomentar o conhecimento para as pessoas, o que desencadeia a possibilidade de melhores oportunidades, tomada de adequadas decisões, trabalhos mais bem remunerados, melhor renda, o que reflete em melhor qualidade de vida.

À respeito da relação do desenvolvimento regional, da educação e ao objeto da pesquisa, restou constatado que os empresários rurais investigados apresentam um bom índice de escolaridade, tendo em vista que nenhuma criança com idade entre 7 e 14 anos se encontrava fora da escola, e a taxa de analfabetismo dos empresários rurais foi inexistente, o que evidencia um excelente indicador de desenvolvimento regional. Interessante destacar que, dentre a amostra pesquisada, 13 possuíam ensino médio, 10 ensino fundamental, 9 educação infantil e, número considerável, 8 cursaram educação superior.

Como salientado em linhas pretéritas, o desenvolvimento regional não se vincula apenas à variável econômica, no entanto, é imperioso a existência de capital, um dos fatores de produção, e, um dos principais condicionantes da produção agropecuária. A exploração da atividade que, sendo esta advinda do setor agropecuário, apresenta-se flexível e dependente de condições externas à vontade do empresário rural, como: clima, chuva, quantidade da safra, doenças, mercado, preço do produto e do dólar entre outros, o que evidencia uma variação da renda dos empresários rurais. Nesse aspecto, é de extrema relevância o papel do crédito no desenvolvimento regional rural, por ser fonte de apoio de capital aos empresários rurais, tendo em vista constituir um apoio e segurança frente aos problemas não tão previsíveis e, proporcionando a continuidade da atividade empresarial rural com a produtividade, a

qualidade de vida, a preservação ambiental, a diversidade da atividade agropecuária e o processo de educação.

Portanto, é possível afirmar, com base nos dados apresentados que existe uma relação evidente entre a empresa rural do setor lácteo e o desenvolvimento do Município goiano de São Luís de Montes Belos em sua abordagem mais ampla, incluindo aspectos econômicos, sociais, demográficos, político-institucionais e ambientais.

## REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz. Efeitos do turismo no desenvolvimento regional. *Turismo em análise*. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 42-52, mai. 1991.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. *Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPEA. Brasília, abr. 1999. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td\\_0641.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2617/1/td_0641.pdf)>. Acesso em: 25 de ago. de 2015.

ALVES, Patrícia Medianeira da Costa; COLUSSO, Ana Cláudia. Empresa rural e o novo código civil. In: SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁVEIS DE SANTA MARIA, 1, 2005, Santa Maria. Revista eletrônica de contabilidade. Santa Maria. Jul. 2006. p. 01-10.

BARROS, José Roberto Mendonça; GALVÃO, Antônio Carlos. A política de industrialização do Nordeste em face da crise econômica brasileira. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 33, n. Especial, p. 370-389, jul. 2002. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/6\\_mendonca\\_de\\_barros.pdf/7c09602d-5c08-46ac-8b1a-b7b748a8f080](http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/6_mendonca_de_barros.pdf/7c09602d-5c08-46ac-8b1a-b7b748a8f080)>. Acessado em: 15 ago. 2015.

BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. *Curso avançado de direito comercial*. 6ª ed. rev. e atual.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BOISIER, Sérgio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. *Planejamento e políticas públicas*, Curitiba, n. 13, p. 111-143, jun. 1996. Disponível em: <[http://www.unc.br/mestrado/mestrado\\_materiais/boisier,\\_s\\_em\\_busca\\_do\\_esquivo.pdf](http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/boisier,_s_em_busca_do_esquivo.pdf)>. Acesso em: 22 de set. 2015.

BORGES, Antonino Moura. *Curso completo de direito agrário*. Leme: Edijur, 2006.

BORGES, Paulo Torminn. *Institutos básicos do direito agrário*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRANDÃO, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. *Revista Paranaense do Desenvolvimento*, Curitiba, n. 120, p. 17-37, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979)*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais ns. 1/92 a 64/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão ns. 1/94 a 6/94*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. 104p.

BRASIL. Decreto nº 55.891, de 31 de março de 1965. *Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D55891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55891.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980. *Regulamento a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D84685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D84685.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. *Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967. *Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5365.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. *Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8629.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. *Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.* Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. *Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Plano Brasil Maior: inovar para competir. Competir para crescer. Balanço executivo (2011 a 2014).* Brasília, 2014. 66 p. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/images/data/201411/f97a72083144d28b26013b7261e7e06b.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. *Plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020).* Brasília, 2005. 223 p. Disponível em: <[http://www.sudeco.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=0bad5e63-814d-4a4f-acdb-52d23b6b8f80&groupId=14019](http://www.sudeco.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0bad5e63-814d-4a4f-acdb-52d23b6b8f80&groupId=14019)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional.* 2011 Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/pndr\\_principais\\_instrumentos](http://www.integracao.gov.br/pndr_principais_instrumentos)>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local da microrregião de São Luís de Montes Belos - Goiás*. Brasília, 2006. 33 p. Disponível em: <[http://portalpl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/Biblioteca/PD\\_Lacteo\\_da\\_Microrregiao\\_de\\_Sao\\_Luis\\_de\\_Montes\\_Belos\\_2006.pdf](http://portalpl.ibict.br/export/sites/apl/galerias/Biblioteca/PD_Lacteo_da_Microrregiao_de_Sao_Luis_de_Montes_Belos_2006.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012*. Brasília, 2012. 58 p. Disponível em: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/indicadores\\_de\\_desenvolvimento.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/indicadores_de_desenvolvimento.pdf). Acesso em: 15 ago. 2015.

BOCCHI, João Hildebrando; GARGIULO. Desenvolvimento e a CEPAL: da industrialização por substituição de importações à transformação produtiva por equidade. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 21., 2013, São Paulo, SP. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/FELIPE\\_FREITAS\\_GARGIULO.pdf](http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/FELIPE_FREITAS_GARGIULO.pdf)>. Acessado em: 28 ago. 2015.

CAVARZAN, Gustavo Machado; RACY, José Caio. II PND: As particularidades da estratégia brasileira durante a crise internacional dos anos 1970. *Revista de Economia Mackenzie*, São Paulo, v. 08, n.03, p. 52-66, 2011. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/2670>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CELLA, Daltro. *Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural*. 2002. 147 f. Dissertação (Mestrado) - Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

CORRÊA, Aline Amoêdo. *A construção da modernidade e o controle do não trabalho na sociedade brasileira: uma análise das propostas do serviço Social do Comércio (SESC)*. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, , 2010.

DEROLLE. Patrícia Galves. *Geografia: disparidades regionais e planejamento no Brasil*. 2013. Disponível em: <http://e-internacionalista.com.br/2013/07/08/geografia-disparidades-regionais-e-planejamento-no-brasil/>. Acesso em: 30 jul. 2015.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n.02, p.227-249, maio-agosto 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2>. Acessado em 12 fev. 2015.

ETGES, Virginia Elisabeta; FEGER, José Elmar Feger. Espacialidade diferencial, região e regionalização: a contribuição de Yves Lacoste. In. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processos, políticas e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 32-45.

FERNANDEZ, Fernando Negret. *Ocupação territorial e prioridades socioambientais no Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

FERREIRA, Pinto. *Curso de direito agrário*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. Em torno do conceito de região. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 21, p. 89-100, jul./dez. 1999. Disponível em: <[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/em\\_torno\\_do\\_conceito\\_de\\_regiao.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/21/em_torno_do_conceito_de_regiao.pdf)>. Acesso em: 22 de set. 2015.

FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-milagre*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. *Um Projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GAMA, Mariana Loureiro. *A formação da desigualdade regional e suas premissas*. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=3ca7176898afc20f>>. Acesso em: 05 set. 2015.

GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro. *Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural*. IPEA. Brasília, dez. 1995. Disponível em <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1822/1/td\\_0392.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1822/1/td_0392.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. *Imóveis cadastrados no INCRA, segundo os municípios*. 2005. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/pub/anuario/2005/estfundiaria/tab01\\_fundiaria.htm](http://www.imb.go.gov.br/pub/anuario/2005/estfundiaria/tab01_fundiaria.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. *Perfil socioeconômico de São Luís de Montes Belos*. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. *Goiás em dados 2011*. Goiânia, 2011. 116 p. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/godados2011.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GOMES, Larissa Silva. *Função social e recuperação de empresas. Uma abordagem sobre o prisma da ordem econômica constitucional e da análise econômica do Direito*. Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/15040/funcao-social-e-recuperacao-de-empresas#ixzz29g39SfTF>>. Acesso em: 16 out. 2012.

IBGE. Contas Nacionais. *Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto*. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/economia/contasregionais/2009/contasregionais2009.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

KAGEYANA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Ubajara Berocan. Política nacional de desenvolvimento regional: experiência recente da política nacional no Brasil. In: REUNIÓN DE EXPERTOS SOBRE "POBLACIÓN TERRITORIO Y DESARROLLO SOSTENIBLE, 2011, Santiago, Chile. Comisión Económica para a América Latina y el Caribe (CEPAL). 2011. 18 p.

LIMA, Rafael Augusto de Mendonça. *Direito agrário*. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. *Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil*. 2010. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT19042012200458.pdf>>. Acesso em 01 ago. 2015.

LIMA, Mario Jaime de; SOUZA, Osmar Tomaz de. *Tipologia de políticas públicas como instrumento de gestão, execução, coordenação e avaliação do desenvolvimento regional: uma aplicação para o Rio Grande do Sul*. 2012. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa6/Tipologia\\_de\\_Politicass\\_Publicas\\_como\\_Instrumento\\_de\\_Gestao\\_Execucao\\_Coordenacao\\_e\\_Avaliacao\\_do\\_Deenvolvimento\\_Regional-Uma\\_aplicacao\\_para\\_o\\_RS.pdf](http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa6/Tipologia_de_Politicass_Publicas_como_Instrumento_de_Gestao_Execucao_Coordenacao_e_Avaliacao_do_Deenvolvimento_Regional-Uma_aplicacao_para_o_RS.pdf)>. Acesso em 01 ago. 2015.

LUDKE, Menga; ANDRÉ (org.), Marli E. D. A. (org.). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANOEL, Alexandre. A política regional do governo Lula II. *Revista Desafios do Desenvolvimento do IPEA*. 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=892:catid=28&Itemid=](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=892:catid=28&Itemid=)> Acesso em: 01 mai. 2015.

MANUAL DE LEGISLAÇÃO ATLAS. *Estatuto da terra e legislação agrária*. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Benedito Ferreira. *Direito agrário brasileiro*. 9. ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea*. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENDONÇA, Alzino Furtado; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. *Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação*. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

MIGUEL, Lovois Andrade. *Dinâmica e diferenciação dos sistemas agrários*. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e história no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NEGRÃO, Ricardo. *Manual de direito comercial e de empresa*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/agosto 2002.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMAN, Simone. Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no *Brasil*. *Rev. bras. estud. Popul*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a07.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2015.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PORTO, Edson Marcos Viana; GONÇALVES, Valdeir Dias. *A empresa rural*. 2011. Disponível em: <[http://www.cead.unimontes.br/cadernos/etecbrasil/agronegocio/a\\_empresa\\_rural/files/empresa\\_rural.pdf](http://www.cead.unimontes.br/cadernos/etecbrasil/agronegocio/a_empresa_rural/files/empresa_rural.pdf)>. Acesso em: 01 ago. 2015.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Direito empresarial esquematizado*. São Paulo: Método, 2011.

REQUIÃO, Rubens. *Manual de direito comercial e de empresa*. vol. 1. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REZENDE, Fernando. *Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução*. 2009. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/9/36379/lcbrsr205fernandorezende.pdf>>. Acessado em: 25 set. 2015.

RIZZARDO, Arnaldo. *Curso de direito agrário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

RODRIGUES, Luciene. Potencial da agricultura irrigada como indutora do desenvolvimento regional: o caso do projeto Jaíba do Norte de Minas Gerais. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 2 p. 206-232, abr./jun. 2001.

SANTANA, Márcia de Alencar. *A experiência de planejamento regional no Brasil: o caso da Amazônia (1985 – 2003)*. 2009. 116 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/MarciaDeAlencarSantana.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

SÃO LUÍS DE MONTES BELOS. Câmara Municipal de São Luís de Montes Belos. *Plano diretor participativo*. São Luís de Montes Belos, jul. 2006.

SÃO LUÍS DE MONTES BELOS. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer. *Apostila do município de São Luís de Montes Belos*. 1997. 34 p.



SERRA, Jose. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira pós-guerra. *Revista de Economia Política*. Vol 2, n. 06, abril-junho, 1982. Disponível em: <[http://geein.fclar.unesp.br/bibliografia/ciclos\\_e%20mudancas\\_estruturais.pdf](http://geein.fclar.unesp.br/bibliografia/ciclos_e%20mudancas_estruturais.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SILVA, Eli Barbosa da. *São Luís de Montes Belos - uma história de lutas e conquistas*. Goiânia: Kelps, 2011.

SILVA, Ricardo. *Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização*. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782000000100005&script=sci_arttext)>. Acessado em: 22 abr. 2015.

SOUZA, Alexandre Barreto. *Planejamento governamental no Brasil*. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page19.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

TOMAZETTE, Marlon. *Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário*. Vol. 1. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ZUIN, Luís Fernando Soares; ZUIN, Poliana Bruno. Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 109-127, jan./abr. 2008.

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO UTILZADO NA PESQUISA DE CAMPO**

- Qual é o tamanho da sua propriedade?

---

- Quantos animais tipo gado leiteiro você possui?

---

- Quantos funcionários você possui?

---

- Existem funcionários da sua família?

---

- Os funcionários são regidos por normas trabalhistas?

---

- Qual é a produção diária de leite?

---

- Qual é a faixa de preço que o leite é vendido?

---

- Para quem é vendido o leite produzido?

---

- Você contraiu algum financiamento bancário no último ano?

---

- Qual é o valor do salário dos seus funcionários?

---

- Quais são os investimentos feitos ou adquiridos no último ano?

---

---

- Houve crescimento na produção de leite no último ano? Mais ou menos que 50%

---

- Quais são seus custos de produção? Eles estão aumentando de valor no último ano?

---

---

---

- Você utiliza alguma estratégia para aumentar a produção?

---

---

---

- Você recebe algum tipo de incentivo governamental para sua empresa?

---

- Você faz parte de algum tipo de associação com foco em empresas rurais?

---

- Quais são os problemas enfrentados por uma empresa rural láctea na sua região?

---

---

---

- Você utiliza alguma técnica para conservação do solo?

---

---

---

- Você mantém a reserva legal em sua propriedade?

---

- Qual é sua renda familiar mensal?

---

- Quantas pessoas fazem parte de sua família?

---

- Você possui instalação sanitária? Qual tipo?

---

- Você possui acesso a telefone?

---

- Você possui acesso a internet?

---

- Qual sua escolaridade?

---

- Existem pessoas na sua família com idade de 7 a 14 anos que não frequentam escola?

---